



**Universidade de Brasília (UnB)**  
**Faculdade UnB de Planaltina (FUP)**  
**Programa de Pós-graduação em Gestão Pública (PPGP)**

**BÁRBARA LETÍCIA RODRIGUES GOMES**

**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA FACULDADE UNB PLANALTINA NA  
COMUNIDADE LOCAL POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Brasília – DF  
2020

BÁRBARA LETÍCIA RODRIGUES GOMES

**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA FACULDADE UNB PLANALTINA NA  
COMUNIDADE LOCAL POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elaine Nolasco Ribeiro.

Brasília - DF  
2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G633a Gomes, Bárbara Leticia Rodrigues  
Análise da influência da Faculdade UnB Planaltina na  
comunidade local por meio da extensão universitária /  
Bárbara Leticia Rodrigues Gomes; orientador Elaine Nolasco  
Ribeiro. -- Brasília, 2020.  
111 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Gestão  
Pública) -- Universidade de Brasília, 2020.

1. Expansão universitária. 2. Democratização da educação.  
3. Universidade de Brasília. 4. Faculdade UnB Planaltina. 5.  
Extensão universitária. I. Ribeiro, Elaine Nolasco, orient.  
II. Título.

# **ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA FACULDADE UNB PLANALTINA NA COMUNIDADE LOCAL POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Pública da Universidade de Brasília.



---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Elaine Nolasco Ribeiro  
Universidade de Brasília – UnB Orientador



---

Prof. Dr. Marcelo Bizerril  
Universidade de Brasília - UnB



---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Olgamir Amancia  
Universidade de Brasília - UnB

---

Prof. Dr. Mário Ávila

Universidade de Brasília – UnB Examinador suplente

Brasília – DF, 06 de fevereiro de 2020.

Dedico este trabalho a minha família.

Com amor e carinho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por proporcionar-me inúmeras oportunidades e por me conceder tantas bênçãos ao longo da minha vida. A minha mãezinha do céu, minha intercessora fiel, Nossa Senhora.

Ao meu esposo, Diego, pelo companheirismo, amor, confiança, compreensão e apoio dedicados a mim durante toda essa jornada. E ao nosso filho canino, Zequinha, meu companheiro fiel de estudo.

Aos meus familiares, em especial meus queridos pais, Francisco e Socorro, grandes responsáveis por minha formação, por acreditarem sempre em meu potencial.

A minha orientadora, Professora Elaine Nolasco, pela atenção, pela dedicação, pelos esclarecimentos e direcionamentos, pela delicadeza de realizar as colocações, pelo incentivo, suporte e paciência dispensados a mim com confiança.

Aos Professores que participaram da qualificação, Marcelo Bizerril e Mário Ávila, cujas contribuições foram fundamentais na construção deste trabalho e por terem gentilmente aceitado o convite para integrar a comissão examinadora juntamente com a Decana de Extensão, Olgamir Amância.

Aos meus colegas de turma, pelo ambiente agradável das aulas, em especial à minha querida prima Geisa, com quem tive o prazer de conviver e compartilhar inúmeras experiências, envoltas em alegrias, angústias e conquistas durante esses dois anos, tornando esse processo menos dolorido e mais divertido.

Aos meus colegas de trabalho da FUP, em especial a equipe da Biblioteca, Roger, Rafael e Arilthon, minhas companhias diárias, com quem pude contar em todos os momentos. E Ivonaldo, colega da Extensão, que me incentivou e esteve sempre à disposição quando precisei.

À Universidade de Brasília, minha gratidão, onde me formei na graduação, onde atuo profissionalmente, onde encontrei apoio e incentivo para que eu buscasse sempre o meu desenvolvimento pessoal, profissional e intelectual sem dúvidas, tornou-me quem sou.

E ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, pela oportunidade de aquisição de conhecimentos.

**“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela  
tampouco a sociedade muda.”**

***Paulo Freire***

## RESUMO

O acesso à educação superior pública no Brasil através das políticas de expansão, proporcionaram novas formas de relação entre comunidade acadêmica e comunidades locais onde os novos *campi* foram inseridos. O presente estudo teve por objetivo a análise atuação da Faculdade UnB Planaltina no desenvolvimento da comunidade local, por meio da Extensão, na percepção do coordenador. O estudo realizado tem caráter qualitativo, exploratório e descritivo. Para a análise do público-alvo da pesquisa, foi feita uma pesquisa documental nas bases de dados da UnB sobre a comunidade acadêmica da FUP, e nos sites governamentais sobre a comunidade local, a Região Administrativa de Planaltina. Foram levantados os projetos de extensão existentes na FUP, depois foram escolhidos os dois principais eixos com maior número de projetos, educação e meio ambiente. Realizou-se entrevistas semiestruturadas, as quais foram examinadas por meio da análise de conteúdo, com os coordenadores dos dois eixos principais dos projetos de extensão. Como resultado, constatou-se que a Extensão exerce um papel importante na FUP, aproximando a Universidade da comunidade, mas que precisa de mais espaço institucional e aporte financeiro. Conclui-se que a vinda da FUP se mostra positiva para a comunidade estando ainda em momento de adaptação e identificação, mas que sua atuação precisa ser cada vez mais ampliada e estruturada.

**Palavras-chave:** Universidade. Expansão universitária. Democratização da educação. Reuni. UnB. Faculdade UnB Planaltina. Extensão universitária.



## ABSTRACT

Access to public higher education in Brazil through expansion policies, provided new forms of relationship between the academic community and local communities where the new campuses were inserted. This study aimed to analyze the performance of Faculdade UnB Planaltina in the development of the local community, through Extension, in the perception of the coordinator. The study carried out is qualitative, exploratory and descriptive. For the analysis of the target audience of the research, a documentary research was made in the databases of UnB about the academic community of FUP, and in the government websites about the local community, the Administrative Region of Planaltina. The existing extension projects at FUP were surveyed, then the two main axes with the largest number of projects, education and the environment were chosen. Semi-structured interviews were conducted, which were examined through content analysis, with the coordinators of the two main axes of the extension projects. As a result, it was found that Extension plays an important role in FUP, bringing the University closer to the community, but that it needs more institutional space and financial support. It is concluded that the arrival of the FUP is positive for the community and is still in a moment of adaptation and identification, but that its performance needs to be increasingly expanded and structured.

**Keywords:** University. University expansion. Democratization of education. Reuni. UnB. Planaltina College. University Extension.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de literatura.....	24
Figura 2: Pedra Fundamental.....	51
Figura 3: Igreja de São Sebastião .....	53
Figura 4: Organograma da FUP .....	55
Figura 5: Localização da Faculdade UnB Planaltina (FUP) .....	57
Figura 6: Local de moradia dos técnicos administrativos da FUP.....	65
Figura 7: Local de moradia dos professores da FUP.....	66
Figura 8: Local de moradia dos estudantes da FUP.....	67
Figura 9: Unidades de Planejamento Territorial (UPT) com destaque para a RA que compõem a UPT Norte.....	73
Figura 10: Distribuição da população por faixas de idade e sexo, Planaltina, Distrito Federal, 2018.....	74
Figura 11: Distribuição da população por raça/cor da pele.....	75
Figura 12: Percentual de pessoas que nasceram no DF.....	75
Figura 13: Percentual da população com cinco ou mais anos de idade que declaram saber ler e escrever.....	76
Figura 14: Distribuição da escolaridade da população com 25 anos ou mais.....	76
Figura 15: Distribuição do local em que as pessoas exerciam seu trabalho principal.....	78
Figura 16: Distribuição do setor de atividade da empresa em que as pessoas exerciam seu trabalho principal.....	79
Figura 17: Distribuição da posição na ocupação principal.....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Metodologia da Pesquisa.....	48
Quadro 2: Projetos selecionados.....	59
Quadro3: Projetos, Programas e Eventos vigentes na FUP.....	82
Quadro 4: Categoria I – Motivação para o desenvolvimento da pesquisa.....	88
Quadro 5: Categoria II – Público-alvo pesquisa.....	90
Quadro 6: Categoria III – Benefícios do projeto para o público-alvo.....	92
Quadro 7: Categoria IV – Dificuldades do projeto.....	94
Quadro 8: Categoria V – Sugestões.....	96

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comunidade acadêmica da FUP.....	56
Tabela 2 – Dados dos coordenadores.....	61
Tabela 3 – Áreas de conhecimento dos participantes conforme divisão da FUP.....	61
Tabela 4 – Escolaridade dos participantes.....	61
Tabela 5 – Gastos com os programas política de assistência estudantil da FUP.....	69
Tabela 6 – Número de Refeições servidas no RU por <i>campi</i> em 2018.....	71
Tabela 7 – Porcentagem de alunos que fazem parte do GRUPO I por <i>campi</i> .....	73
Tabela 8 – População Residente, por Escolaridade, segundo as Regiões Administrativas - 2004.....	77
Tabela 9 – Evolução de projetos e programas de extensão de ação contínua, por unidade, 2013 a 2017.....	82

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANDES-SN Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
ANDIFES Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
APDF Arquivo Público do Distrito Federal  
BM Banco Mundial  
CODEPLAN Companhia de Planejamento do Distrito Federal  
CONSUNI Conselho Universitário da UnB  
CPD Centro de Informática  
CPF Cadastro de Pessoa física  
DAF Decanato de Administração e Finanças  
DDS Diretoria de Desenvolvimento Social  
DEG Decanato de Ensino de Graduação  
DEX Decanato de Extensão  
DF Distrito Federal  
DGP Decanato de Gestão de pessoas  
DPO Decanato de Planejamento e Orçamento  
EAD Educação a Distância  
FCE Faculdade de Ceilândia  
FGA Faculdade do Gama  
FIES Fundo de Financiamento Estudantil  
FUB Fundação Universidade de Brasília  
FUP Faculdade de Planaltina  
GAM Gestão Ambiental  
GEAGRO Gestão do Agronegócio  
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IES Instituições de Ensino Superior  
IFES Instituições Federais de Ensino Superior  
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
JK Juscelino Kubitscheck de Oliveira  
LCN Licenciatura em Ciências Naturais  
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LEDOC Licenciatura em Educação do Campo  
MARE Ministério da Administração e Reforma do Estado  
MEC Ministério da Educação e Cultura  
MESP Módulo de Serviços e Equipamentos Esportivos  
MHAP Museu Histórico e Artístico de Planaltina  
OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
PAC Plano de Aceleração do Crescimento  
PDAD Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios  
PDE Plano de Desenvolvimento da Educação  
PDE Plano de Desenvolvimento da Educação  
PDI Plano de Desenvolvimento Institucional  
PEAC Projeto de Extensão de Ação Contínua  
PPPI Projeto Político-Pedagógico Institucional  
PROUNI Programa Universidade para Todos  
RA Região Administrativa  
RAIS Relação Anual de Informações Sociais  
REUNI Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
RICs UnB Regiões de Influência do *Campus* UnB  
RIDE Regiões Administrativas do Distrito Federal e municípios de Goiás e de Minas Gerais  
SIEX Sistema de Extensão  
SIGRA Sistema de Informações Acadêmicas de Graduação  
SIPOS Sistema de Pós-Graduação  
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UnB Universidade de Brasília  
UNE União Nacional dos Estudantes  
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
URJ Universidade do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1 Objetivo .....</b>	<b>20</b>
1.1.1 Objetivo geral .....	20
1.1.2 Objetivos específicos .....	20
<b>1.2 Justificativa .....</b>	<b>20</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1 Pesquisa bibliográfica.....</b>	<b>23</b>
2.1.1 Mapa de literatura .....	23
<b>2.2 Trajetória das Universidades no Mundo.....</b>	<b>24</b>
2.2.1 Evolução Histórica da Universidades no Brasil .....	27
<b>2.3 A Expansão Universitária no Brasil.....</b>	<b>31</b>
2.3.1 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) .....	33
2.3.2 Implementação do Reuni na Universidade de Brasília.....	36
<b>2.4 A Questão do Impacto das Universidades.....</b>	<b>38</b>
2.4.1 Impacto de Novos <i>campi</i> .....	40
<b>2.5 A Extensão Universitária .....</b>	<b>41</b>
2.5.1 A Extensão Universitária na Universidade de Brasília .....	43
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>47</b>
<b>3.1 Tipo de Pesquisa .....</b>	<b>47</b>
<b>3.2 Caracterização da Organização .....</b>	<b>48</b>
3.2.1 Histórico da Região Administrativa de Planaltina .....	48
3.2.2 Faculdade UnB Planaltina .....	53
<b>3.3 Participantes da pesquisa.....</b>	<b>59</b>
3.3.1 Projetos selecionados.....	59
3.3.2 Perfil dos coordenadores dos Projetos.....	60
<b>3.4 Técnicas e Procedimento de Coleta de Dados .....</b>	<b>62</b>
3.4.1 Pesquisa Documental.....	62
3.4.2 Entrevistas .....	62
<b>3.5 Análise das Informações .....</b>	<b>63</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>65</b>
<b>4.1 Diagnóstico socioeconômico da comunidade acadêmica da FUP.....</b>	<b>65</b>

<b>4.2 Diagnóstico da comunidade local da FUP - Planaltina DF .....</b>	<b>73</b>
<b>4.3 Projetos de Ação Contínua da FUP .....</b>	<b>79</b>
4.3.1 Análise dos projetos de extensão da FUP.....	82
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>99</b>
<b>APÊNDICE A – Carta de Apresentação .....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento UnB .....</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista .....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE D – Perfil do Participante.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE E – Carta de Agradecimento – Entrevistas .....</b>	<b>111</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Com a globalização, o desenvolvimento técnico científico das últimas décadas, e o sistema capitalista predominante, a obtenção de conhecimento e a cobrança por padrões educacionais nos países é cada vez maior. No início dos anos 1990, organizações internacionais como o Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicaram documentos, a partir de estudos prévios, que diagnosticavam e/ou propunham orientações aos países, principalmente os países em desenvolvimento, para que revisassem seus investimentos e métodos/metodologias adotados para a promoção da educação superior.

Para Arruda e Gomes (2015), as políticas e reformas educacionais voltadas para a educação superior, implementadas nas últimas décadas em diferentes países, inclusive os da América Latina, têm como referências discursivas publicações das organizações internacionais, dado o financiamento de projetos, programas, documentos e produção de estudos desenvolvidos para as regiões.

Essas publicações refletiram no cenário nacional, apontando para a necessidade de reforma no ensino superior para que os países tivessem condições de acompanhar o crescimento econômico e tecnológico baseado no conhecimento que estava ocorrendo em nível mundial, correndo o risco de ficarem fora do processo, marginalizados da rápida expansão econômica vigente.

No Brasil, comumente, a educação é tida como uma questão em segundo plano, somente com a pressão dos organismos internacionais viu-se alguns encaminhamentos para a mudança. “As políticas públicas na área de educação predominantes no Brasil, via de regra, aprofundaram o caráter excludente de seu sistema nacional de educação superior, reproduzindo uma realidade que privilegiava as elites e excluía grupos sociais desfavorecidos” (SANTOS; TAVARES, 2016). Internamente, entidades nacionais da área da educação superior também começaram a debater e a pressionar o governo para a reformulação do ensino superior no Brasil. Dentre elas se destacaram: a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) - Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior, 2003; o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Para contextualizar é interessante entender as fases temporais vividas no país. Após o governo militar (1964-1985), cujo marco econômico que assolou o Brasil na década de 1970 foi a grave crise do petróleo, com a alta dos preços e a escassez do produto em nível mundial,

fora eleito o primeiro governo democrático brasileiro com voto direto - Fernando Collor de Mello (1990-1992) -, surgindo a necessidade de repensar e gerir a coisa pública, após longo período de um Estado de bem-estar social burocrático que representava a morosidade, o corporativismo e a ineficiência das políticas públicas (CASTRO; PEREIRA, 2014).

Essa necessidade foi traduzida por uma reforma do Estado no cenário nacional, exigindo diminuição na sua atuação como condição de funcionamento do mercado e, no âmbito da Administração Pública, mudanças com vistas à eficiência e eficácia à luz da lógica de mercado (*New Public Management*).

Na eleição seguinte, foi eleito Fernando Henrique Cardoso (FHC - 1995-2003), cujo governo foi marcado por ideais neoliberais. E, para concretizar a Reforma Gerencialista, fora nomeado, naquela época, o economista Bresser Pereira como ministro do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE).

Diante do cenário de esgotamento financeiro do Estado, foram adotadas medidas como, limitação das dimensões do setor público; descentralização dos serviços públicos; delegação de serviços públicos à iniciativa privada; privatização, configurando o que à época se convencionou alcinhar de “mercantilização de serviços”.

Nesse contexto, as políticas educacionais foram fortemente influenciadas. As instituições federais de ensino superior (IFES) viram o seu orçamento ser reduzido de forma expressiva no primeiro mandato de FHC, em razão de sua visão neoliberal de redução/não intervenção estatal. As IFES sofreram com o “sucateamento”: contratação de professores reduzidíssima; ausência de expansão de vagas nas universidades federais; corte no orçamento; expansão do ensino no campo privado.

Assim, os serviços básicos passaram a ser alvo de investimentos privados, surgindo questionamento quanto à qualidade na sua prestação. Por consequência, os contratos passaram a ser o instrumento norteador das relações jurídicas que envolviam o Estado. Impulsionado por diversas orientações para a reforma, o governo brasileiro aderiu aos contratos de gestão como forma de gerenciar os serviços prestados (CASTRO; PEREIRA, 2014).

Por ser o contrato de gestão instrumento que permite fiscalização mais rigorosa da eficiência, da eficácia e da efetividade, bem como um aumento da transparência da administração pública, muitos estudiosos afirmaram que, no âmbito das universidades federais, o modelo de organização passou a ser influenciado pelo paradigma gerencialista de administração, ocasionando uma lógica de mercantilização de bens e serviços acadêmicos (CASTRO; PEREIRA, 2014).

Encerrado o governo FHC, é eleito Luiz Inácio Lula da Silva (Lula 2003-2011). Estabilizada a economia, inicia-se uma fase de crescimento acelerado em diversos setores da sociedade. É expressiva a expansão da educação de nível superior no Brasil, assim como outros segmentos. Permissivos legais foram aprovados para que essa ampliação fosse verdadeiramente implantada. Nas palavras de Castro e Pereira (2014, p. 295), “comercialização de ‘serviços educacionais’” (cursos pagos de pós-graduação *lato sensu*; parcerias entre as universidades federais e empresas para realização de consultorias e assessorias, via fundação de direito privado; venda de cursos de curta duração; criação de mestrados profissionais, dentre outros).

No contexto de expansão da educação superior, surge o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), em 24/4/2007, configurando-se como uma política privatizante, porque intervém nas universidades públicas na forma gerencialista e é uma das mais representativas no plano da democratização do acesso ao ensino superior. A idealização do Reuni altera paradigmas sensíveis na estrutura administrativa das IFES que aderiram ao Programa. A autonomia universitária, observada sob os vieses político e econômico, é mitigada, pois há interferência estatal na sua capacidade decisória, bem como na gestão de seus recursos (OLIVEIRA, 2013).

Na visão de alguns estudiosos:

por meio de instrumentos regulatórios, a autonomia das instituições educacionais, sobretudo as IES públicas, é reduzida à mera captação de recursos no mercado para manutenção de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esse modelo gerencial difundido nas empresas capitalistas adentra o universo acadêmico, que passa a ser medido pela quantidade de produtos e recursos disponíveis no mercado de editais. [...] Essa forma de gerir os serviços públicos foi adotada no [...] REUNI (CASTRO; PEREIRA, 2014, p. 292).

Em 2007, a Universidade de Brasília aderiu ao Reuni, foram criados os *campi* de Ceilândia e Gama, o *campus* de Planaltina já existia, foi criado na primeira etapa do Plano de Expansão do Ensino Superior do Governo Federal, e novas vagas nos quatro *campi* da UnB, bem como novos cursos de graduação, no período compreendido entre 2008 a 2012, nos turnos diurno e noturno.

Para que se viabilizasse o Plano de Expansão da UnB, fez-se necessário um maior investimento financeiro para a construção dos novos espaços físicos, contratação de docentes e financiamento das pesquisas científicas. A adesão da Universidade de Brasília ao programa Reuni, em 2007, demonstrou-se capaz de suprir as necessidades da Universidade no âmbito de sua expansão (OLIVEIRA, 2013).

A expansão e interiorização das Universidades também trazem consigo uma expectativa com relação ao desenvolvimento e ao impacto causado na região em que está inserido o

*campus*. Uma cidade pode ter sua vida modificada com a implantação de um *campus* universitário. Hoff (2011, p. 160) afirma que “devido ao conhecimento que produz e propaga através das pessoas que forma, ela colabora ativamente para o progresso material, a melhoria da qualidade de vida e o ambiente cultural que está inserido”. A movimentação de recursos financeiros por meio do pagamento de salários de professores e de funcionários; dos investimentos em obras e equipamentos, das demais despesas de custeio e dos gastos dos alunos oriundos de outras cidades constituem um conjunto de fatores que podem exercer um efeito dinâmico e multiplicador sobre várias atividades das cidades onde as universidades estão inseridas (LOPES, 2003).

A Faculdade UnB Planaltina, conhecida como FUP, é um dos quatro *campi* que compõem a Universidade de Brasília, fruto do então vigente Plano de Expansão que teve como objetivo atender à demanda da população do DF e entorno, por oportunidades de acesso à educação superior pública e permitir que a UnB assumisse o papel de aceleração do processo de desenvolvimento socioeconômico e científico da região (BIZERRIL; GUERROUÉ, 2012).

A interiorização da Universidade, com a criação da Faculdade UnB Planaltina, trouxe então a possibilidade de desenvolvimento para a comunidade local e para o entorno. Pelo fato de serem unidades menores com vocação definida e abrangência comunitária, os novos *campi* abrem possibilidades para a experimentação de novos arranjos de cooperação com a sociedade, projetos inovadores e programas de extensão temáticos ou regionais (ELS; DINIZ; COSTA, 2014).

Dentre as três funções universitárias: ensino, pesquisa e extensão, é a extensão a função mais recente. Têm sido poucos os estudos dedicados a investigar e avaliar a prática das ações extensionistas e suas consequências, tanto no que se refere aos aspectos de sua integração com os processos acadêmicos quanto aqueles que a legitimam frente às demandas sociais. A extensão, no Brasil, foi percebida: como um modo de comunicar as realizações do ensino e da pesquisa à população e, quando possível, ajudar esta a enfrentar suas carências; como forma de dar respostas a todas as demandas que viessem de fora da universidade; como um meio de fazer a integração de comunidades aos projetos de desenvolvimento nacional dos governos; e como forma de ajudar a promover a cultura na sociedade. (SILVA; FRANTZ, 2002).

A importância da Extensão, um dos pilares da Universidade, na inserção regional é destacada por Nogueira, Saraiva e Diniz (2012, p. 60), que afirmam que “a quantidade e diversidade de projetos de extensão na FUP apontam para um diferencial promissor do novo *campus*, marcado por um maior engajamento da universidade nas questões locais.” Ao abordar o tema de expansão do ensino superior, especificamente no âmbito do impacto causado pelas

Universidades, busca-se nesta pesquisa responder a seguinte questão: como a FUP , através da extensão, atua para o desenvolvimento da comunidade local?

## **1.1 Objetivo**

### **1.1.1 Objetivo geral**

Analisar a atuação da Faculdade UnB Planaltina no desenvolvimento da comunidade local, por meio da Extensão, na percepção do coordenador.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- Traçar perfil socioeconômico da comunidade acadêmica;
- Realizar diagnóstico socioeconômico da comunidade local;
- Avaliar a contribuição dos Projetos/Programas de Extensão à comunidade.

## **1.2 Justificativa**

O presente estudo deriva-se da necessidade de se pensar no papel das Universidades. Os estudos sobre o impacto das Universidades se justificam devido ao reconhecimento da importância estratégica da educação no processo de crescimento socioeconômico no Brasil, o que tinha ocasionado um aumento no investimento na área, na tentativa de minimizar o déficit educacional do país, buscando, portanto expandir o aprendizado aos estudantes, através da ampliação do acesso à educação, o que atualmente, com a mudança de governo, a partir de 2016, foi interrompido, com ataques as Universidades por parte dos governantes atuais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 1996, aponta como uma das finalidades da educação superior nacional: estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente em particular os nacionais; prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com ela relações de reciprocidade. Este item ressalta o anseio da sociedade com relação às Universidades, a expectativa na resolução de problemas, na parceria com o poder público e na possibilidade de proporcionar melhorias para população juntamente com parceria com o poder público. Portanto, se faz necessário estudos que mostrem o real impacto dessas instituições nos locais que estão inseridas, bem como a ampliação de serviços e espaços.

Sobre a importância desse tipo de estudo, Andriola (2005) afirma que nada mais relevante do que a investigação das repercussões sociais das atividades de uma IES, mediante, por exemplo, o acompanhamento sistemático dos egressos; o mapeamento de opiniões e atitudes e crenças acerca da universidade e da sociedade; a identificação e o valor agregado pela IES; a verificação da opinião dos empregadores e de setores da sociedade civil organizada, acerca de adequação e da pertinência da formação profissional e cidadã dos recursos humanos formados.

Conforme o Plano de Expansão da Universidade de Brasília (2005), a ideia é que a presença da Universidade contribua para o desenvolvimento de pesquisas e de atividades de extensão que causem impacto positivo sobre o desenvolvimento local, contribuindo para a consolidação das economias locais. O objetivo principal da expansão da Universidade de Brasília é de envolver a instituição no processo de desenvolvimento local, visando reduzir as desigualdades regionais ao realizar de forma descentralizada as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com essa proposta de expansão, a UnB propõe-se a desenvolver atividades de pesquisa e extensão que ao mesmo tempo apoiem a infraestrutura econômica instalada atendam às demandas regionais e contribuam para atender às necessidades básicas da população residente nas localidades, viabilizando a fixação dos profissionais qualificados na própria região (FUB, 2005, p. 19).

Uma vez que não há investigação sobre o impacto da implantação da FUP bem como a contribuição da UnB para a comunidade local a pesquisa justifica-se. Existem dissertações, artigos e capítulos de livros escritos pela própria comunidade acadêmica do campus, mas nenhum com essa especificidade, portanto, existe uma lacuna de estudos no que se refere ao impacto gerado pela universidade, ocasionada por seu caráter subjetivo.

Os estudos existentes ainda não proveram interpretações satisfatórias sobre as externalidades geradas pela IFES para dada região, de modo que o papel possível de ser exercido por essas instituições no desenvolvimento local permanece ainda impreciso ou negligenciado (DINIZ; VIEIRA, 2015, p. 103).

Além disso, mais especificamente acerca do tema extensão, entende-se que merece estudos mais aprofundados, uma vez que estes sentidos idealistas propagados podem não estar correspondendo ao papel que efetivamente a extensão vem cumprindo junto às universidades. Tremblay (2011) acrescenta afirmando que são raros os livros e artigos dedicados a esta temática, extensão universitária ou os serviços à coletividade, que, não obstante está se enraizando cada vez mais profundamente no cerne mesmo das interrogações sobre o lugar e o papel das universidades nas sociedades contemporâneas.

Ainda como moradora da cidade de Planaltina e servidora da FUP, a pesquisadora foi motivada a investigar a respeito, por entender que a implantação de um *campus*, pode gerar diversos impactos na vida da comunidade, portanto o interesse no tema é tanto profissional como pessoal na busca de respostas para as inquietações.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo, apresenta-se a revisão de literatura e o arcabouço teórico a respeito do tema Universidade. Para tanto, o capítulo se divide em quatro seções principais: a primeira discorre sobre a trajetória das Universidades no mundo bem como seu histórico evolutivo no Brasil. A segunda apresenta as questões relativas à Expansão Universitária no país, assim como as diversas iniciativas e programas propostos com destaque ao Reuni na UnB. Na terceira seção, é feito um levantamento do Impacto Local/Regional a partir da implantação de um *campus* universitário, com vistas a alcançar o objeto de estudo, a FUP. A última seção, como proposta de sustentação do objetivo da pesquisa, é analisada a Extensão Universitária com foco na Universidade de Brasília.

### **2.1 Pesquisa bibliográfica**

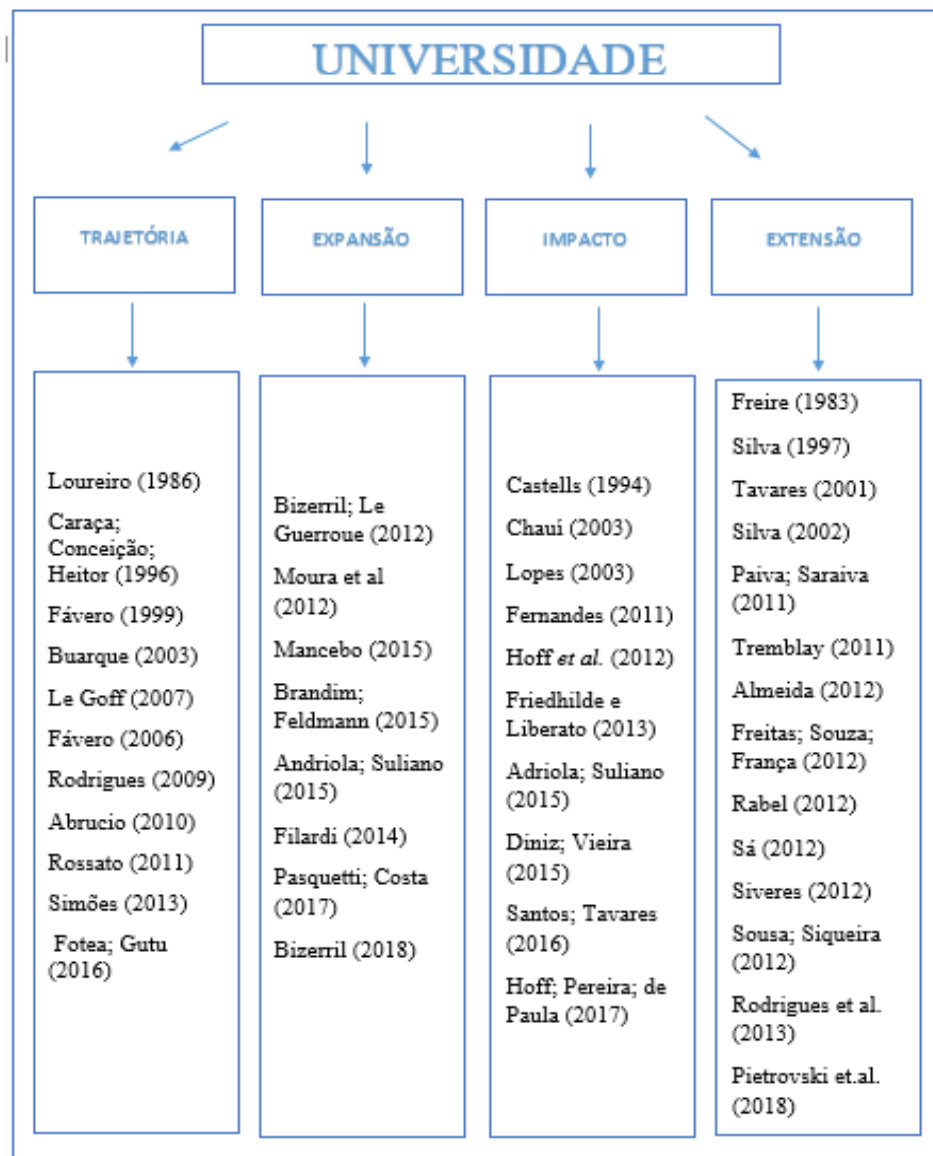
As buscas nas bases de dados foram feitas por intermédio do Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) – *ScienceDirect*, *Scielo*, *Ebsco*, *Emerald Insight*, *Wiley Online Library*, *Directory Open ArticlesJournal* – e da base ProQuest. Além das pesquisas nas bases de dados, foi consultada a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e o acervo físico da Biblioteca Central da UnB para investigação em livros.

#### **2.1.1 Mapa de literatura**

Para ilustrar, abaixo são demonstrados os artigos lidos no mapa da literatura, que segundo Creswell (2007, p. 61) é “um resumo virtual da pesquisa que já foi conduzida por outros”. Trata-se, no entanto, de um modelo das buscas realizadas para a construção do referencial teórico desta dissertação. Esse recurso foi empregado de modo a facilitar a visualização do arcabouço teórico utilizado neste trabalho, bem como apresentar os conteúdos dos artigos analisados, sendo que, à medida que a pesquisa avançou novos estudos foram adicionados ao mapa de literatura.



**Figura 1:** Mapa de Literatura.



**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

## 2.2 Trajetória das Universidades no Mundo

Na Europa, num cenário oportuno, surge a universidade, do latim *universita*, instituição secular. Neste período, final do século XI, vários fatos históricos aconteceram e culminaram num cenário que ajudou no desenvolvimento das universidades. Entre tais fatos se pode citar as Cruzadas, o contato dos europeus com o conhecimento e com a cultura árabe na Península Ibérica, o desenvolvimento das cidades e do comércio, bem como o crescimento dos reinados (LOUREIRO, 1986).

A Universidade tem sua importância e destaque nos diversos períodos e contextos socioeconômicos há bastante tempo. As primeiras instituições com o nome de universidade foram a Universidade de Bolonha na Itália (1088) e a Universidade de Paris na França (1150), sendo fundadas respectivamente nos séculos XI e XII. Essas universidades serviram de inspiração para a posterior criação de universidades em outras sociedades nos séculos subsequentes, como a Universidade de Oxford na Inglaterra, Universidade de Salamanca na Espanha, a Universidade de Cambridge na Inglaterra, dentre outras (LE GOFF, 2007; SIMÕES, 2013; FOTEA; GUTU, 2016).

A Igreja católica teve um papel expressivo no surgimento da Universidade. Na França e na Inglaterra as universidades nasceram de uma iniciativa da igreja. Sendo consideradas instituições da igreja, deveriam arquitetar a ordem social e política. A universidade de Paris tinha como principal atividade a faculdade de Teologia em função de sua posição geográfica e da existência do aparato da administração real. Já na Itália, mesmo sendo ligadas à igreja, as universidades nasceram para suprir as carências de conhecimento e formação profissional da burguesia urbana. A Universidade de Bolonha tinha como principal atividade a faculdade de Direito a qual era fundamental para suprir a necessidade social de juristas e administradores (LE GOFF, 2007; ROSSATO, 2011; FOTEA; GUTU, 2016).

A universidade surge no contexto do denominado regime de cristandade, sendo toda a ordem social estruturada a partir da visão e concepção do catolicismo de então. Toda a estrutura social é determinada pelos valores religiosos vigentes e, portanto, a universidade também terá seu fruto deste tempo e deste contexto (ROSSATO, 2011, p. 15).

Em decorrência da forte expansão do comércio e do acelerado crescimento da Europa Medieval, o surgimento das universidades se deu nesse período, emerge então, uma Europa intelectual coexistente a uma Europa comercial. A missão da universidade era voltada para a reflexão e ensino. Os mestres atuantes nas mesmas tinham grande influência intelectual na sociedade participando ativamente em debates de cunho social e político (LE GOFF, 2007).

No século XIII, com a ascensão de uma Europa urbana, houve a criação de novas universidades as quais atraíram inúmeros estudantes e mestres ilustres responsáveis pela elaboração de novos saberes (LE GOFF, 2007). A universidade passou a funcionar, nos séculos subsequentes, como um centro gerador e disseminador de conhecimento de alta qualidade promovendo maior liberdade de pensamento, o qual ocorreu para além dos muros dos mosteiros, tornando o conhecimento mais acessível e difundido nas sociedades (BUARQUE, 2003).

Com o advento das economias industrializadas, no fim do século XVIII, a universidade passou a ser percebida pela sociedade industrial como uma instituição ultrapassada, visto que era voltada basicamente para o ensino. Esse entendimento surgiu de um pensamento coletivo de que a universidade era incapaz de se adaptar às novas economias urbanas, ou seja, às novas dinâmicas territoriais e regionais trazidas pela industrialização. Isto desencadeou uma nova ideia de universidade, a universidade dita moderna.

Três revoluções - a revolução inglesa, a revolução francesa, a revolução industrial – abrirão o caminho para o surgimento de uma nova instituição. O século XIX assistirá – já no seu início – ao nascimento das universidades modernas (ROSSATO, 2011, p. 17).

No século XIX, esse fato levou a remodelagem e à criação de instituições de ensino superior que buscavam conciliar o ensino superior e a pesquisa. Estas tornaram-se instituições de prestígio, viabilizando a ciência moderna, baseada na racionalidade, no empirismo e nos métodos experimentais. Esta pode ser chamada de primeira revolução acadêmica (RODRIGUES, 2009; FOTEA, 2014; FOTEA; GUTU, 2016).

Com a Revolução Industrial, já na segunda metade do século XIX, passaram a ser observadas relações entre as universidades e as empresas privadas. Inicialmente essa relação se dava de modo informal: as trocas resultavam em apoio financeiro e logístico para as pesquisas universitárias, mão de obra qualificada e consultorias especializadas para as empresas privadas. Essa dinâmica movimentava o mercado de trabalho principalmente para engenheiros, pesquisadores e técnicos. Alimentava também perspectivas crescentes e evolucionárias acerca do papel desempenhado pela universidade quanto ao desenvolvimento econômico das sociedades, no que tange à riqueza e ao bem-estar social (RODRIGUES, 2009; FOTEA; GUTU, 2016).

Como consequência da revolução industrial, [...] ao longo do século XIX, uma extensa rede de universidades foi criada, diversificando o modelo, mas em muito se aproximando do paradigma de universidades empreendedoras ou universidade-empresa (ROSSATO, 2011, p. 17).

No fim do século XIX e início do século XX as instituições de ensino superior foram legitimadas como as mais importantes instituições de pesquisa existentes. O século XX trouxe uma visão econômica baseada na riqueza como promotora de desenvolvimento. Nesta concepção, a distribuição da riqueza levaria a aumentos nos níveis de emprego e renda possibilitando uma sociedade mais igualitária do ponto de vista distributivo. Esse era um

objetivo de nação que passou a fazer parte das agendas das instituições de ensino superior, caracterizando-as como evolucionárias (BUARQUE, 2003).

No ano de 1918 houve um movimento estudantil na Argentina que modificou as estruturas universitárias da América Latina, A Reforma Universitária de Córdoba, também conhecida como Reforma Universitária de 1918. Dias (2018) enfatiza que Córdoba foi a primeira grande reação da América Latina contra a Universidade torre de marfim isolada dos problemas da sociedade.

Nas décadas de 1950 e 1960, as quais foram marcadas por um forte crescimento econômico, emerge em nível mundial a valorização da ciência e da tecnologia como agenda de Estado. Naquele momento, entendia-se que ciência e tecnologia poderiam gerar um caminho favorável na busca pelo desenvolvimento econômico, o que resultou em fortes investimentos nas atividades. Neste contexto, houve uma maior valorização do papel das universidades, que além de cumprirem sua missão de ensino e pesquisa passaram a desenvolver um papel relevante na produção de ciência e tecnologia (CARAÇA; CONCEIÇÃO; HEITOR, 1996; FOTEIA; GUTU, 2016).

Simultaneamente, ocorre forte conscientização, em nível mundial, por parte dos governos e da academia, de que os meios econômicos usuais, como fatores de produção e capital, não levariam por si só ao almejado crescimento econômico. A educação e o processo técnico passam a ser valorizados como sendo importantes fatores de condução das economias ao desenvolvimento (CARAÇA; CONCEIÇÃO; HEITOR, 1996).

A segunda metade do século XX foi profundamente fértil em mudanças no campo social, especialmente nas últimas décadas. As transformações políticas e econômicas tiveram profunda influência no campo da educação, e as recentes tendências da globalização e do capitalismo trazendo no seu bojo o neoliberalismo e a própria pós-modernidade com todas as suas contestações. Registra-se um crescimento sem precedentes, no número de matrículas no ensino superior em todos os continentes (ROSSATO, 2011, p. 19).

### **2.2.1 Evolução Histórica da Universidades no Brasil**

A criação da Universidade no Brasil foi repleta de grandes impasses. No Brasil colônia, os alunos que estudavam nos colégios jesuítas iam para Portugal ou para outras Universidades europeias quando queriam completar os estudos, na colônia praticamente inexistiram escolas e classes de nível superior. Somente a partir de 1808 com a mudança da Família Real para o Brasil, são criados cursos com o intuito de formar profissionais para o Estado. Por decreto de

18 de fevereiro de 1808 é criado o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro, é instituído no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma escola Anatômica, cirúrgica e médica.

Em 1810, por meio da carta régia de 4 de dezembro, é instituída a Academia Real Militar, onde se iniciou a atual Escola de Engenharia da UFRJ. Os cursos jurídicos tiveram início um em 1 de março de 1828, no convento de São Francisco, em São Paulo, e outro em 15 de maio no Mosteiro de São Bento em Olinda PE.

Todos os esforços de criação de universidades, no período colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da metrópole de qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da colônia (FAVERO, 1999, p. 18-19).

No Império houve tentativas de criação de universidades, mas não se obteve êxito. A questão da universidade, assim como a própria educação não era algo central. Somente com a República, o problema se coloca abertamente e no início do século XX registraram-se as primeiras tentativas de criação de universidades bem como alguma expansão do ensino superior (ROSSATO, 2011).

Com a República (1889-1930), nasce a federação brasileira, cuja temática principal era o repasse do poder de autogoverno para os estados. É constituído um federalismo baseado em um autonomismo estadual oligárquico, à custa do enfraquecimento dos municípios, das práticas republicanas e do Governo Federal, ampliando a desigualdade territorial, uma das características mais importantes de federação (ABRUCIO, 2010). Na educação era consolidada a duplicidade de redes, falta de articulação e coordenação entre as redes de ensino, grande desigualdade no plano subnacional, mas dando maior autonomia aos governos estaduais. “Com a proclamação da República houve a desoficialização do ensino, tendo a responsabilidade se deslocado do governo federal para os Estados. Surgiram então em 1909 a Universidade de Manaus; em 1911 é instituída a de São Paulo e em 1912 a do Paraná” (FAVERO, 2006, p. 21).

A universidade no Brasil foi criada não para atender as necessidades fundamentais da realidade da qual era parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias (FAVERO, 2006, p. 19).

Somente em 1915 a Reforma Carlos Maximiliano por meio do decreto nº 11.530 começa a existir uma legislação a respeito da criação de uma Universidade. Em 7 de setembro

de 1920 por meio do decreto nº 14.343, o presidente Epitácio Pessoa instituiu a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), lhe assegurando autonomia didática e administrativa.

[...] o Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar. Como decorrência, em 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto 14.343, o presidente Epitácio Pessoa instituiu a Universidade do Rio de Janeiro e, em 1927, o presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrade, e seu secretário do interior, Francisco Luís da Silva Campo, criaram a Universidade de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte.

A criação da Universidade teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno dos problemas universitário no país, entre as questões recorrentes destacam-se: concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil (FAVERO, 2006).

A Reforma de Córdoba em 1918, influenciou toda a região da América Latina, no Brasil sua repercussão chegou com atraso, mas esteve presente. Dias (2018) entende que se deve a Córdoba diversos princípios universitários, tais como: autonomia universitária, formação integral do ser humano, vínculo da universidade com a sociedade, transferência à sociedade dos conhecimentos, através da extensão e integração do continente.

Na Era Vargas (1930-1945) o poder torna-se mais centralizado, com o fortalecimento do Executivo Federal e a expansão de ações e de políticas nacionais em várias áreas, dentre elas a educação se destaca, com o aumento da participação nacional nas definições dos rumos educacionais, e a criação da pasta ministerial da área.

O ensino superior no Brasil começou a tomar forma a partir de 1931, com Francisco Campos, então ministro da Educação e Saúde Pública que, na época baixou seis decretos, dos quais dois estavam relacionados ao ensino superior. São eles: o Decreto n. 19.851 que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário e o Decreto n. 19.852 que dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro (SIMÕES, 2013). Apesar da centralização cada vez maior, houve iniciativa em matéria de ensino superior, tais como: a criação da Universidade de São Paulo em 1934 e da Universidade do Distrito Federal em 1935.

A Constituição de 1946 retoma a autonomia dos estados, concedendo aos municípios a possibilidade de autogoverno, assim como a repartição de competência entre os entes federados e eleições regulares. Houve modificações em prol da democratização e federalização. Mais dinâmica e mais democrática, maior coordenação federativa. Após a constituição de 1946, os

debates e as discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases, retomaram um porte e tiveram seu apogeu em 1961, quando foi promulgada a LDB n. 4.021/61 (SIMÕES, 2013).

O processo de industrialização que ocorria no mundo também trouxe modificações no cenário econômico brasileiro. Como decorrência, ampliava-se a demanda por mão de obra qualificada para atender a indústria nascente. Esta mão de obra extrapolava o nível técnico, tornando necessária a formação, em âmbito universitário, de engenheiros, físicos, matemáticos, químicos, dentre outros, para as atividades produtivas. Em paralelo ao setor industrial, cresce o setor de serviços e de planejamento aumentando também a demanda por um corpo técnico qualificado de profissionais das áreas de economia, administração e outras.

Não por acaso, entre as décadas de 1950 e 1960, foram fundadas no país 28 Universidades Federais, sendo um dos mais importantes atos realizados pela política nacional do período. Essas instituições passaram a ser um retrato da força da sociedade brasileira, e sua criação é entendida como tão importante quanto a criação dos demais sistemas nacionais (BUARQUE, 2003).

Em 1961, a União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1953, realizou, em Salvador, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, cujas conclusões foram condensadas na chamada “Carta da Bahia”. O Seminário apontou como diretrizes básicas da reforma universitária os seguintes pontos: a) democratização da educação em todos os níveis; b) abertura da universidade ao povo, por meio da extensão universitária e dos serviços comunitários; c) articulação com os órgãos governamentais (FAVERO, 2006). Com a queda do regime democrático pelo Golpe Militar em 1964, a educação nacional entrou em uma fase de retrocesso. As universidades brasileiras perderam valor no período considerado ditatorial; a pouca voz que essas instituições haviam conseguido até então foi silenciada.

Em 1968, com a pressão estudantil, os debates dentro das universidades e a manifestações nas ruas, a exigência por uma reforma universitária força o governo a criar um grupo de trabalho encarregado de pensar o problema.

Entre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação (FAVERO, 2006, p. 34).

Em contrapartida, houve o processo de expansão e privatização do sistema de ensino superior. A formação começou a ser vista como um treinamento voltado cada vez mais para o mercado de trabalho. A pesquisa passou a ser direcionada para o setor produtivo sob

encomenda das empresas. Os modelos universitários deveriam primar por sua qualidade de ensino, pesquisa e extensão, e, para que isso pudesse ocorrer de modo adequado, pelo menos um terço do corpo docente deveria apresentar titulação de mestre ou doutor e ter disponibilidade para suas funções em regime de tempo integral. Esses fatores acabaram onerando essas instituições, com consequências para suas expectativas de crescimento nesse período.

Os governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (1990 – 2002) foram caracterizados pela falta de investimento do Estado no campo da pesquisa (científica e tecnológica) e pelo abandono em relação ao ensino universitário público (principalmente na esfera da graduação). Desde 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, várias mudanças foram e vêm sendo introduzidas pela política educacional.

Essas mudanças tiveram como base a nova LDB, de 1996, além de outros documentos legais complementares que foram combinados com uma política de congelamento de salários dos docentes das universidades federais, de cortes de verbas para a pesquisa e para pós-graduação. Essas medidas acabaram desmoralizando o movimento docente universitário. Segundo a LDB, o Estado, além de assumir um papel destacado no controle e na gestão das políticas educacionais, liberalizou a oferta da educação superior para a iniciativa privada. Assim, ao Estado caberia apenas regular e controlar a educação superior por meio da criação de mecanismos de credenciamento e avaliação.

A LDB e algumas leis que se seguiram são importante marco na mudança da educação superior brasileira, nem tanto por aquilo que explicita, mas, sobretudo, por ter impedido um projeto de mudança e comprometimento da educação brasileira e pelas brechas que propiciou ao capital e setores privados (ROSSATO, 2011, p. 28).

### **2.3 A Expansão Universitária no Brasil**

A Expansão das universidades no Brasil não ocorreu de forma homogênea e regular. A criação do maior número de universidades federais no Brasil fica concentrada em dois períodos da história, na década de 1960, quando foram implantadas 20 instituições e na primeira década do século XXI, quando são acrescidas 21 universidades as 38 existentes.

A expansão da educação superior ocorreu na mesma linha e para o atendimento das mudanças contemporâneas ocorridas na produção e valorização do capital, a reestruturação produtiva, que teve seu início sistematizado, no Brasil a partir da década de 1980 (MANCEBO, 2015, p. 2).



Existe uma lógica econômica e política nos objetivos propostos na expansão do ensino superior, que são interdependentes e interligados à atual conjuntura da economia capitalista. Se trata de uma ideologia do capital, que se alinha aos interesses do poder globalizado.

A educação cada vez mais deixa de ser um direito e passa a ser um serviço a gosto do mercado, sendo notório que a universidade pública brasileira tem estado na berlinda, seja para rever seus conceitos e suas funções sociais como agência formadora e produtora de conhecimentos científicos, culturais e intelectuais, seja para redefinir novas formas de administração e gestão colegiada, seja para adotar mecanismos autossustentáveis eficientes e com eficácia produtiva segundo a lógica mercadológica (FELDMANN; BRANDIM, 2015, p. 18).

Diante disso, o governo passou a olhar com mais atenção para a educação superior brasileira, buscando atender aos paradigmas da produção capitalista e à visão gerencialista do Estado e ao mesmo tempo tentando superar deficiências e melhorar os índices educacionais perante o mundo. Nesse período, começam a surgir na década de 90 programas e projetos que visavam à democratização do ensino superior e que foram intensificados durante a gestão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2011).

O governo de Lula contribuiu com a política privatista por meio de dois novos instrumentos legais que favoreceram a expansão do setor educacional privado: a) Decreto nº 4.914, de 11/12/2003 – que concede autonomia aos centros universitários; b) Decreto nº 5.622, de 19/12/2005 – que regulamenta a Educação a Distância (EAD) no Brasil.

Essas medidas legais fortaleceram e aprofundaram a política de diversificação institucional e liberalização para a criação de instituições isoladas voltadas para o mercado. Essas medidas foram decisivas para o crescimento explosivo do setor privado do ensino superior. Destacam-se algumas ações de ingresso ao ensino superior, público e privado, com vistas ao preenchimento de novas vagas em graduações das mais diversas áreas.

a) O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) - é destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

b) Programa Universidade para Todos (ProUni – medida provisória nº 213, de 10/09/2004) – democratização do acesso pela via privada, por meio de vultosas somas de isenção fiscal para as instituições privadas. O governo custeia o aluno que, em contrapartida, compromete-se com o pagamento futuro, após período de carência (18 meses após o término do

curso) em longo período, o que permite ao estudante inserir num mercado de trabalho, de forma qualificada e possibilitando o pagamento futuro deste empréstimo;

c) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – Decreto nº 6.096, de 24/04/2007 – elevação, em um prazo de cinco anos, da taxa média de conclusão dos cursos presenciais de graduação para 90%, praticamente dobrando a relação de alunos de graduação por professores em cursos presenciais, para alguns autores um indicador de precarização das condições de ensino;

d) Sistema de Cotas - em 29 de agosto de 2012, é sancionada a Lei nº 12.711, que define cotas reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um e meio salário-mínimo assim como por pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas e por pessoas com deficiência no ingresso em cursos de graduação, constituindo, portanto um sistema de cotas misto que contempla questões sociais, econômicas e raciais. Foi posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 que detalhou os critérios de seleção a serem aplicados para os cotistas. Ambos instrumentos legais acabaram conhecidos como "Lei das Cotas"

A ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil objetiva a igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições socioeconômicas desfavoráveis. Esta medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação (BRASIL, 2007, p. 6).

### **2.3.1 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais foi instituído pelo decreto nº 6.096 em 24 de abril de 2007, contextualizado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), política educacional do governo que faz parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Tem como objetivos: criar condições para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na graduação, aumentar a qualidade dos cursos, melhorar o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais e estimular a diversidade do sistema de Ensino Superior (BRASIL, 2007).

A concepção do Reuni está diretamente ligada ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) um programa que visa expandir a atuação das universidades públicas, juntamente com a ampliação de vagas no ensino superior público, tendo por diretrizes:

I – Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno.

II – Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior.

III – Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a, constante elevação da qualidade.

IV – Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializadas.

V – Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

VI – Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

São seis as dimensões do Reuni que deverão ser combinadas com o plano de reestruturação de cada universidade nas suas Diretrizes Gerais (BRASIL, 2007):

(A) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública

1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
2. Redução das taxas de evasão; e
3. Ocupação de vagas ociosas.

(B) Reestruturação Acadêmico-Curricular

1. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
2. Reorganização dos cursos de graduação;
3. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
4. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
5. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.

(C) Renovação Pedagógica da Educação Superior

1. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
2. Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
3. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.

(D) Mobilidade Intra e Inter-Institucional

1. Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior;

(E) Compromisso Social da Instituição

4. Políticas de inclusão;
5. Programas de assistência estudantil; e
6. Políticas de extensão universitária.

(F) Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação

1. Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.

A proposta de financiamento da expansão proposta no Reuni viria de fontes do MEC de acordo com o plano elaborado por cada universidade. As unidades escolhiam participar ou não

e muitas delas ficavam rodeadas de incerteza e expectativa, pois cada uma delas, até que recebesse o recurso, teria que dar conta de iniciar o processo de expansão com o que tinha, ou seja, com a mesma estrutura administrativa e financeira, talvez por isso o programa até hoje divide opiniões.

O Reuni lançou bases para a expansão das Ifes rumo a lugares mais ermos e recônditos, no interior do Brasil, caracterizando uma quebra de paradigma, em que a educação passou a ser vista como motor do desenvolvimento nacional, contribuindo para a justiça social, ao proporcionar chances de formação universitária para segmentos fragilizados pela organização desigual e elitista do Brasil (ANDRIOLA; SULIANO, 2015, p. 286).

São programas como o Reuni que demonstram que o governo e o Estado brasileiros, independentemente de qual partido esteja no governo, assumem a necessidade da inserção completa do Brasil no processo de mundialização do capital. Assumem o Brasil como um país que necessita ser atraente ao capital produtivo e financeiro internacionais, um país dependente tecnologicamente, e que pode, a partir de desenvolvimento científico e tecnológico direcionados, cumprir um papel emergente, em outras palavras, semiperiférico, na economia mundial (FILARDI, 2014, p. 580).

A partir do REUNI, o Governo Federal adotou uma série de metas a fim de atingir os objetivos estabelecidos, com destaque para:

- aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais e o número de estudantes por professor na graduação;
- diversificar as modalidades de cursos na graduação, por meio da flexibilização dos currículos, da educação à distância, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e/ou bacharelados interdisciplinares, incentivar a criação de um novo sistema de títulos,
- elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino públicas e/ou privadas.

Para cada universidade federal que aderiu a esse “termo de pactuação de metas”, ou seja, um contrato de gestão com o MEC, o governo prometeu um acréscimo de recursos limitado a 20% das despesas de custeio e pessoal.

O REUNI foi concluído em 2012 e trouxe mudanças de ordens diversas para as instituições integrantes, tais como de infraestrutura, financeira e cultural. Novas universidades públicas foram implantadas e consolidadas, além de realizada a expansão de novos *campi* nas universidades públicas existentes, por meio dele. O programa trouxe para as universidades a estrutura *multicampi*, nos casos em que a instituições já possuía vários *campi* o Reuni foi determinante para a viabilidade financeira destes (BIZERRIL, 2018).

A possibilidade de criação de novas universidades e *campi* promova as condições para que a própria universidade avance em seus modelos institucionais e de avaliação da qualidade, favorecendo, sobretudo, a interdisciplinaridade, a sustentabilidade e o diálogo do meio acadêmico com a realidade das comunidades, o que, de fato, tem sido verificado em diversos casos (BIZERRIL, 2018, p. 10).

A partir dessas opiniões, entende-se que o REUNI tenha alcançado suas metas iniciais, mesmo com alguns problemas, a expansão e a democratização da educação no Brasil é perceptível com diversos dados que comprovam.

### 2.3.2 Implementação do Reuni na Universidade de Brasília

No dia da inauguração de Brasília, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), chefe do Poder Executivo Federal, em seu primeiro ato na nova capital do país apresenta ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.861/60, com a proposta de criação da Fundação Universidade de Brasília (FUB), e que efetivamente foi inaugurada em 21 de abril de 1962. A Universidade de Brasília (UnB) surge num cenário de mudança da capital do país e prima pela inovação tecnológica, oportunidades de acesso à educação superior aos jovens, excelência em pesquisas, proposição de inovações, entre outros, sendo um espaço para propostas modernas ao Brasil.

A construção do *campus* brotou do cruzamento de mentes geniais. O inquieto antropólogo Darcy Ribeiro definiu as bases da instituição. O educador Anísio Teixeira planejou o modelo pedagógico. O arquiteto Oscar Niemeyer transformou as ideias em prédios (UNB, 2019). Nas décadas de 70 e 80 a Universidade passa por um período de perseguição e repressão devido a Ditadura Militar.

Desde a década de 80 ocorreram vários debates e discussões acerca do futuro da UnB quanto ao seu papel para o DF e Entorno. Estudos atuais demonstram que em outras regiões do país o desenvolvimento foi firmado devido ao investimento na formação dos recursos humanos pela universidade pública. No DF, a UnB já tem um importante papel, que poderá ser ampliado com sua expansão, tendo seu alcance em todo DF e Entorno (FUB, 2005).

Com o intuito de expandir e interiorizar as universidades, em 2003 foi lançado o Programa de Expansão Etapa I das Universidades Federais. Na UnB a expansão ocorreu a partir de 2006, com a abertura de dois cursos de graduação no *campus* Planaltina. Em 2007, foi criado o curso de educação do campo. Já com a vigência do REUNI, no segundo semestre de 2008, foram criados mais dois cursos de graduação em Planaltina e iniciados cursos de graduação nos *campi* Ceilândia e Gama. Em seguida foram criados programas de pós-graduação *strictu sensu* em todos os *campi* (MOURA et al., 2012, p. 13).

Para identificar as localidades nas quais seriam instalados os *campi*, foram utilizadas as características econômicas e demográficas já classificadas. A RIDE Regiões Administrativas do Distrito Federal e municípios de Goiás e de Minas Gerais se convencionou a chamar de RICs UnB – Regiões de Influência do *Campus* UnB. Que foram divididas nas seguintes regiões:

- a) RIC I: *Campus* Universitário UnB – Plano Piloto (*Campus* Universitário Darcy Ribeiro), abrangendo as Regiões Administrativas de Brasília, Candangolândia, Cruzeiro, Guará, Lago Sul, Lago Norte, Núcleo Bandeirante, Sudoeste e Octogonal, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, Varjão e Park Way;
- b) RIC II: *Campus* Universitário UnB – Planaltina, abrangendo as Regiões Administrativas de Sobradinho, Planaltina, Brazlândia e Sobradinho II e os municípios de Formosa, Buritis, Cabeceiras, Planaltina de Goiás, Vila Boa e Água Fria de Goiás;
- c) RIC III: *Campus* Universitário UnB – Ceilândia/Taguatinga, abrangendo as Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Samambaia e Águas Claras, e os municípios de Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Cocalzinho de Goiás, Pirenópolis, Águas Lindas de Goiás, Corumbá de Goiás, Alexânia e Abadiânia;
- d) RIC IV: *Campus* Universitário UnB – Gama, abrangendo as Regiões Administrativas de Gama, Santa Maria, São Sebastião, Paranoá, e os municípios de Cristalina, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Cabeceira Grande e Unaí (UNB, 2005, p. 21-22).

Em 2006 o *campus* de Planaltina foi o projeto piloto do Plano de Expansão da Universidade de Brasília. Inaugurado antes do REUNI, esse novo *campus* teria como objetivo atender a população da RIC II. A ideia inicial que consta no plano seria a criação de quatro cursos de graduação: Administração, com habilitação em Agronegócio, Agronomia, Enfermagem e Pedagogia. No ano de 2005, no segundo semestre, foram realizados os concursos para a contratação dos primeiros dez professores para o campus de Planaltina para os cursos de Bacharelado em Gestão do Agronegócio e Licenciatura em Ciências Naturais. Não constam em nenhum documento oficial as razões para a criação de cursos diferentes aos que estavam no plano de expansão (BIZERRIL; LE GUERROUE, 2012).

O ingresso da UnB no REUNI foi aprovado na 333ª reunião do CONSUNI – Conselho Universitário da UnB realizada no dia 19 de outubro de 2007. Em 29 de outubro de 2007, a UnB encaminhou ao Ministério da Educação a proposta da UnB que foi aprovada em 21 de dezembro de 2007.

Com a implantação do REUNI na UnB, em julho de 2008, as metas do programa foram estendidas para o Programa de Expansão Etapa I, muitas vezes os dois programas foram tratados conjuntamente, mas os recursos foram distintos. Foi repassado para a UnB R\$ 109.171.581,92 para investimentos por meio do REUNI, que foram utilizados em obras e

equipamentos, além da contratação de pessoal. A partir de 2009 a gestão dos recursos foi feita pelos diretores dos três *campi*, juntamente com o Decano de Administração.

Com a inserção do Reuni, a FUP teve seus cursos ampliados, com a criação do curso de Gestão Ambiental e Ciências Naturais, ambos no período noturno, além do curso de Educação do Campo, criado em 2007 com regime de alternância. Além disso seu corpo docente e técnico foi acrescido para atender ao maior quantitativo de alunos. Algumas obras tiveram de ser planejadas para acompanhar a expansão, com a inserção de mais um prédio para aulas, biblioteca e laboratórios, outro para o restaurante universitário além do alojamento para os estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), que necessitam de moradia pois o curso é estruturado em regime de alternância, os estudantes ficam alojados na FUP e realizam variadas atividades acadêmicas nos três turnos durante 60 dias.

Foi a sua inclusão no programa que possibilitou as condições orçamentárias e de pessoal necessárias à efetiva implantação da FUP. Em 2017 o *campus* contava com cinco cursos de graduação e quatro programas de pós-graduação, tendo se destacado pela inovação na gestão, integração com a sociedade e o exercício da interdisciplinaridade (BIZERRIL; LE GUERROUÊ, 2012; PASQUETTI; COSTA, 2017).

## 2.4 A Questão do Impacto das Universidades

A Universidade desde sua criação conta com características que a classifica como um local de transformação, a sua importância ao longo do tempo em diversas situações, contextos e discussões tanto sociais como econômicas e estratégicas se prolonga por décadas. Neste contexto o papel da universidade se torna decisivo, para Chauí (2003) desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições.

Ao longo da história as universidades desempenharam funções implícitas ao papel que a sociedade lhe foi atribuindo: no aparato ideológico e nos debates sociais e intelectuais; na orientação estética, configuração da moral e dos valores da sociedade civilizada, e na criação de elites e de hierarquias sociais; na incubação das revoluções na ciência e na tecnologia; e na formação da burocracia (CASTELLS, 1994).

A universidade é uma criação histórico-social que se põe a missão de formar seres humanos e produzir conhecimento, por um lado, e, por outro, de ser uma instância crítica de si mesma e da sociedade, além de motor do desenvolvimento social e econômico propugnado pelas sociedades em que se inserem e num dado momento de uma formação histórico-social (SANTOS; TAVARES, 2016, p. 5).

A conjuntura mundial passou a apresentar aspectos importantes que eram indicativos de mudanças econômicas, tais como o processo de industrialização, a globalização. Neste contexto, o conhecimento assume um importante papel e considerando que as universidades estão entre os principais produtores do conhecimento, volta-se a observar a Universidade como elemento do desenvolvimento, agora regional. Assim, as universidades se tornam atrativos para novos investimentos colaborando como desenvolvimento sustentado das regiões.

Para Friedhilde e Liberato (2013), além de ensino, pesquisa e extensão, a universidade pública tem também como função a “promoção social”. Para os autores, isso ressalta o papel das universidades no desenvolvimento regional, considerando-o como de imensa importância para a aceleração do crescimento econômico-social local ou regional. “A universidade é convocada a ser o palco de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos, abstratos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para solução de problemas” (FAVERO, 2006, p. 19).

Neste sentido desde o final da década de 90 até o ano de 2016 vinha sendo desenhada e implantada, por parte do governo federal, uma série de políticas com vista à ampliação do ensino superior público no Brasil partindo do pressuposto que as universidades podem ser usadas como mecanismos de alavancagem do desenvolvimento da região onde se inserem e conseqüentemente do país.

O ensino superior necessita ultrapassar as ‘paredes da universidade’, ou seja, ir além da construção do conhecimento para os que estão dentro de seus muros, alcançando a comunidade local e contribuindo de forma mais complexa para o desenvolvimento da região (HOFF; PEREIRA; DE PAULA, 2017, p. 511).

Portanto, atualmente, é consonantemente reconhecido que a pesquisa desenvolvida nas universidades desempenha um papel importante nas economias regionais. Surge, também, um novo paradigma que encara que essa investigação poderá gerar ganhos significativos em termos socioeconômicos e de qualidade de vida (FERNANDES, 2011).

Compreendido então que a universidade pode servir como instituição relevante para o desenvolvimento das regiões, torna-se necessário compreender como este processo ocorre, buscando entender, como se dá o impacto da universidade no desenvolvimento regional através de seus *campi*.



### 2.4.1 Impacto de Novos *campi*

Com a expansão universitária e a interiorização regional com os novos *campi*, houve uma mudança no panorama do ensino superior no Brasil, são diversas as modificações percebidas nas regiões onde estes foram instalados. Mudanças tanto no ambiente físico e social foram geradas impactando nas cidades e em seus moradores, pois a universidade colabora ativamente para o progresso material, a melhoria da qualidade de vida e o ambiente cultural que está inserida, devido ao conhecimento que produz e propaga através das pessoas que forma.

A ida da universidade brasileira rumo ao interior responde às demandas históricas de segmentos fragilizados socialmente, educacionalmente e economicamente, com o objetivo precípua de proporcionar-lhes oportunidades de formação universitária, cidadã e de elevada qualidade (ANDRIOLA; SULIANO, 2015, p. 287).

Com a chegada de todo o aparato que é necessário para o funcionamento de um *campus* universitário, tais como infraestrutura, pessoal e serviços, uma cidade pode ter sua vida modificada. A movimentação de recursos financeiros por meio do pagamento de salários de professores e de funcionários; investimento em obras e equipamentos, das demais despesas de custeio e dos gastos dos alunos oriundos de outras cidades constituem um conjunto de fatores que podem exercer um efeito dinâmico e multiplicador sobre várias atividades das cidades onde as universidades estão inseridas (LOPES, 2003).

Para Hoff et al. (2012) as universidades podem gerar duplo ganho pois ampliam-se as relações econômicas no entorno da universidade, e ocorrem, no longo prazo, mudanças culturais na região. Os autores citam que primeiro ganho, são os impactos diretos e observáveis no curto prazo, principalmente pela movimentação financeira que geram, por conta do consumo de diversos bens e serviços, principalmente, pelo aluno e pela emergência de relações comerciais da instituição de ensino com organizações regionais; enquanto o segundo, são os impactos indiretos e observáveis no longo prazo, estando relacionados com a capacidade de influenciar o ambiente cultural e o ambiente empresarial da região de inserção. Este ganho ocorre em função do papel formador da universidade e da ampliação de suas atividades fins (ensino, pesquisa e extensão), os quais acabam por influir na cultura do entorno.

Diniz e Vieira (2015) corroboram com a afirmação que as atividades promovidas pelas instituições geram efeitos positivos e as classificam em: quantitativo imediato- impactos positivos sobre a renda e o emprego local e qualitativa estrutural de longo prazo- recursos humanos de elevada qualificação técnica e acadêmica, aplicação e difusão do conhecimento científico e tecnológico, e infraestrutura de pesquisa, acadêmica e cultural. Os equipamentos da

IES, como a Biblioteca, operam nesse sentido, construindo um ambiente local favorável à geração e difusão de conhecimento e cultura.

Os modelos de desenvolvimento regional sugerem, assim, que as universidades desempenham um papel crítico na geração de conhecimento, termo criado por Castells (1994). Contribui para isso a realização de atividades de investigação, a mobilização de financiamento público e privado, a construção de capacidades de investigação no capital humano, a atração de investigadores qualificados e o estabelecimento de parcerias com outras entidades (FERNANDES, 2011, p. 11).

O conhecimento gerado pelas universidades passou a transbordar para além das salas de aula através de ações como: pesquisas científicas, extensão universitária, bem como da liberação de capital humano. Envolvendo-se de forma interativa com a sociedade onde está inserida. A troca de conhecimentos entre a universidade e sociedade resulta em impactos indiretos na dinâmica local.

O aumento do nível médio de conhecimento dos recursos humanos, tendo a educação como processo formal de aprendizagem, corresponde à faceta mais explícita do papel que as universidades desempenham no desenvolvimento (FERNANDES, 2011, p. 13).

A educação superior, por outro lado, não deve se preocupar apenas em formar recursos humanos para o mundo do trabalho, mas também formar cidadãos com espírito crítico que possam contribuir para solução de problemas cada vez mais complexos da vida pública (BRASIL, 2007, p. 5).

## **2.5 A Extensão Universitária**

A partir do princípio de dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a formação universitária se mostra deslocada da realidade social. Com relação à relevância social da universidade, se estabelece a necessidade de engajar comunidade e universidade para que, seja possível a elaboração de políticas públicas que impactem positivamente a sociedade e a universidade seja, portanto, capaz de gerar transformação social. A extensão universitária é aqui entendida como uma “via de mão dupla” (entre sociedade e conhecimento acadêmico). É concebida como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade (TAVARES, 2001, p. 77).

Realizar a interação necessária entre educação e realidade ou universidade e comunidade é, assim, indispensável para viabilizar a construção de conhecimento adequado à realidade social, bem como para produzir ensino e pesquisa capazes de gerarem impacto social

e transformação. Pietrovski et al. (2018, p. 17) entendem que ‘a aprendizagem pautada no pensamento crítico e o importante papel da universidade como um agente do desenvolvimento, articulado os agentes locais e a superação das restrições tecnológicas, econômicas e sociais das realidades regionais onde está inserida. Esse é, portanto, o papel da extensão universitária.’”

A extensão corresponde à ponte que leva os conhecimentos à comunidade por meio de aplicações práticas para ser efetivada, alimentadas pelos conteúdos, pelas contribuições dos alunos e professores. A extensão prescinde da pesquisa para diagnosticar e solucionar problemas da comunidade, buscando sempre a atualização. (SILVA, 1997, p. 148).

A extensão é um processo fundamental para articular o tripé ensino, pesquisa e extensão, no qual a universidade desempenha relevante papel junto à sociedade, na formação de profissionais melhor preparados para atender às constantes mudanças e desenvolver e inovações a serem adotadas pelas organizações (PIETROVSKI et al., 2018, p. 4).

Os objetivos da extensão, conforme orienta Freire (1983, p. 13), não podem ser reduzidos a ideia de estender à sociedade um conhecimento pré-estabelecido. Para ele, há de se questionar até mesmo o conceito por trás da palavra “extensão”, pois esclarece que o saber acadêmico não deve se estender à sociedade, mas se constituir na relação dialógica com ela. A ideia contida nas entrelinhas do vocábulo “extensão” seria a de iluminar, esclarecer, orientar e até normalizar uma outra parte do mundo, o outro, para torná-lo semelhante a si mesmo, ou seja, “domesticá-lo”.

Além da integração entre ensino e pesquisa, outro importante objetivo da extensão universitária é promover a integração entre universidade e sociedade, prestando serviços assistenciais a comunidade, promovendo cursos profissionalizantes e levando, sobretudo o conhecimento. o contato íntimo com a comunidade e com a realidade social promove um conhecimento mais amplo e permite um domínio maior sobre o assunto (RODRIGUES et al., 2013, p. 145).

A extensão se configura, assim, como canal para a escuta qualificada da comunidade e, dessa forma, para que a universidade, como principal produtora de conhecimento e pesquisa voltadas para a elaboração de políticas públicas, consiga compreender quais são os anseios e necessidades dos reais demandantes das ações do poder público.

O fortalecimento da relação sociedade-universidade proporciona melhoria na qualidade de vida do cidadão, quando ocorre o rompimento das barreiras da sala de aula. A troca de informações deve acontecer entre aquele que está na condição

universitária, para o que está na condição de aprender. Trata-se de uma passagem de conhecimento (RODRIGUES, 2013, p. 146).

Apesar do reconhecimento da importância do seu papel, como um instrumento necessário para que o produto da universidade, a pesquisa e o ensino, estejam articulados entre si e possa ser elevado o mais próximo possível das aplicações úteis na sociedade, a extensão ainda enfrenta dificuldades em se colocar como pilar efetivo da Universidade.

A carreira universitária ainda atribui pouca importância à prestação de serviços à coletividade ou à extensão acadêmica, continua-se privilegiando uma dedicação exclusiva ao ensino regular, às pesquisas acadêmicas e as publicações em periódicos científicos. Apesar de um desenvolvimento inegável ao longo das últimas três décadas, a extensão e os serviços à coletividade, estruturalmente frágeis e dotados de recursos escassos, conservam seu estatuto de primos pobres das nossas instituições (TREMBLAY, 2011, p. 13).

### **2.5.1 A Extensão Universitária na Universidade de Brasília**

Na Universidade de Brasília, os capítulos especiais do Estatuto e do Regimento Geral, aprovados pelo Conselho Federal de Educação em 1970, trataram a extensão universitária na UnB sob a ideia de “desenvolvimento de atividades extracurriculares”. Ainda naquele ano, o Plano da UnB, aprovado por iniciativa do Reitor Caio Benjamim Dias, daria objetivo à extensão na Universidade de Brasília sob a seguinte referência: “a extensão universitária será desenvolvida através de cursos e serviços oferecidos ao público em geral, com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho”. O referido instrumento, ao se referir ao corpo discente, estabelecia “a Universidade estimulará sua participação na vida da instituição, através de esportes, programas culturais e cursos e serviços de extensão, proporcionando aos alunos oportunidade de participação em projetos de melhoria das condições de vida da comunidade, bem como no processo de desenvolvimento regional e nacional”. Ainda no ano de 1970 é criada a primeira Câmara de Extensão da UnB (CEX/UnB).

A institucionalização da extensão na UnB tem sido desenvolvida de forma concomitante à normalização das atividades acadêmicas, isto porque os conselhos superiores, ao reformularem os instrumentos normativos e estabelecerem novas diretrizes institucionais, vem contribuindo para a organização e sistematização da extensão universitária, em especial no que se refere à valorização do compromisso da universidade com a comunidade e na ideia da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) nº 22/2000, ainda vigente, oferece um exemplo claro dessa participação quando define sobre os objetivos, natureza, ações, os agentes responsáveis pelas orientações e acompanhamento, e das orientações para a concretização da atuação da extensão na UnB.

A formulação das políticas e diretrizes da extensão é de responsabilidade do Decato de Extensão (DEX), cabendo à CEX deliberar sobre os planos e propostas relacionados a essas políticas, assim como deliberar sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com propostas de ações de extensão das unidades proponentes.

De forma a possibilitar a articulação e fomento das ações de extensão desenvolvidas pelos Institutos e Faculdades, e seus correspondentes Departamentos, foi criada, ainda no ano de 1988, a função de Coordenador de extensão, a quem cabe as orientações, incentivo e supervisão das atividades de extensão no âmbito da sua unidade (Resolução CEPE nº 022/88). O Coordenador de extensão é indicado pela unidade acadêmica (Institutos e Faculdades), com nomeação feita por Ato da Reitoria, e será, preferencialmente, representante da unidade na CEX. Todas as atividades de extensão realizadas pelas unidades acadêmicas devem, obrigatoriamente, dispor da aprovação do Coordenador de extensão. Em 2012 foram consolidadas as diretrizes gerais para a orientação da formulação e implementação das atividades de extensão na UnB, consistidas na interação dialógica, na interdisciplinaridade e interprofissionalidade, na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e no impacto na formação do estudante e na transformação social (art. 2º. da Resolução CEX nº 001/2012, com redação mantida na Resolução CEPE nº 060/2015).

A articulação com as políticas públicas na atuação da extensão universitária na UnB passa, desde o ano de 2012, a ocorrer sob a concepção de eixos integradores, na perspectiva de:

- a) Eixo Áreas Temáticas: nortear a sistematização das atividades de extensão em oito áreas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente; Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho;
- b) Eixo Território: promover a integração, em termos espaciais, das atividades extensionistas, assim como das políticas públicas com as quais elas se articulam;
- c) Eixo Grupos Populacionais: promover a integração social em grupos populacionais específicos, especialmente os excluídos e aqueles em situação de vulnerabilidade social. As atividades de Extensão estão classificadas na UnB como: Cursos de extensão; Eventos;

Programas e Prestação de serviços (Resolução Consuni nº 022/2000). No ano de 2003 foi incluída a atividade de “Projeto”, na intenção de regulamentar as ações formalizadas de caráter educativo, social, cultural, científico, tecnológico ou de inovação tecnológica com objetivo específico e prazo determinado, renovável ou não, vinculado ou não a um Programa, que se integre às linhas de ensino e pesquisas desenvolvidas pela UnB.

Todas as atividades extensionistas desenvolvidas pela UnB, seja por unidades acadêmicas, seja por Centros e Unidades Descentralizadas, deverão ser obrigatoriamente encaminhadas para avaliação e aprovação da CEX/DEX, obedecendo aos seguintes critérios e normas:

1. devem ter um Coordenador, com comprovada qualificação na área na qual a atividade de extensão esteja inserida, o qual ficará responsável pelo atendimento das normas do DEX. Até o ano de 2014, essa coordenação poderia ser desempenhada por docentes e técnicos administrativos do quadro, ativo e inativo, de servidores da Fundação Universidade de Brasília - FUB/UnB. Recentemente, por meio da Resolução CEPE nº 060/2015, somente servidores docentes em efetivo exercício na instituição poderão coordenar as atividades de extensão;
2. devem ter a aprovação do Coordenador de extensão da unidade e a aprovação do Colegiado do Departamento ao qual a atividade está vinculada.
3. devem ser cadastradas no Sistema de Informação de Eventos de Extensão (SIEX) e encaminhadas, com antecedência, para a pré-avaliação da Diretoria Técnica de Extensão (DTE/DEX), caso seja Projeto, e pela Diretoria de Capacitação e Formação Continuada (Interfoco/DEX) quando essas corresponderem a cursos ou minicursos.
4. no caso de Eventos, Cursos e Minicursos deverão ser reservadas, com isenção de taxas de inscrição, 5% (cinco por cento) do total máximo de vagas, ou 2 vagas, caso o percentual estabelecido represente um número inferior, para contemplar servidores da UnB e estudantes carentes regularmente matriculados na UnB. Essa norma não se aplica para atividades de extensão realizadas no âmbito de Contratos institucionais assinados pela UnB com instituições públicas e privadas.

A organização das diretrizes e critérios a serem observados na prática da concessão de bolsas para a participação de alunos nas atividades de extensão foram estabelecidas com a criação do Programa de Bolsas de Extensão (Resolução do CEPE nº. 016/87). Posteriormente novas orientações foram estabelecidas pela Resolução CEX nº 001/2007, Resolução do

Conselho de Administração (CAD) nº 002/2012 e, mais recentemente, pela Resolução CEPE nº 060/2015, esta última na intenção particular de regulamentar o Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX.

Ao final da atividade extensionista serão expedidos certificados próprios para: o coordenador da atividade; para a equipe de execução; docentes, técnicos, estudantes e membros externos à UnB que participaram das atividades; para os instrutores de cursos e; para os participantes, desde que atingido o critério de aprovação previsto para os Cursos (carga horária mínima de 30 horas). Nas atividades de Cursos e Minicursos poderão ser inseridos como instrutores alunos da graduação, da pós-graduação e profissionais externos à UnB, desde que devidamente aprovados pelo colegiado da área.

O processo de avaliação final das atividades extensionistas se dá por meio de relatórios parciais e finais realizados pelo Coordenador da Atividade, sendo essa avaliação obrigatória no caso particular de atividades que atuam com certificação para os participantes. Esses instrumentos subsidiam a construção de indicadores de extensão na UnB realizada pelo DEX e darão fundamento à consolidação do Relatório Anual de Avaliação a ser elaborado pelo DEX com o apoio de suas diretorias.

Na FUP existe uma coordenação específica de Extensão, formada pelo coordenador, um técnico administrativo, representantes das áreas: educação, ciências exatas, ciências humanas e sociais, ciências da vida e terra, ciências sociais aplicadas e tecnológicas e bolsistas.

A FUP destaca-se por suas relações com a sociedade. Diversos programas, projetos e cursos de extensão são desenvolvidos ano a ano, de forma colaborativa com atores sociais de Planaltina e entorno, além de estados da área nuclear do bioma Cerrado. As ações recobrem temas diversos, com ênfase nas áreas de educação e meio ambiente, com uma forte vinculação com os territórios em que se realizam (PAQUETTI; COSTA, 2017, p. 21).

A FUP possui o Colegiado de Extensão que é presidido pelo Coordenador de Extensão da FUP, e composto por um docente de cada Área do Conhecimento da FUP, um técnico administrativo da FUP, e representantes discentes dos Cursos de Graduação ou Pós-Graduação Stricto Sensu da FUP, eleitos por seus pares, não excedendo a 1/5 do total de membros conselheiros docentes

### **3 METODOLOGIA**

Neste capítulo são apresentados os métodos e técnicas utilizados para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa. Dividido em seções, a primeira identifica o tipo de pesquisa realizada; a segunda refere-se aos lócus, caracterizando a organização de estudo; a terceira discorre acerca dos participantes da pesquisa; na quarta são apresentados as técnicas e procedimentos de coleta de dados; e, por fim, são lançadas as estratégias para a análise das informações.

#### **3.1 Tipo de Pesquisa**

Pesquisa de natureza exploratória conforme Gil (2008) o objetivo é ter uma maior compreensão do problema, visando à construção de hipóteses, principalmente no que tange a entrevistas com pessoas e análise de exemplos além de analisar e identificar as disfunções da estrutura atual, permitindo maior familiaridade e visão geral do problema.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, uma vez que possui o objetivo de investigar a atuação da FUP na comunidade, sob a perspectiva da extensão. As pesquisas qualitativas, segundo Marconi e Lakatos (2003), têm a necessidade de analisar e interpretar profundamente o fenômeno para que se tenha condições de descrever a complexidade do objeto estudado. Conforme Creswell (2010, p. 43), como “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”, focando-se em pesquisa documental, análise de textos e interpretação pessoal dos achados, e em entrevistas semiestruturadas.

As pesquisas descritivas, por sua vez, descrevem criteriosamente os fatos e fenômenos de determinada realidade, de forma a obter informações a respeito daquilo que foi definido como problema a ser investigado, conforme Triviños (2008).

Como estratégia de investigação, foi aplicado o estudo de caso, caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados (GIL, 2008).

Dessa forma, no Quadro 1 é demonstrado o resumo dos métodos, técnicas, procedimentos e estratégias de pesquisa adotados neste estudo.



**Quadro 1:** Resumo da Metodologia da Pesquisa.

<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b>		
<b>Abordagem</b>	Qualitativa	
<b>Estratégia</b>	Estudo de caso	
<b>Quanto à natureza</b>	Exploratória e Descritiva	
<b>Técnica de pesquisa</b>	<b>Documental</b>	<b>Entrevista semiestruturada</b>
<b>Instrumentos</b>	Tipo de documento, finalidade, principais informações e origem	Roteiro de entrevista
<b>Levantamento e coleta de dados</b>	Arquivos e internet	Após autorização, agendamento e aplicação do roteiro de forma presencial e individual
<b>Tipo de material</b>	Instruções, relatórios, planos, manuais, projetos e site UnB	Transcrição das entrevistas
<b>Registro de dados</b>	Leitura, seleção de fragmentos e marcações	Anotações, gravações e transcrição
<b>Análise dos dados</b>	Análise de Conteúdo	

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

### 3.2 Caracterização da Organização

A interiorização das universidades tem como intuito principal aumentar o acesso dando oportunidade para uma camada da população que até então vivia à margem da sociedade, outra consequência dessa interiorização são também as mudanças causadas na cidade que recebe o *campus*. No caso desta pesquisa sobre a Faculdade UnB Planaltina, se mostra importante entender a história da cidade de Planaltina e o contexto em que a faculdade se inseriu.

#### 3.2.1 Histórico da Região Administrativa de Planaltina

A cidade de Planaltina, atualmente integrando o que se denomina Região Administrativa (RA) do Distrito Federal, equivalente a bairros nas cidades tradicionais do país, possui algumas características peculiares, em relação às demais RAs, pelo fato de ela preexistir à fundação da capital federal. Originalmente pertencente ao estado de Goiás, Planaltina foi

desmembrada e parcela de seu território incorporada ao Distrito Federal em decorrência de sua localização geográfica privilegiada no quadrilátero central do país, espaço traçado pela Missão Cruls com o intuito de transferir a capital para a região central do país. Fundada ainda no tempo do Império, conserva parte de suas construções originais. Em seus arredores foi lançada, em 1922, a “Pedra Fundamental” da futura capital.

O povoado de Mestre D’armas, como Planaltina era denominada surgiu segundo Bertran (2011) em data incerta. A área onde hoje é localizada a Região Administrativa de Planaltina começou a ser percorrida pelos bandeirantes, que viajavam pelo interior da então província de Goiás em busca de jazidas de ouro e esmeraldas, na primeira metade do século XVIII. Sua origem com esse nome está ligada a um ferreiro, consertador de utensílios e de armas principalmente. De acordo com Silva (2019), apesar da ausência de fontes documentais que conduzissem a uma pesquisa mais consistente, a tradição oral reconheceu Mestre d'armas como um importante personagem de Planaltina, presente na narrativa de antigos moradores. Seu legado faz parte da memória, dando o nome ao principal ribeirão da cidade, sendo ainda bastante usado nos dias atuais.

Após o descobrimento do ouro, o Planalto Central recebeu enorme fluxo de pessoas em busca de riqueza. Para possibilitar o abastecimento das populações que se dedicavam a mineração e ao mesmo tempo servir de via para o escoamento das riquezas, foi criada uma antiga rede de estradas (BERTRAN, 2011).

De acordo com documento do Arquivo Público do Distrito Federal, Planaltina um referenciamento de fontes:

O Arraial Mestre d’Armas, povoado que vai dar origem a cidade de Planaltina, surge ao longo daquela que foi a mais extensa estrada do Brasil Colonial, que desde 1731 ligava Salvador da Bahia às Minas de Goiás e, mais posteriormente, a Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade.

Segundo documentos do Arquivo Público do Distrito Federal (APDF), a primeira referência a Mestre d’armas encontra-se na Carta do Ouvidor Geral de Goiás, Antônio da Cunha Sotomaior, ao rei de Portugal, Dom José, escrita da Villa Boa de Goiás em 30 de abril de 1758. A segunda referência é feita aos primeiros mapas da região, quando Mestre d’armas aparece nos primeiros mapas da região, de 1773, nomeando uma corrente de água como “Ribeirão do Mestre d’Armas”. A terceira referência será dada também em 1773 por meio do relato de viagem do quarto Capitão-General da Capitania de Goiás, D. José de Almeida que passando pela região indica o nome “Mestre d’armas” a um ribeirão.

Para Castro (1986), a fundação do povoado seria datada por volta de 1810, conforme registros de pagamento de dízimos da Freguesia de Santa Luzia, sob custódia do Museu das Bandeiras, em Vila Boa, primeira capital do atual estado de Goiás.

Consta no registro que o sítio de Mestre d'Armas fica ao norte do município de Santa Luzia e que compreende sete fazendas: a de Francisco de Freitas Coelho, de João Francisco Antônio, de João Carvalho da Cunha, Antônio Moraes Corcay, Manoel Rodrigues de Almeida, José Gomes Rabelo e Bernardo da Silveira (CASTRO, 1986, p. 67).

Bertran (2011, p. 310) explica que “os Gomes Rabello, fundadores de Planaltina, o seu tronco Alves Rabello e os Alarcão contam-se entre as mais antigas e extensas famílias do Planalto, com enorme capacidade colonizadora”.

Segundo Castro (1986), em 1810 houve uma epidemia, na qual levou a comunidade a fazer uma promessa a São Sebastião de que, se os habitantes fossem livres da doença doariam uma porção de terra e nela construiriam uma capela devotada ao santo. No ano seguinte, no dia 20 de janeiro de 1811, a comunidade celebra missa de ação de graças e faz a entrega das terras ao vigário de Santa Luzia.

A fundação oficial da cidade remonta a 19 de agosto de 1859, foi elevada a distrito de Formosa pela Lei nº 03 da Assembleia Provincial de Goiás, criando o distrito de Mestre D'armas. Pela Lei 615 de 2 de abril de 1880, foi criada a Paróquia de São Sebastião da Igreja católica, obrigando as visitas dos padres mais frequentes e a permanência por mais tempo no Distrito.

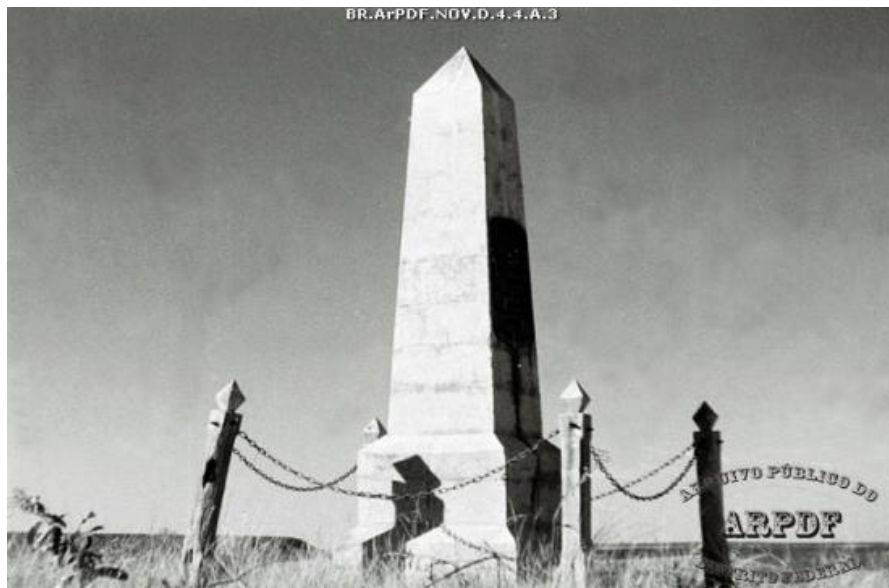
Em 1892 o então Presidente da República Floriano Peixoto cria a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. O astrônomo Luís Cruls chefiou a missão exploratória de 22 pesquisadores que, a partir do Rio de Janeiro, viajou pelo interior do país para escolher onde seria construída a nova capital do Brasil.

De acordo com Castro (1986), a missão chega a Formosa no dia 9 de agosto de 1892, seus membros se hospedaram onde hoje é o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (MHAP), quando se dividiram em 4 grupos que delimitaram a área definida pelo chamado Polígono Cruls. Já Silva (2019, p. 6), nomeia outra data "a comissão exploradora do planalto central ficou acampada, em 30 de agosto de 1892, identificando o centro de dispersão das águas, que futuramente passou a ser conhecido como Águas Emendadas”.

Em 7 de setembro de 1922, por ordem de Epitácio Pessoa, Presidente da República, foi lançada no morro Centenário, em Planaltina, a Pedra fundamental do Distrito Federal e futura

capital do país, a cidade de Planaltina, nessa época, ficou conhecida em todo o país como o local que abrigaria a futura Capital do Brasil. Este acontecimento criou novas perspectivas de vida na Região. A esperança com interiorização da Capital renascia no pensamento de cada morador de Planaltina e das pessoas que se deslocavam para as delimitações do espaço descrito por Cruls. Silva (2019) explica que as extremidades da pirâmide estão apontadas para os quatro pontos cardeais, onde se encontram os vértices indicados pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, que delimitou o primeiro mapa retangular do Distrito Federal.

**Figura 2:** Pedra Fundamental.



**Fonte:** Arquivo Público do DF.

Em 1924, houve a passagem da Coluna Prestes. Carlos Prestes, Júlio Prestes, Juarez Távora, Izidoro Dias Lopes e um grupo de mais de trezentos companheiros e seguidores formavam a Coluna. Pouco tempo depois outro grupo de mais de duzentos “simpatizantes”, que em nome da Coluna aprontavam com invasões, agressões e extorsões.

Nos anos 40, a mudança da Capital é retomada no cenário político e Planaltina hospedou a Comissão Poli Coelho, que decidiu pela manutenção da localização da futura Capital no mesmo local indicado pela Missão Cruls, em 1892. Silva (2019) completa afirmando que as pesquisas realizadas pelas equipes de Luiz Cruls foram ratificadas pela Comissão de Estudos da Nova Capital, chefiada pelo general Poli Coelho em 1946, e pela empresa estadunidense Donald Belcher, em 1955, que escolheu o local em definitivo para a construção de Brasília. O quadrilátero do Distrito Federal foi delimitado em 1955, com uma área de 5.814 Km quadrados, abrangendo a sede e grande parte do território de Planaltina.

Com a inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960, Planaltina passou a fazer parte do DF, sem mudar a sua denominação, mas perdendo sua autonomia política. Com a demarcação do novo Distrito Federal e a inauguração de Brasília, permaneceram duas cidades com o nome Planaltina: a antiga, cuja origem remonta à história do Mestre d'armas, localizada dentro do DF, e a outra, denominada Planaltina de Goiás, cujo território foi delimitado com as terras situadas no estado de Goiás, fora de quadrilátero (SILVA, 2019). Atualmente Planaltina é uma das maiores regiões administrativas do Distrito Federal com uma população de aproximadamente 189.412 habitantes (BRASIL, 2019). Localiza no Planalto Central do Brasil, abrange uma área 1.537,16 quilômetros quadrados, possui uma economia agrícola, porém apresenta uma das mais baixas rendas per capita do DF, teve nos últimos 25 anos um crescimento demográfico aumentado, motivado pelo parcelamento e ocupação irregular de terras (BRASIL, 2019).

Para Silva (2019), a inauguração de Brasília provocou profundas mudanças na cidade, com o início de um intenso fluxo migratório de brasileiros, vindos de todos os estados do país. Sua divisão histórica entre tradicionais e migrantes, seu potencial artístico muito desenvolvido e sua religiosidade característica das cidades do interior, conservam traços de uma cultura antiga, mas nem sempre preservada. Saraiva (2019) afirma que Planaltina foi sensivelmente afetada por essa relação. Ao ser incorporada como cidade de Brasília, a tradicional Planaltina se viu diante da necessidade de se modernizar. Para isso, parte do seu patrimônio arquitetônico foi alterado. Muitas casas antigas vieram abaixo, para dar lugar a casas de estilo moderno (afinal de contas era preciso acompanhar o ritmo modernista da Nova Capital). Nesse sentido, Planaltina teve muitas perdas.

Hoje, a região administrativa VI, é um dos pontos turísticos do Distrito Federal. Planaltina oferece ao visitante atrações como a Lagoa Bonita, a Cachoeira do Pípiripau, o Centro Histórico e o Vale do Amanhecer, uma das maiores comunidades místicas do país, a mais importante reserva ambiental da América do Sul, a Estação Ecológica de Águas Emendadas, também se localiza próxima à cidade.

A diversidade cultural de Planaltina pode ser exemplificada por celebrações religiosas tradicionais, tais como a Festa do Divino Espírito Santo, a Folia de Reis, a encenação da Via-Sacra e outras peregrinações. Ademais, a Catira está presente e estilos musicais urbanos também são parte da cultura local. No ano de 1982, a cidade de Planaltina teve três bens tombados como Patrimônio Histórico e Artístico Cultural do DF. Em 19 de agosto, procedeu-se o tombamento do Museu Histórico e Artístico por meio do Decreto n. 6.939, e da Igrejinha São

Sebastião pelo Decreto n. 6.940. E no dia 07 de setembro, foi tombada a Pedra Fundamental pelo decreto n. 7.010. Em 2008, instituiu o registro da Via Sacra ao Vivo de Planaltina como Bem Cultural do DF, por meio do Decreto n.28.870. E em 2013 a Festa do Divino Espírito Santo de Planaltina recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial do DF, por meio do decreto n. 34.370. Além disso, possui hoje um *campus* do Instituto Federal de Brasília e outro da Universidade de Brasília, a FUP.

A cidade hoje passa por diversas transformações, mas ainda se mantém viva na maioria dos habitantes a vontade de se preservar e se manter suas características formadoras. Planaltina não é somente uma cidade dormitório de Brasília tem identidade própria, demarcada por suas raízes históricas ou pelas tradições sertanejas que ainda podem ser vistas na cidade, como o encontro na praça, nos saraus e bailes, nas festas religiosas, na carroça que circula pelas antigas ruas, entre outras práticas (SARAIVA, 2019).

**Figura 3:** Igreja de São Sebastião.



**Fonte:** Correio Braziliense (2019).

### 3.2.2 Faculdade UnB Planaltina

A Faculdade UnB Planaltina, conhecida como FUP, é um dos quatro *campi* que compõem a Universidade de Brasília, fruto do Plano de Expansão que buscou acompanhar as transformações socioeconômicas e culturais nos diferentes contextos da região administrativa

do Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno - RIDE. No plano de expansão da UnB estava previsto a criação de três novos *campi*: UnB Planaltina, UnB Ceilândia e UnB Gama (UnB, 2005). O Plano de Expansão teve como objetivo atender à demanda da população do DF e entorno, por oportunidades de acesso à educação superior pública e permitir que a UnB assumisse o papel de aceleração do processo de desenvolvimento socioeconômico e científico da região (BIZERRIL; GUERROUÉ, 2012).

O caso específico da UnB, *Campus Planaltina – FUP* (MOURA et al., 2012), demonstra que essa adveio do planejamento estratégico da Universidade de Brasília, dentro da filosofia, conforme Morhy (2005), de prestação de serviços educacionais, com a visão não apenas de ampliação da oferta de vagas no ensino superior gratuito e de boa qualidade para a população do Distrito Federal e Entorno, como também, da implantação de cursos superiores comprometidos com o desenvolvimento da região.

Planaltina caracteriza-se por uma população predominantemente urbana e por ter baixa densidade demográfica, possuindo a área da RIDE do entorno dessa cidade as maiores taxas de crescimento populacional no período compreendido entre 1996-2000, o que vem acarretando uma ocupação desordenada do espaço urbano e um aumento da demanda por serviços essenciais (FUB, 2005).

Essa região é conhecida por ser uma área de atividade agrícola e empreendimentos voltados ao setor primário da economia, tendo, ainda de uma forma tímida, atividades voltadas ao setor de serviços e atividades industriais. A partir disto se justifica a instalação de um *campus* na região, já que a localidade é concentrada por jovens em idade escolar (FUB, 2005).

A FUP foi inaugurada em 16 de maio de 2006, iniciou suas atividades com um corpo docente de 10 professores e 70 alunos matriculados nos curso de Licenciatura em Ciências Naturais (LCN) e Bacharelado em Gestão do Agronegócio (GAGRO), suas instalações iniciais foram compostas por um prédio com 12 salas de aula, auditório para 150 pessoas, biblioteca e laboratório de informática para 30 alunos. Em 2007 foi criado o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC). A UnB aderiu ao novo plano de expansão das universidades federais REUNI, em 19 de outubro de 2007, e então em 2008, foram criados os cursos noturnos de Bacharelado em Gestão Ambiental (GAM) e Licenciatura em Ciências Naturais (SARAIVA; DINIZ, 2012).

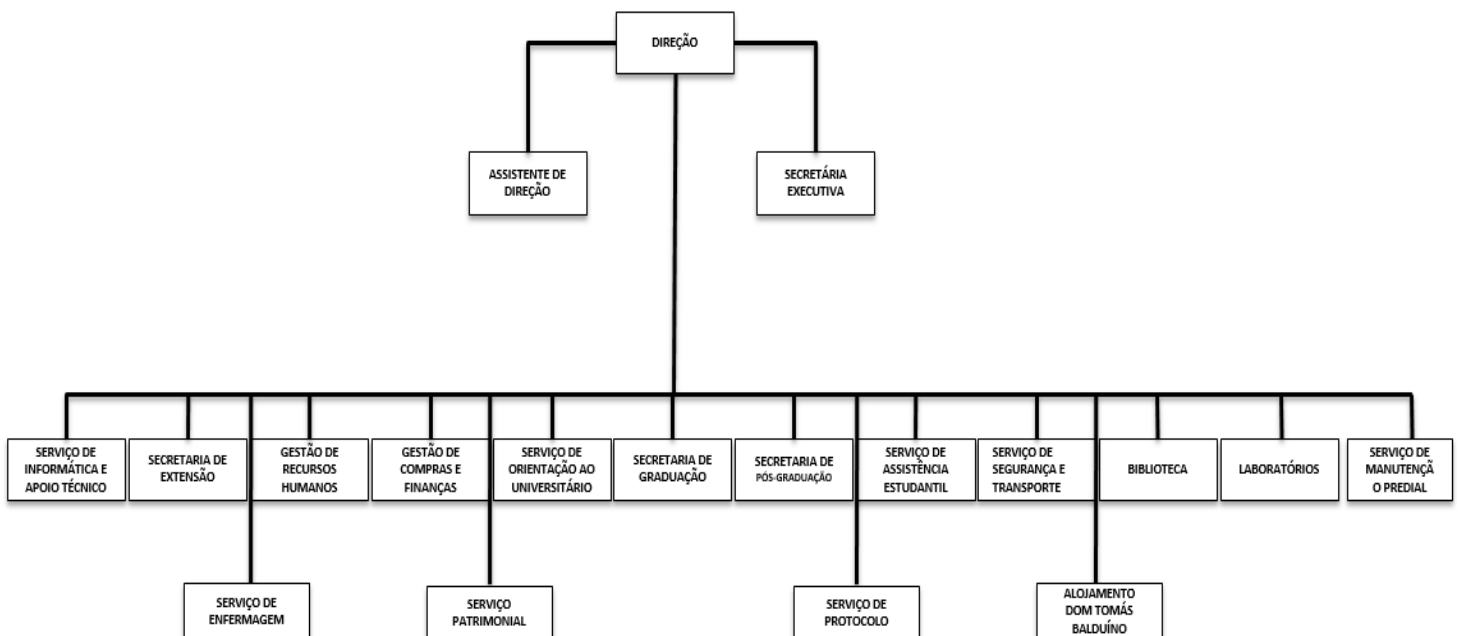
A FUP, conforme Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) e Regimento Interno apresenta uma organização matricial, onde todos os professores (atualmente 125) e servidores técnico-administrativos (atualmente 48) são vinculados à faculdade, não havendo departamentos. Os professores estão distribuídos em cinco áreas de conhecimento (Ciências

Exatas, Ciências da Vida e da Terra, Educação e Linguagens, Ciências Sociais e Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Tecnologia), cada uma expressa por um fórum, e podem atuar livremente em mais de um curso de graduação oferecido pela unidade.

A Unidade Acadêmica encontra-se configurada, portanto, da seguinte forma: Estruturas Administrativas: Conselho da FUP; Direção. Estruturas Acadêmicas: Colegiado dos Cursos de Pós-graduação; Colegiados de Cursos de Pós-Graduação; Colegiado dos Cursos de Graduação; Fóruns de Cursos de Graduação; Fóruns de Áreas do Conhecimento; Coordenação de Cursos de Pós-Graduação; Coordenação de Cursos de Graduação; Coordenação de Extensão. Estruturas Consultivas: Conselho Comunitário; Centros Acadêmicos; Assembleia Geral da FUP; Assessorias Estratégicas vinculadas à Direção nas Áreas de: Pesquisa, Ambiental, Comunicação, Tecnologia da Informação e Laboratórios de Ensino.

A figura 4 mostra a divisão administrativa atual da FUP, através de seu organograma, onde a responsabilidade geral está centralizada na Direção, que faz a gestão dos diversos setores, que possuem relação ou não com setores do campus Darcy Ribeiro.

**Figura 4:** Organograma da FUP (2019).



**Fonte:** Elaborada pela autora.

Cursos e Áreas de conhecimento são organizados em fóruns, onde os diversos assuntos são tratados de forma a subsidiar as decisões tomadas no Conselho da FUP e no Colegiado de



Graduação que dispõem de representações de todos os referidos fóruns, além de cadeiras para conselheiros estudantes e servidores técnico-administrativos.

São seis os programas de pós-graduação em funcionamento: Ciência de Materiais (PPGCIMA), Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPGMADER), Ciências Ambientais (PPGCA), Gestão Pública (PPGGP), Gestão Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua) e Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT). São quatro os cursos de graduação oferecidos pela unidade, todos de caráter interdisciplinar: Licenciatura em Ciências Naturais (diurno e noturno), Licenciatura em Educação do Campo, Bacharelado em Gestão Ambiental e Bacharelado em Gestão do Agronegócio. Os cursos atendem a 1.206 estudantes de graduação. Na tabela 1 é apresentado o quantitativo de pessoas que formam a comunidade interna da FUP.

**Tabela 1:** Comunidade interna da FUP.

COMUNIDADE FUP	
docentes	125
técnico administrativos	48
alunos de graduação	1206
alunos de pós-graduação	132
segurança	28
limpeza	11
restaurante universitário	22
<b>TOTAL</b>	<b>1571</b>

**Fonte:** Elaborada pela autora.

Atualmente a FUP possui uma estrutura de 1.700m<sup>2</sup> referente à Unidade de Ensino e Pesquisa (UEP), onde está inserido o corpo administrativo, como também salas de professores e coordenações, laboratórios e auditório. Possui também mais 4.600m<sup>2</sup> de espaço físico referente à Unidade Acadêmica (UAC), inaugurado em março de 2011, onde estão localizadas as 17 salas de aula, laboratórios, biblioteca, lanchonete, sala de enfermagem e auditório para capacidade de 300 pessoas. Ainda compõe a FUP o MESP/MASC (onde funciona o Restaurante Universitário) e o alojamento com capacidade de acomodação para 100 pessoas. Na figura 5 é apresentada a FUP e suas unidades constituintes.

**Figura 5:** Localização da Faculdade UnB Planaltina (FUP) com a distribuição das edificações do *campus*.



**Fonte:** Couto-Júnior, A. F. (2017).

**Legenda:** UEP: Unidade de Ensino e Pesquisa; UAC: Unidade Acadêmica; RU: Restaurante Universitário e Alojamento.

O *campus* conta com diversas coordenações e assessorias com destaque para as de pesquisa, extensão, comunicação e sustentabilidade, além de um Conselho Comunitário, previsto no seu regimento. A importância da Extensão, um dos pilares da Universidade, na inserção regional é destacada por Nogueira, Saraiva e Diniz (2012, p. 60), que afirmam que “a quantidade e diversidade de projetos de extensão na FUP apontam para um diferencial promissor do novo *campus*, marcado por um maior engajamento da universidade nas questões locais.”

A FUP nasceu da associação de diversas áreas do conhecimento, não possuindo uma temática acadêmica definida de forma clara, ao contrário dos outros *campi*, como Ceilândia (FCE), onde é concentrada a área de saúde, e no Gama (FGA) onde concentra-se a área de engenharia, ambas possuindo uma relação com as unidades do *campus* Darcy Ribeiro. Essas diversas áreas que compõem a FUP fazem com que ela tenha um ambiente multidisciplinar, com diversas ideias e visões do mundo, expressando-se na produção acadêmica, sejam de pesquisa, graduação ou extensão (BIZERRIL; GUERROUÉ, 2012). As temáticas relativas à ciência, ao meio ambiente, ao trabalho, à organização sociocultural e terra, são, portanto, os eixos articuladores e agregadores do trabalho acadêmico da FUP, cuja Missão, em síntese, envolve “a formação em perspectiva emancipatória, a interdisciplinaridade e

transdisciplinaridade, o diálogo com a sociedade, o incentivo ao trabalho coletivo e a sustentabilidade” (UNB, 2019).

A interiorização da Universidade, com a criação da Faculdade UnB Planaltina, trouxe então a possibilidade de desenvolvimento para a comunidade local e para o entorno. Pelo fato de serem unidades menores com vocação definida e abrangência comunitária, os novos *campi* abrem possibilidades para a experimentação de novos arranjos de cooperação com a sociedade, projetos inovadores e programas de extensão temáticos ou regionais (ELS; DINIZ; COSTA, 2014).

A instalação da FUP trouxe uma grande contribuição e inovação para a cidade de Planaltina – DF e para área de influência, tais como: aumento de oportunidades para o acesso ao ensino superior e formação de mão de obra para o mercado de trabalho e desenvolvimento social da região. Segundo Nogueira, Saraiva e Diniz (2012), os cursos da FUP podem ser considerados inovadores, pois possuem foco, abordagem metodológica e grades curriculares multidisciplinares, possibilitando um leque maior de atuação dos egressos no mercado de trabalho.

Destaca-se o papel social da universidade, pois a FUP tem mudado as expectativas de toda a comunidade local, estabelecendo um importante diálogo com a sociedade em uma troca de conhecimentos e participação de forma decisiva em temas relevantes locais. É perceptível todo o esforço da coordenação de extensão da FUP do *campus* na busca de divulgação e aproximação da FUP à comunidade. O *campus* tem uma real importância para Planaltina no sentido de promover o desenvolvimento local, oferecendo aos jovens a expectativa de um ingresso na Universidade e formação superior (BIZERRIL; GUERROUÉ, 2012).

No site da FUP, consta a existência de cinco áreas de conhecimento, que aportam ao *campus* docentes de repertório variado de conhecimentos específicos, somado à proposta específica de cada um dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação permite que a extensão da FUP tenha as seguintes características:

- Envolvimento e comprometimento da Universidade com interesses e necessidades da comunidade, buscando relacionar o saber acadêmico ao saber popular;
- Articulação entre as dimensões da extensão, ensino e pesquisa nas ações de extensão propostas;
- Muitas ações são construídas a partir de diálogo com segmentos da sociedade civil, buscando a partir de diálogo horizontal com representantes de associações, movimentos sociais,

sindicatos rurais, cooperativas, construir propostas que colaborem para a organização social e para a qualificação técnica dos integrantes dessas organizações sociais;

- Ações que demandam o trabalho coletivo em redes e, por isso, politizam amplo espectro do tecido social implicando-os no desafio de protagonizar processos de organização social, por exemplo, em projetos voltados para estudo e intervenção em conflitos ambientais, crise hídrica regional, etc;
- Incidência potencial das ações de extensão para o desenvolvimento de políticas públicas: temos na FUP quantidade significativa de projetos em parceria com outros órgãos do serviço público federal e estadual que resultam em processos de mapeamento e formação sobre determinados temas, em escala nacional;
- Muitas ações de extensão da FUP são responsáveis por ampliar e fortalecer o arco de articulações e parcerias do campus com muitas comunidades e territórios, proporcionando aos estudantes a ampliação do universo de aprendizado para além da sala de aula, envolvendo-os no planejamento, execução e avaliação de ações formativas e organizativas.

### 3.3 Participantes da pesquisa

#### 3.3.1 Projetos selecionados

Para proceder a investigação acerca da atuação da FUP na comunidade, foi escolhido o tema que trata da Extensão. A FUP no período da pesquisa, 2019, possuía 49 programas, projetos e eventos de extensão em vigência. Por questão de tempo e prioridade, foram escolhidos 15 projetos das duas principais áreas de atuação, que são Educação e Meio-ambiente, os eixos articuladores e agregadores do trabalho acadêmico da FUP, que possui dois cursos de licenciatura e dois cursos de bacharelado relacionados as áreas. Levou-se em conta também a abrangência dos projetos, o período de existência, além claro da participação da comunidade. Nem todos os projetos escolhidos inicialmente conseguiu-se o retorno e a participação do coordenador responsável, portanto devido a inviabilidade de tempo optou-se por colocar outros projetos como substitutos. No Quadro 2 são apresentados os projetos escolhidos e suas respectivas áreas.

**Quadro 2:** Projetos de extensão selecionados.

<b>PROJETOS</b>	<b>ÁREAS</b>
A Educação Ambiental na implantação da coleta seletiva na Faculdade UnB Planaltina no Distrito Federal	Educação

Educação e Psicologia: mediações possíveis em tempo de inclusão	Educação
Ledoc itinerante: seminários nas escolas e comunidades de inserção.	Educação
Como está o Clima e a Água na Escola: Práticas Pedagógicas da Educação Ambiental para o Enfrentamento das Mudanças do Clima	Meio Ambiente
Tópicos em Lógica e Matemática Financeira.	Educação
O Ensino de Ciências e o Desafio da Aproximação Universidade-Escola	Educação
Feira de Organizações e Inovação da FUP/UnB	Educação
Programa de Extensão Kalunga	Meio Ambiente
Em busca da Emancipação Humana: Educação de Jovens e Adultos na Reforma Agrária no Noroeste Goiano, Noroeste Mineiro, Distrito Federal e Entorno	Educação
Clube de Xadrez da FUP	Educação
EJA na Universidade	Educação
Resíduos orgânicos originados no campus UnB Planaltina: implantação de um sistema de compostagem	Meio Ambiente
Territorialidade, meio ambiente e sustentabilidade no Assentamento Rio Bonito.	Meio Ambiente
Educação - Cursinho Preparatório.	Educação
Educação Ambiental no Parque Recreativo Sucupira Planaltina DF.	Educação

Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.3.2 Perfil dos coordenadores dos Projetos

Foram entrevistados 15 professores que exercem a função de coordenação de cada Projeto de Extensão selecionados consoante à visão de Minayo (2001) de que o número de participantes deve ser determinado a partir da capacidade de extrair as informações relevantes sobre o objeto investigado. Desse modo, na Tabela 2 são apresentados os dados dos coordenadores participantes desta pesquisa. A divisão dos participantes quanto ao sexo é heterogênea, sendo a maioria do sexo feminino. Quanto às faixas etárias, verifica-se que a maioria dos participantes tem “de 41 a 50 anos” representando 60%. Em se tratando de tempo de trabalho na Instituição, as faixas “de 5 a 10 anos” apresentam o maior percentual, 73,3%.

**Tabela 2:** Dados dos coordenadores.

<b>Dados dos Coordenadores</b>	<b>Descrição/Faixa</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Sexo	Feminino	10	66,7%
	Masculino	5	33,3%
Faixa Etária	De 20 a 30 anos	-	0%
	De 31 a 40 anos	2	13,3%
	De 41 a 50 anos	9	60,1%
	De 51 a 60 anos	2	13,3%
	Acima de 60 anos	2	13,3%
Tempo de trabalho na UnB	De 1 a 3 anos	2	13,3%
	De 5 a 10 anos	11	73,3%
	De 11 a 20 anos	1	6,7%
	De 21 a 30 anos	1	6,7%

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

Conforme a Tabela 3, a divisão dos participantes quanto às áreas de conhecimento da FUP, apresenta maior quantidade na área Educação e Linguagens – EDU, com 46,6%, seguido de Ciências da Vida e da Terra – CVT e Ciências Sociais e Humanas – CSH, com 20% cada. O que corresponde com os eixos escolhidos para entrevistas, que são Educação e Meio-ambiente.

**Tabela 3:** Áreas de Conhecimento dos participantes conforme divisão da FUP.

<b>Áreas de Conhecimento</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Ciências da Vida e da Terra – CVT	3	20%
Ciências Exatas – EXATAS	1	6,7%
Ciências Sociais Aplicadas e Tecnologia – CSAT	1	6,7%
Ciências Sociais e Humanas – CSH	3	20%
Educação e Linguagens – EDU	7	46,6%

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Na Tabela 4 foi ressaltado a escolaridade, e dentre os quinze participantes, todos possuem formação em nível de Doutorado, o que se explica devido a todos serem professores efetivos da Universidade.

**Tabela 4:** Escolaridade dos participantes.

<b>Escolaridade</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Especialização	-	-
Mestrado	-	-
Doutorado	15	100%
Pós-doutorado	-	-

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Dessa forma, em relação às informações obtidas, infere-se que a equipe de participantes é composta por profissionais com um alto grau de instrução, e formações distintas, o que confere à pesquisa perspectivas múltiplas de conhecimento. Percebe-se, ainda, que, em relação à idade e ao tempo de trabalho exercido na Instituição, os servidores estão distribuídos ao longo de quase todas as faixas, isto é, de 30 a 60 anos de idade e de 1 a 30 anos de experiência.

### **3.4 Técnicas e Procedimento de Coleta de Dados**

#### **3.4.1 Pesquisa Documental**

Foram obtidos dados junto aos diversos setores da UnB e ao corpo administrativo do *campus*, através das bases de dados. Foram coletados dados também nos sites governamentais tais como, IBGE, CODEPLAN, Administração Regional de Planaltina.

Para investigar a formação da comunidade acadêmica do *campus* da FUP, foram mensurados o quantitativo de colaboradores através do Centro de Informática (CPD) juntamente com o DGP (Decanato de Gestão de pessoas) e dos estudantes através do Decanato de Ensino e Graduação (DEG) e Decanato de Pós-graduação (DPG). Dados relativos aos programas, projetos e ações da Política de Assistência Estudantil foram coletados junto à Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS).

Foi feito também uma análise da comunidade externa a FUP, mais especificamente da Região Administrativa de Planaltina com os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) da Codeplan (Companhia de Planejamento do Distrito Federal).

Para as informações relativas à Extensão, foram analisados os dados do DEX (Decanato de Extensão) inseridos no Sistema de Extensão (SIEX), além do contato direto com o colegiado de extensão da FUP.

#### **3.4.2 Entrevistas**

Para analisar as contribuições dos Projetos/Programas de Extensão a comunidade local, foi feito um levantamento descrevendo o direcionamento dos projetos, após a avaliação das informações foram escolhidos quinze projetos dos dois principais eixos que são Educação e Meios Ambiente, estes foram avaliados minuciosamente através de entrevistas com seus coordenadores.

Para Duarte (2010), a entrevista é uma técnica qualitativa que procura um assunto a partir da indagação de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. A peculiaridade dessa abordagem está na maleabilidade de permitir ao informante indicar os termos da resposta e ao entrevistador regular livremente as perguntas. Neste tipo de coleta de dados, procura-se a intensidade nas respostas, não a quantificação ou representação estatística. Cabe sublinhar, que na entrevista, o roteiro de perguntas permite sondar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, entender o passado, analisar, discutir e fazer prospectivas.

E para analisar as entrevistas, considerou-se o emprego da técnica de análise de conteúdo, ela é uma técnica que vem sendo usada com frequência nas pesquisas qualitativas. Em última instância qualquer técnica de análise de dados, significa uma metodologia de interpretação que possui procedimentos peculiares, envolvendo a preparação dos dados para a análise (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011).

### **3.5 Análise das Informações**

Para a análise e interpretação das informações, optou-se pelo emprego da técnica de análise de conteúdo que, conforme Bardin (2010, p. 40), “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Desse modo, realizou-se, primeiramente, a transcrição do material coletado a partir das entrevistas. Para esta análise, foram consideradas as seguintes fases: (1) pré-análise; (2) exploração do material; (3) tratamento dos dados, inferência e interpretação. Na pré-análise se sistematiza as ideias iniciais, que conduz a um esquema preciso de análise, mas flexível. Nessa fase se escolhe os documentos, se realiza a leitura deixando-se invadir por impressões e orientações. Desde a pré-análise se realiza o recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados. A exploração do material, análise propriamente dita, categoriza-se elementos em razão de critérios comuns, codificando, enumerando. O tratamento dos dados permite propor inferências e interpretações que podem servir de base a uma outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas.

Ressalta-se que foram efetuadas diversas leituras de todo o material obtido, com o propósito de assimilar de uma forma global as ideias principais e os seus significados gerais. A partir dessa etapa, por meio de uma análise profunda, procedeu-se à codificação, isto é,



selecionaram-se as unidades de registro, vislumbradas por meio dos objetivos desta pesquisa, de indicações suscitadas a partir das informações coletadas nas entrevistas e documentos, da literatura pertinente, além de recursos intuitivos da pesquisadora. Ademais, é oportuno destacar que o agrupamento dos aspectos relevantes para esta pesquisa considerou a exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (BARDIN, 2010).

Por fim, procedeu-se à categorização. As categorias nesta pesquisa foram elaboradas *a posteriori*, definidas e interpretadas cruzando as informações emitidas nas verbalizações dos participantes, nos documentos selecionados e no arcabouço teórico desta pesquisa. Destaca-se que, para a consecução desse processo, realizou-se a leitura do material por diversas vezes a fim de evitar que elementos importantes fossem suprimidos ou que os não significativos fossem considerados.

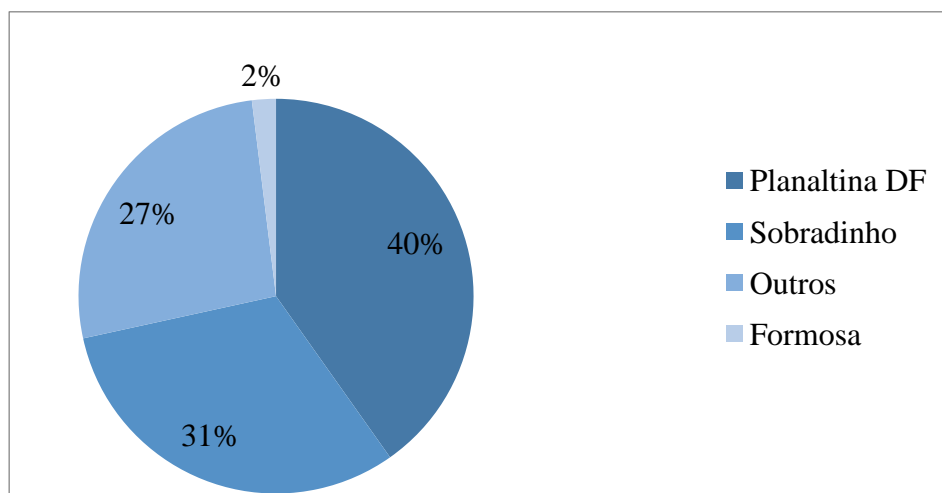
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. O capítulo foi dividido em três seções. Na primeira, buscou-se fazer um diagnóstico da comunidade acadêmica da FUP, afim de entender como ela é formada, suas peculiaridades e características. Na segunda seção, é feito um diagnóstico da região administrativa de Planaltina, a comunidade no local de inserção da FUP, pois se mostra necessário compreender as características da região que recebeu o *campus* universitário e por fim, na última seção, são apresentados os projetos de extensão da FUP, onde quinze destes passaram por uma análise mais minuciosa com o intuito de compreender a atuação deles nas comunidades, acadêmica e local.

### 4.1 Diagnóstico socioeconômico da comunidade acadêmica da FUP

Afim de entender de que forma a FUP conseguiu se integrar à comunidade da cidade de Planaltina e entorno, foi levantado o local de residência dos integrantes da comunidade acadêmica, servidores técnico administrativos, professores e estudantes. Na Figura 6 é apresentada a localização das moradias dos técnicos administrativos da FUP no Distrito Federal. A maioria destes, 40% mora na cidade em o que o *campus* está instalado, em Planaltina DF, outra parcela relevante reside na cidade mais próxima que é Sobradinho. Na parcela outros, se encaixa o restante do grupo que se encontra fragmentado nas diversas Regiões Administrativas do DF.

**Figura 6:** Local de moradia dos técnicos administrativos da FUP.

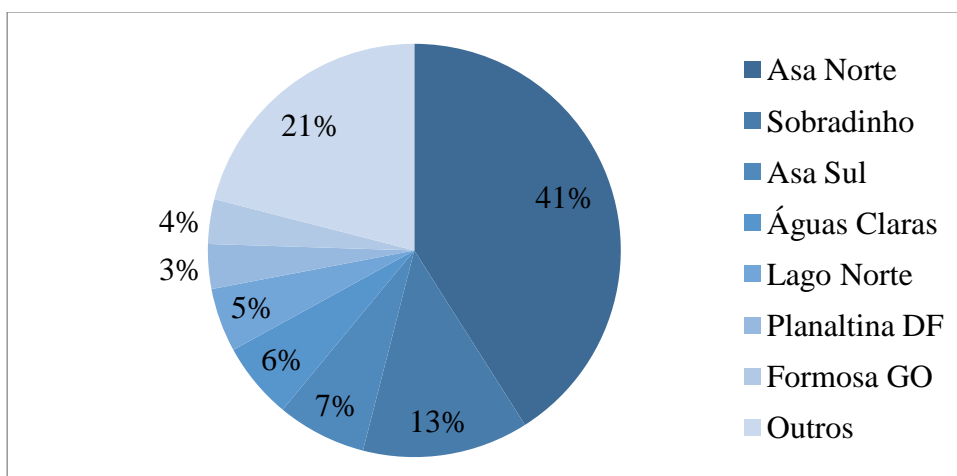


Fonte: CPD /UnB (2019).

Esse resultado demonstra que os servidores técnico administrativos da Universidade se beneficiaram com o *campus da FUP*, pois eles têm a oportunidade de trabalhar perto de casa, como demonstra as porcentagens, trazendo ganhos financeiros e de qualidade de vida.

No que tange aos professores, dos 125 no total, a divisão por local de moradia se mostra mais fragmentada, conforme demonstrado na Figura 7. Em primeiro lugar com 41% do total de professores ativos até junho do ano de 2019, está a Região Administrativa do Plano Piloto, mais especificamente o bairro da Asa Norte. Esse número expressivo se deve ao benefício oferecido de moradia funcional aos servidores técnicos e professores. A Universidade de Brasília se diferencia das demais instituições de ensino superior, pois foi construída em uma cidade que não tinha pessoal suficiente para preencher o quadro de docentes e servidores. Para atender a esse propósito, houve a necessidade de construir moradias dentro da Universidade, tanto para os discentes quanto para os docentes vindos de outros estados. A instituição criou o Regulamento de Ocupação e Manutenção dos Imóveis Residenciais da FUB destinados à moradia dos seus servidores.

**Figura 7:** Local de moradia dos professores da FUP.



**Fonte:** CPD /UnB (2019).

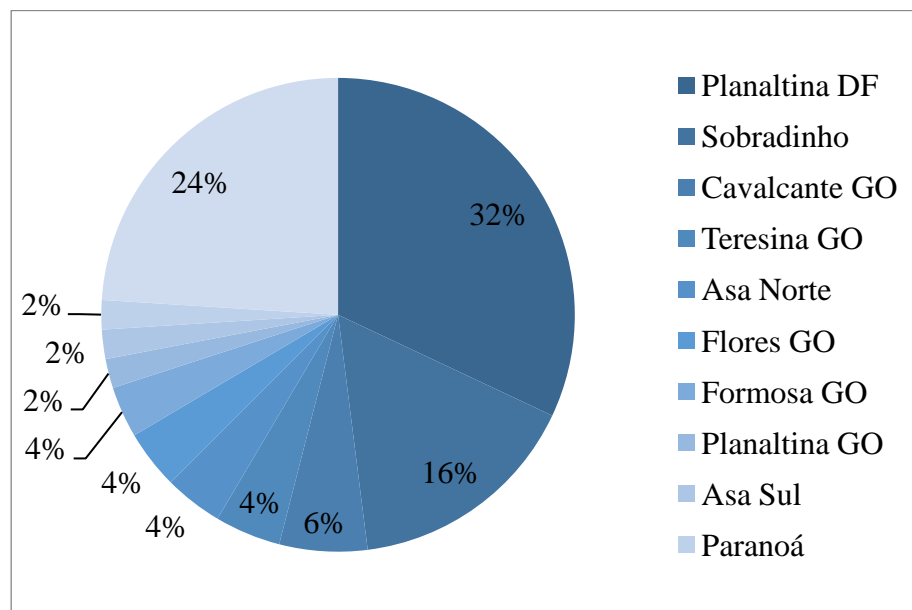
Conforme pode ser visto na Figura 7, a cidade de Sobradinho se destaca sendo a segunda colocada no quantitativo de professores, e a região de Planaltina fica apenas com 4% dos professores do *campus*. Além da questão da moradia funcional, a proximidade das regiões administrativas faz com que o deslocamento não seja tão longo, cerca de 40 km o que possibilita aos professores ficarem em suas cidades de origem sem a necessidade de fixar moradia na cidade no qual o *campus* está inserido. Mas o que não deixa de trazer benefícios

socioeconômicos para a cidade, principalmente com relação à alimentação, lazer, combustível entre outros.

Na Figura 8 observa-se que 32% dos alunos da FUP, entre graduação e pós graduação, são de Planaltina-DF, cidade do *campus*, seguida de Sobradinho, cidade do DF mais próxima.

Ressalta-se que também aqui o considerável quantitativo de estudantes da Universidade, moradores das cidades do estado do Goiás, tais como: Cavalcante e Teresina. Trata-se de estudantes do curso Licenciatura em Educação no Campo, o referido curso foi criado com o objetivo de formar educadores para atuar nas escolas de Educação Básica do Campo, com ênfase na construção da Organização Escolar e do Trabalho Pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No entanto, um dos requisitos para o ingresso neste curso é ser morador do campo e necessariamente de uma das cidades da região de abrangência do *campus*.

**Figura 8:** Local de moradia dos estudantes da FUP.



**Fonte:** CPD /UnB (2019).

Destacam-se também as cidades de Planaltina GO e Formosa GO, ambas fazem divisa com Planaltina-DF, região do *campus* Planaltina, localizados na região Nordeste do Entorno do DF e possuem quantidade significativa de alunos no *campus* 16 e 24% respectivamente. Tais dados corroboram em concluir que o *campus* consegue atingir sua área previamente definida como Regiões de Influência do *campus* UnB, no caso RIC II: *campus* Universitário UnB – Planaltina, abrangendo as Regiões Administrativas de Sobradinho, Planaltina, Brazlândia e

Sobradinho II e os municípios de Formosa, Buritis, Cabeceiras, Planaltina de Goiás, Vila Boa e Água Fria de Goiás;

Conforme os dados apresentados na Figura 8, a criação do *campus* de Planaltina beneficiou, principalmente para os servidores técnico administrativos, que puderam trabalhar em seu local de moradia ou mais perto dele, impactando sua qualidade de vida e seu desempenho no serviço. E para os estudantes, que viram uma oportunidade de se inserir na vida acadêmica, vendo a Universidade não mais como um sonho distante, mas como uma realidade. Além da comunidade que também é beneficiada de diversas formas.

Observa-se a partir dos dados apresentados a importância da expansão do ensino superior, é inegável o papel do Reuni para o desenvolvimento da universidade pública, melhorando sua estrutura técnica e de pessoal; criação de mais universidades; criação de novos campi interiorização das universidades, que antes se concentravam apenas nos grandes centros; oportunidade de mais vagas. Oliveira (2013) afirma que certo é que a expansão da Universidade traz enormes vantagens para a população de cada região, porquanto se adéqua a cada realidade e permite o ingresso mais facilitado de alunos que residem próximo a cada campus, pois, com o número de vagas disponíveis em cursos desejados, não há razão para migrar para outras localidades.

Bizerril e Guerroué (2012) complementam afirmando o quão importante é o papel social da Universidade. A implantação da FUP está mudando as expectativas dos jovens, e de toda a comunidade. A FUP estabeleceu um importante diálogo com a sociedade em uma importante troca de conhecimentos, o *campus* de Planaltina oferece atualmente aos jovens a expectativa de uma formação superior, aos pais a esperança de um futuro para seus filhos, e à comunidade a certeza da presença de um forte parceiro para promover o desenvolvimento local.

#### **4.1.1 Panorama econômico dos estudantes**

O *campus* de Planaltina, por estar numa região periférica do DF, possui algumas peculiaridades no que diz respeito à situação econômica de seus estudantes. Na sua inauguração, o *campus* não contava com um Restaurante Universitário, nem com um alojamento para os alunos da Educação do Campo, que estudam em modelo de alternância. A partir disso a Direção do *campus* viu a necessidade de pagamento em pecúnia da bolsa alimentação e também o aluguel de uma residência provisória. Conforme demonstrado na Tabela 5, estes são os gastos com os programas, projetos e ações da Política de Assistência Estudantil desenvolvidas na Universidade de Brasília (UnB), por meio da Diretoria de

Desenvolvimento Social (DDS), mais precisamente no campus de Planaltina. Os dados dos anos anteriores a 2016 são mais complexos no que se refere à desagregação por campus.

**Tabela 5:** Gastos com os programas política de assistência estudantil da FUP.

Programas da DDS	2016		2017		2018	
	Estudantes	R\$	Estudantes	R\$	Estudantes	R\$
Alimentação	-	-	-	-	-	-
Moradia	148	805.138,38	203	1.005.940,00	168	924.850,00
PAS	425	2.026.005,00	445	1.812.570,00	399	1.729.335,00
Creche	-	-	6	5.520	11	38.550
Transporte	-	-	4	3.600	9	17.700
<b>TOTAL</b>	-	2.831.143,38	-	2.827.630,00	-	2.710.435,00

**Fonte:** DDS (2019).

Conforme os dados apresentados na Tabela 5, o auxílio moradia abrange uma quantidade considerável de alunos, mas destaca-se principalmente o Programa de Auxílio Socioeconômico, levando-se em conta um total de cerca de 1.300 alunos, observa-se que um terço destes precisam de algum auxílio para se manter na Universidade, e como já foi dito anteriormente, a situação mais crítica se encontra na FUP, região com dificuldades financeira e sociais. Destaca-se essa questão como uma das diretrizes do Reuni, que prevê em seu artigo 2º artigo V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

- **Programa Moradia Estudantil**

O Programa Moradia Estudantil – Graduação tem por finalidade facilitar o acesso e a frequência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica ao campus universitário promovendo essa aproximação com moradia ou transporte.

I. Pecúnia: concessão mensal de auxílio financeiro para moradia estudantil e aproximação ao campus, no valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais).

II. Vaga em apartamento na Casa do Estudante Universitário (CEU), voltada exclusivamente para estudantes provenientes do campus Darcy Ribeiro cujas famílias não possuam imóveis nem residência fixa no DF.

III. Auxílio Transporte: concessão mensal de auxílio financeiro para custear parcialmente as despesas do estudante com o transporte interestadual entre sua residência e o campus

universitário. A modalidade de Auxílio Transporte é exclusiva para estudantes residentes nas cidades que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) A destinação das vagas para essa modalidade se deve à impossibilidade de acesso integral ao passe livre estudantil do DFTRANS.

Conforme demonstrado na Tabela 5, o gasto da FUP com moradia abrange cerca 150 a 200 alunos por ano, que se dividem entre a pecúnia e o auxílio transporte, já que a Casa do Estudante se localiza no campus Darcy Ribeiro e fica inviável para os alunos de Planaltina. Além disso, na Faculdade existe um alojamento, idealizado para receber, durante o “Tempo Escola”, os estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com capacidade para 100 alunos.

- **Programa Auxílio Socioeconômico (PAS)**

O maior gasto da FUP com programas de Política de Assistência Estudantil é o PAS, o Programa, regulamentado pela Resolução do CAD N.º 0012/2014, consiste na concessão mensal de um auxílio financeiro de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais entre os estudantes da Universidade de Brasília, contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos presenciais de graduação. Para acesso ao programa, o estudante deverá participar de seleção regida por Edital específico e a permanência do estudante no programa está condicionada ao bom rendimento acadêmico de acordo com o currículo e fluxo do seu curso e com as normas da UnB. O programa concedeu auxílio para cerca de 400 a 450 estudantes por ano, quantidade que vem em queda a partir de 2017.

- **Programa Bolsa Alimentação**

É desenvolvido em parceria com o Restaurante Universitário (RU) e consiste na gratuidade das refeições servidas pelo RU (café da manhã, almoço e jantar) aos estudantes de graduação e de pós-graduação participantes dos programas de assistência estudantil (PPAES) em todos os *campi*. A demanda por alimentação dos estudantes PPAES é totalmente atendida pela DAC/DDS em parceria com a Diretoria do Restaurante Universitário (DRU/DAC) nos quatro *campi*.

Até a resolução do CAD nº27/2018 vigente a partir de 29/06/2018, os grupos eram definidos da seguinte forma:

Grupo I: isento (assistência estudantil) fazem parte desse grupo estudantes de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, participantes do programa de Assistência Estudantil (com renda familiar per capita inferior a 1,5 salário mínimo. Para esse grupo o subsídio pago pela Universidade de Brasília é de 100%;

Grupo II: R\$1,00 (estagiários e pre-pecG)

Grupo III: R\$2,50 (estudantes de graduação, pós-graduação e servidores UnB)

Grupo IV: R\$13,00 (visitantes almoço e jantar)

Grupo V: R\$7,00 (visitantes café da manhã)

Os valores que vigoram atualmente após a resolução são os seguintes:

Grupo I: Estudantes de Graduação e de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) participantes do Programa da Assistência Estudantil – nível 1 (renda de até 1,5 salários mínimos per capita). Isentos.

Grupo II: Estudantes de Graduação, Estudantes de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) e Estagiários regulares vinculados ao DGP/UnB. 40% do valor licitado da refeição.

Grupo III: Servidores, trabalhadores terceirizados e visitantes. 100% do valor licitado da refeição.

Conforme pode ser visto na Tabela 6, o Restaurante Universitário possui uma divisão em cinco grupos, contando atualmente com cinco restaurantes. Devido ao estudo ser centrado na FUP, preferiu-se desmembrar a coluna do grupo I, no caso os isentos participantes do programa de Assistência Estudantil, para melhor analisar os dados.

**Tabela 6:** Número de Refeições servidas no RU por *campi* em 2018.

<b>Campi/grupos</b>	<b>Grupo I</b>	<b>Grupo II</b>	<b>Grupo III</b>	<b>Grupo IV</b>	<b>Grupo V</b>	<b>TOTAL</b>
Darcy	672719	350.872	633.854	5989	359	1663793
FUP	79079	6629	20882	182	22	106794
FGA	52100	29487	55237	69	9	136902
FCE	67039	20976	43904	233	18	132170
Fazenda	2950	2371	4769	7	2	10099
<b>TOTAL</b>	<b>873887</b>	<b>410335</b>	<b>758646</b>	<b>6480</b>	<b>410</b>	<b>2049758</b>

**Fonte:** RU/UNB (2019).



Conforme pode ser visto na Tabela 7, a FUP possui a maior quantidade de refeições servidas para pessoas inseridos no grupo 1, 74%, alunos isentos de pagamento, ou seja, aqueles com baixa renda. Comparando com os outros *campi*, como por exemplo a FCE, 50% estão no grupo I, ainda assim o dado da FUP, chama atenção. Essa é uma das informações que corroboram na afirmação de que a FUP possui peculiaridades distintas dos outros *campi*, com necessidades financeiras mais urgentes e um caráter social abrangente.

Os programas, projetos e ações da Política de Assistência Estudantil, desenvolvidas na Universidade de Brasília (UnB), têm como objetivo a permanência e a formação acadêmica com qualidade para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior. Nesse sentido observa-se que todos esses esforços proporcionam a possibilidade de estudantes de locais mais carentes como é o caso da FUP, se inserirem na vida acadêmica, assim como sugerido no Decreto de Criação do Programa Reuni, Decreto nº 6.096, de 24/04/2007, que se propôs, também, a criar mais condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior. Entre as diretrizes esboçadas pelo programa destacam-se: a redução das taxas de evasão, a ocupação de vagas ociosas, o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno e a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (BRASIL, 2007) tinha como um dos objetivos a permanência dos estudantes, reduzindo, portanto, a taxa de evasão. Levando a crer portanto, que na FUP o programa alcançou discentes em situação de fragilidade econômica, que caso não existisse o programa, não teriam acesso à universidade pública.

Segundo Santos (2016), para uma permanência qualificada na universidade são necessárias condições materiais que permitam a subsistência. É necessário dinheiro para comprar livros, almoçar, lanche, pagar o transporte etc., Mas é necessário também o apoio pedagógico, a valorização da autoestima, os referenciais docentes.

Os resultados da pesquisa e a literatura apontam que não basta o acesso à educação superior ser ampliado, tendo em vista a realidade vivenciada pelos alunos, em grande parte, proveniente de escolas públicas e, em sua maioria, pretos e pardos. Alves (2010) corrobora dizendo que são necessários mecanismos que possibilitem a esses uma trajetória acadêmica com qualidade, no sentido de vislumbrar melhores condições de estudos.

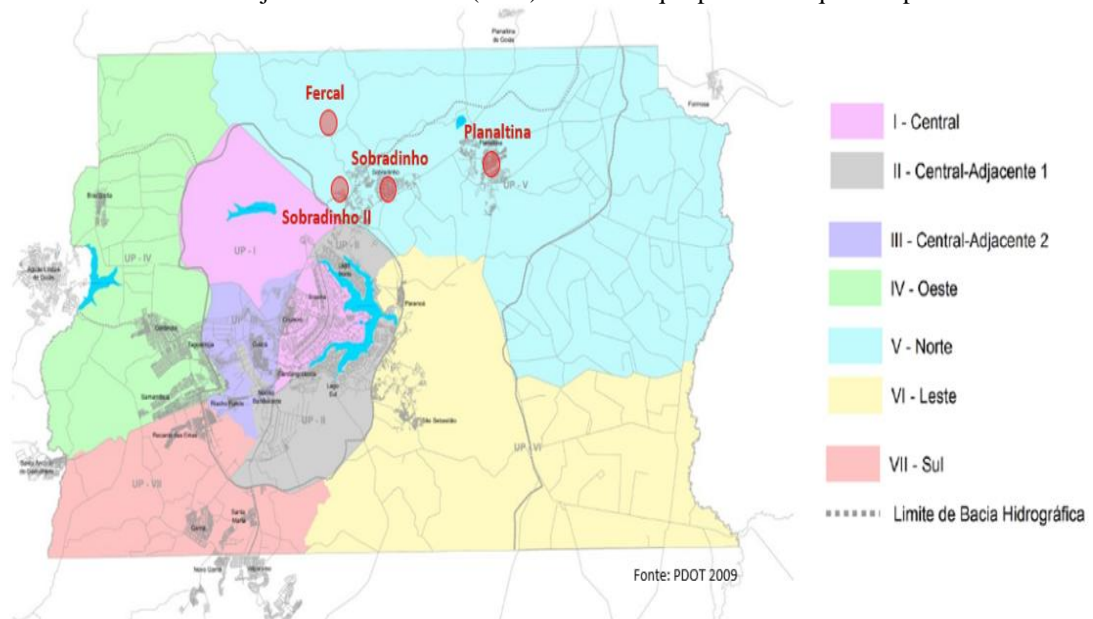
**Tabela 7:** Percentual de alunos que fazem parte do GRUPO I por *campi*.

<b>Campi/grupos</b>	<b>Estudantes (%)</b>
Darcy	40
FUP	74
FGA	38
FCE	50
Fazenda	29
Média dos <i>campi</i>	42

Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.2 Diagnóstico da comunidade local da FUP - Planaltina DF

A FUP está localizada na Região Administrativa de Planaltina, portanto é a região que foi mais influenciada e recebeu maior impacto da implantação do campus. Assim se faz necessário conhecer algumas características da cidade em destaque.

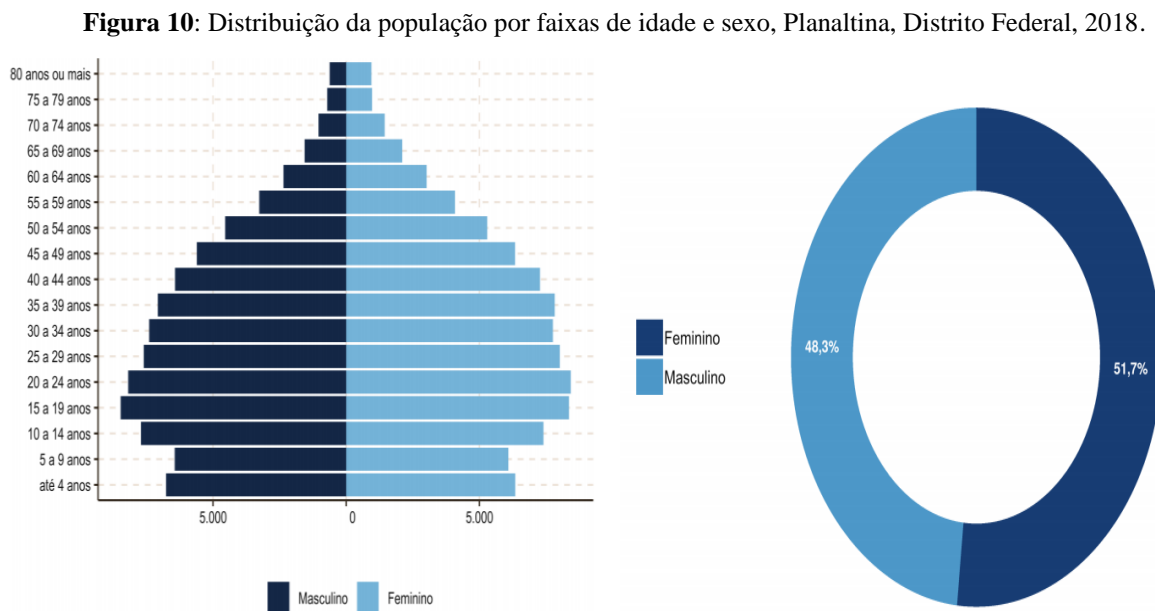
**Figura 9:** Unidades de Planejamento Territorial (UPT) com destaque para a RA que compõem a UPT Norte.

Fonte: Codeplan 2019

Conforme demonstrado na Figura 9, a Região Administrativa de Planaltina está localizada na UPT Norte juntamente com Sobradinho I e II e Fercal. Ocupando uma área significativa do Distrito Federal, destaca-se a cidade de Planaltina que possui a maior área rural do DF, são inúmeros núcleos rurais como Taquara, Piripipau, Tabatinga, São José, Rio Preto,

Monjolo, Rajadinha, Fazenda Larga e Santos Dumont o que explica sua produção agrícola e economia com essa vocação.

A Codeplan, realiza a cada dois anos a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), em conformidade com o Decreto nº 39.403, de 26 de outubro de 2018. O GDF considera essa pesquisa como um dos seus principais produtos entregues à sociedade, onde são oferecidos relevantes dados e informações atualizadas sobre DF e sobre suas Regiões Administrativas e, em alguns casos, recortes territoriais ainda mais específicos. Na Figura 10, são apresentados os dados relativos à pesquisa de 2018, abrangendo a Região Administrativa de Planaltina.

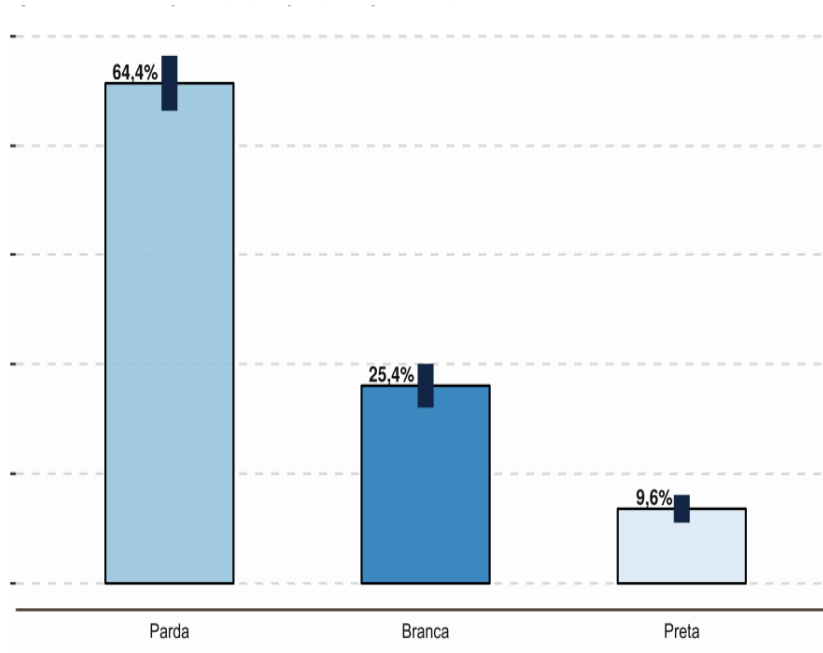


**Fonte:** Codeplan (2019).

Conforme Figura 10, a pirâmide etária da Região Administrativa de Planaltina indica uma taxa de natalidade de média para alta, e uma expectativa de vida que tem aumentado ao longo do tempo, mas a informação importante que se pode destacar é o número significativo de jovens em idade escolar e de inserção no mercado de trabalho, o que indica famílias numerosas e poucos recursos para atender às necessidades básicas da população. Países subdesenvolvidos, geralmente apresentam esse tipo de pirâmide, onde as políticas públicas são insuficientes, e o acesso à educação e à saúde é precário. A divisão por sexo possui uma diferença mínima, sendo o sexo feminino a maioria com 51,7% e o masculino com 48,3 %.

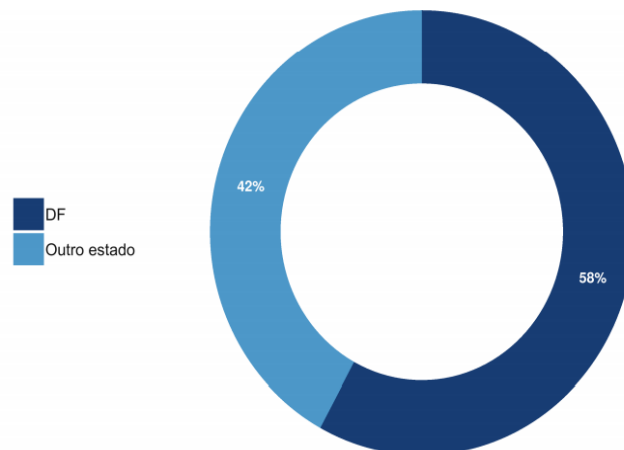
De acordo com o Figura 11, a maioria da população de Planaltina/DF se declara como sendo parda com 64,4%, seguida de branca 25,4% e preta 9,6%. Miscigenação essa devido à população do Distrito Federal ser formada inicialmente por migrantes de todas as Regiões brasileiras, sobretudo do Sudeste e do Nordeste, além disso no Brasil as populações pardas ou estão em regiões periféricas pouco urbanizadas como é o caso da Região Administrativa de Planaltina. Atualmente com base no Figura 12 a quantidade de pessoas nascidas no DF já supera as nascidas em outros estados, com 58% contra 42%.

**Figura 11:** Distribuição da população por raça/cor da pele.



**Fonte:** Codeplan (2019).

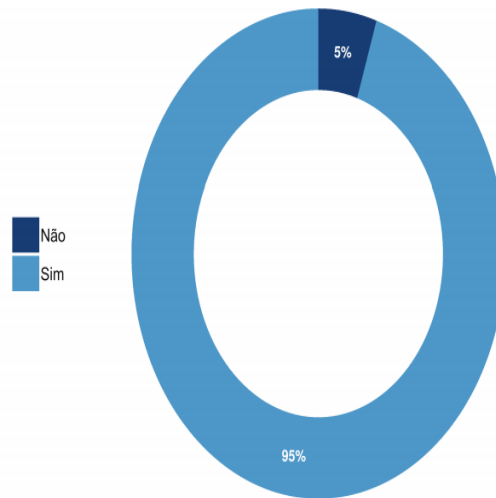
**Figura 12:** Percentual de pessoas que nasceram no DF.



**Fonte:** Codeplan (2019).

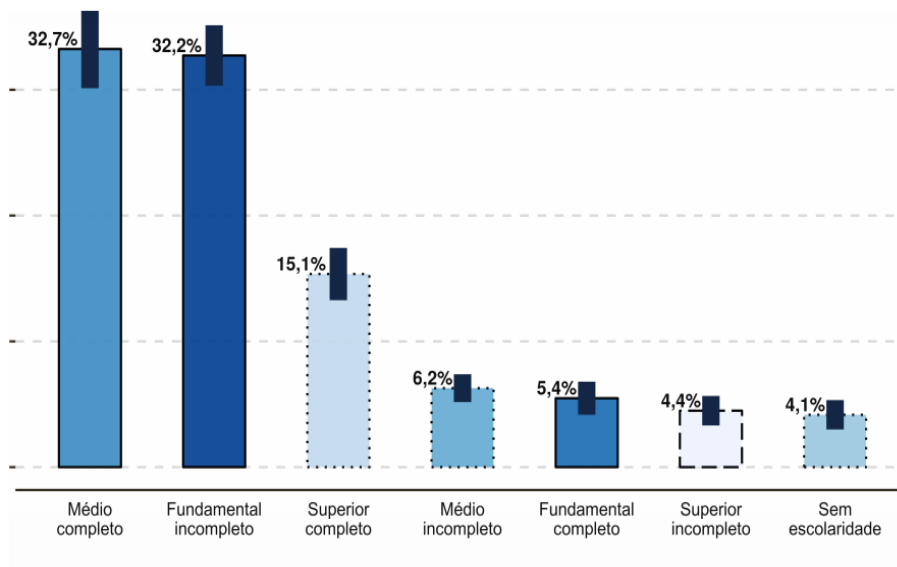
A grande maioria da população se declara alfabetizada, conforme Figura 13, o percentual gira em torno de 95%. No que tange à escolaridade, Figura 14, 32,7% possuem o ensino médio completo e 15,1% o superior completo, chama a atenção o percentual grande de pessoas com o nível fundamental incompleto 32,2 %, o que denota a necessidade de maior incentivo na Educação de Jovens e Adultos e por consequência o aumento das chances em chegar ao Ensino Superior.

**Figura 13:** Percentual da população com cinco ou mais anos de idade que declaram saber ler e escrever.



Fonte: Codeplan (2019).

**Figura 14:** Distribuição da escolaridade da população com 25 anos ou mais.



Fonte: Codeplan (2019).

Como o tema da pesquisa diz respeito ao papel da Universidade cabe aqui fazer uma comparação da escolaridade da população antes e depois da Expansão da Universidade de Brasília. A pesquisa elaborada pela Codeplan no ano de 2004 era feita de forma geral, sendo uma única pesquisa para todo o DF. Conforme pode ser visto na tabela 8, onde a Região Administrativa de Planaltina está grifada, no ano de 2004 somente 1,8% da população tinha o Ensino Superior Completo. Mestrado e Doutorado apresentam um valor tão ínfimo que estão zerados em valores relativos. Comparado com os dados da última pesquisa de 2018, Figura 14, onde o ensino superior completo corresponde a 15,1% e o incompleto 4,4% da população, constata-se então um aumento de cerca de 8 vezes no quantitativo de pessoas com nível superior. Acredita-se que a FUP seja uma das responsáveis por ter elevado significativamente a porcentagem de pessoas com nível superior, atualmente com 1357 alunos egresso formados, mas devido ao aumento significativo de faculdades particulares na cidade, além disso os programas como FIES e PROUNI, podem ter contribuído de modo significativo para esses valores, fica então inviável separar os dados e também da lacuna de tempo relativamente pequena desde a criação do campus, 13 anos, esse comparativo será melhor verificado em alguns anos.

**Tabela 8:** População Residente, por Escolaridade, segundo as Regiões Administrativas - 2004.

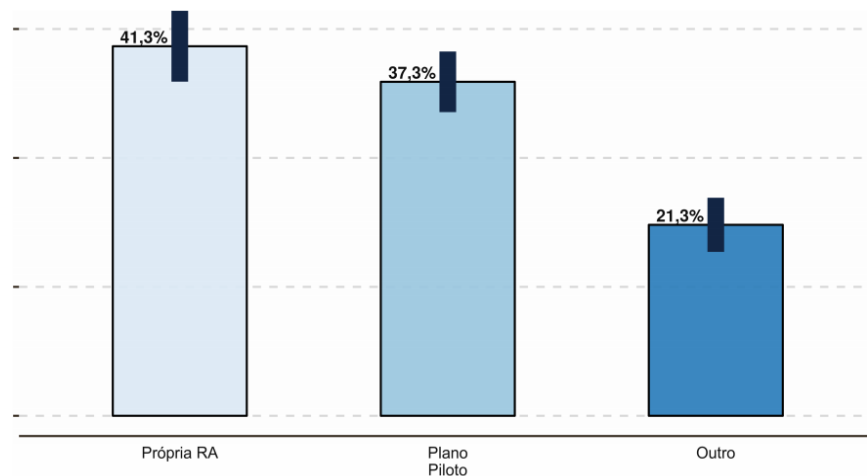
Distrito Federal e Regiões Administrativas	Total	Escolaridade												
		Analfabeto	Sabe ler e escrever	Alfabetização de adultos	Pré-escolar	1º Grau incompleto	1º Grau completo	2º Grau incompleto	2º Grau completo	Superior incompleto	Superior completo	Mestrado	Doutorado	Menor de 7 anos fora da escola
<b>Distrito Federal</b>	<b>2.096.534</b>	<b>54.247</b>	<b>28.540</b>	<b>4.422</b>	<b>81.091</b>	<b>634.026</b>	<b>194.745</b>	<b>150.093</b>	<b>474.649</b>	<b>124.325</b>	<b>176.726</b>	<b>14.059</b>	<b>4.669</b>	<b>154.944</b>
Brasília	198.906	1.052	1.080	309	5.297	24.195	9.128	7.534	59.317	26.894	49.547	6.248	2.623	5.682
Gama	112.019	3.842	2.902	249	4.505	33.774	10.917	9.397	28.247	5.334	5.583	111	83	7.075
Taguatinga	223.452	3.566	2.314	299	7.187	53.522	21.561	16.661	64.112	19.356	21.752	789	82	12.251
Brazlândia	48.958	2.742	576	169	2.709	18.859	5.349	3.555	9.175	1.185	779	34	-	3.826
Sobradinho	61.290	1.138	778	120	2.874	13.563	7.396	3.533	17.276	5.150	5.090	569	120	3.683
<b>Planaltina</b>	<b>141.097</b>	<b>5.519</b>	<b>2.040</b>	<b>418</b>	<b>3.714</b>	<b>57.930</b>	<b>16.424</b>	<b>11.037</b>	<b>22.858</b>	<b>2.589</b>	<b>2.406</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>16.058</b>
Paranoá	39.630	1.791	974	79	1.580	16.616	3.529	3.265	5.582	658	1.396	-	-	4.160
Núcleo Bandeirante	22.688	194	433	43	952	4.715	2.098	1.384	7.116	2.271	2.444	43	-	995
Ceilândia	332.455	10.852	6.177	1.344	16.387	113.432	33.191	26.630	76.656	14.307	6.209	192	64	27.014
Guará	112.989	1.346	852	137	4.232	23.219	10.524	6.897	34.430	10.689	15.168	467	137	4.891
Cruzeiro	40.934	335	251	84	1.674	8.259	3.711	2.539	12.361	4.409	5.581	223	56	1.451
Samambaia	147.907	6.150	2.503	218	6.149	56.322	17.169	13.740	28.352	3.183	1.442	82	27	12.570
Santa Maria	89.721	2.899	1.072	145	2.840	34.660	9.853	8.984	20.083	1.623	1.333	-	-	6.231
São Sebastião	69.469	1.683	1.431	250	3.541	28.582	6.475	4.328	12.842	715	2.003	215	107	7.297
Recanto das Emas	102.271	3.166	1.326	181	3.677	46.207	10.459	8.741	13.835	1.628	633	-	-	12.418
Lago Sul	24.406	107	178	53	624	2.565	1.015	1.033	2.815	3.367	10.119	1.265	624	641
Riacho Fundo	26.093	588	253	21	1.326	8.291	2.883	1.810	6.208	1.557	1.073	63	-	2.020
Lago Norte	23.000	174	105	-	525	2.696	1.068	770	2.993	4.533	8.892	543	228	473
Candangolândia	13.660	559	190	24	605	3.798	1.234	961	4.094	700	617	-	-	878
Águas Claras	43.623	725	474	28	2.399	12.272	3.542	2.761	9.009	2.957	6.192	502	84	2.678
Riacho Fundo II	17.386	568	105	30	643	6.787	2.198	1.674	3.408	239	164	-	-	1.570
Sudoeste/Octogonal	46.829	114	142	-	2.185	3.775	1.760	1.703	6.868	6.443	18.675	2.270	255	2.639
Varjão	5.945	190	87	23	116	2.828	591	504	875	35	35	-	-	661
Park Way	19.252	191	285	-	698	3.869	1.348	999	3.505	1.760	5.519	111	127	840
Estrutural	14.497	587	438	43	576	7.409	1.313	790	918	32	-	-	-	2.391
Sobradinho II	71.805	1.848	532	84	2.631	21.891	6.243	6.495	19.204	2.687	4.003	280	-	5.907
Itapoã	46.252	2.321	1.042	71	1.445	23.990	3.766	2.368	2.510	24	71	-	-	8.644

	Valores Relativos (%)													
<b>Distrito Federal</b>	<b>100,0</b>	<b>2,6</b>	<b>1,4</b>	<b>0,2</b>	<b>3,9</b>	<b>30,2</b>	<b>9,3</b>	<b>7,2</b>	<b>22,6</b>	<b>5,9</b>	<b>8,4</b>	<b>0,7</b>	<b>0,2</b>	<b>7,4</b>
Brasília	100,0	0,5	0,5	0,2	2,7	12,2	4,6	3,8	29,8	13,5	24,9	3,1	1,3	2,9
Gama	100,0	3,4	2,6	0,2	4,0	30,2	9,7	8,4	25,2	4,8	5,0	0,1	0,1	6,3
Taguatinga	100,0	1,6	1,0	0,1	3,2	24,0	9,6	7,5	28,7	8,7	9,7	0,4	0,0	5,5
Brazlândia	100,0	5,6	1,2	0,3	5,5	38,5	10,9	7,3	18,7	2,4	1,6	0,1	-	7,8
Sobradinho	100,0	1,9	1,3	0,2	4,7	22,1	12,1	5,8	28,2	8,4	8,3	0,9	0,2	6,0
<b>Planaltina</b>	<b>100,0</b>	<b>3,9</b>	<b>1,4</b>	<b>0,3</b>	<b>2,6</b>	<b>41,1</b>	<b>11,6</b>	<b>7,8</b>	<b>16,2</b>	<b>1,8</b>	<b>1,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>11,4</b>
Paranoá	100,0	4,5	2,5	0,2	4,0	41,9	8,9	8,2	14,1	1,7	3,5	-	-	10,5
Núcleo Bandeirante	100,0	0,9	1,9	0,2	4,2	20,8	9,2	6,1	31,4	10,0	10,8	0,2	-	4,4
Ceilândia	100,0	3,3	1,9	0,4	4,9	34,1	10,0	8,0	23,1	4,3	1,9	0,1	0,0	8,1
Guará	100,0	1,2	0,8	0,1	3,7	20,5	9,3	6,1	30,5	9,5	13,4	0,4	0,1	4,3
Cruzeiro	100,0	0,8	0,6	0,2	4,1	20,2	9,1	6,2	30,2	10,8	13,6	0,5	0,1	3,5
Samambaia	100,0	4,2	1,7	0,1	4,2	38,1	11,6	9,3	19,2	2,2	1,0	0,1	0,0	8,5
Santa Maria	100,0	3,2	1,2	0,2	3,2	38,6	11,0	10,0	22,4	1,8	1,5	-	-	6,9
São Sebastião	100,0	2,4	2,1	0,4	5,1	41,1	9,3	6,2	18,5	1,0	2,9	0,3	0,2	10,5
Recanto das Emas	100,0	3,1	1,3	0,2	3,6	45,2	10,2	8,5	13,5	1,6	0,6	-	-	12,1
Lago Sul	100,0	0,4	0,7	0,2	2,6	10,5	4,2	4,2	11,5	13,8	41,5	5,2	2,6	2,6
Riacho Fundo	100,0	2,3	1,0	0,1	5,1	31,8	11,0	6,9	23,8	6,0	4,1	0,2	-	7,7
Lago Norte	100,0	0,8	0,5	-	2,3	11,7	4,6	3,3	13,0	19,7	38,7	2,4	1,0	2,1
Candangolândia	100,0	4,1	1,4	0,2	4,4	27,8	9,0	7,0	30,0	5,1	4,5	-	-	6,4
Águas Claras	100,0	1,7	1,1	0,1	5,5	28,1	8,1	6,3	20,7	6,8	14,2	1,2	0,2	6,1
Riacho Fundo II	100,0	3,3	0,6	0,2	3,7	39,0	12,6	9,6	19,6	1,4	0,9	-	-	9,0
Sudoeste/Octogonal	100,0	0,2	0,3	-	4,7	8,1	3,8	3,6	14,7	13,8	39,9	4,8	0,5	5,6
Varjão	100,0	3,2	1,5	0,4	2,0	47,6	9,9	8,5	14,7	0,6	0,6	-	-	11,1
Park Way	100,0	1,0	1,5	-	3,6	20,1	7,0	5,2	18,2	9,1	28,7	0,6	0,7	4,4
Estrutural	100,0	4,0	3,0	0,3	4,0	51,1	9,1	5,4	6,3	0,2	-	-	-	16,5
Sobradinho II	100,0	2,6	0,7	0,1	3,7	30,5	8,7	9,0	26,7	3,7	5,6	0,4	-	8,2
Itapoá	100,0	5,0	2,3	0,2	3,1	51,9	8,1	5,1	5,4	0,1	0,2	-	-	18,7

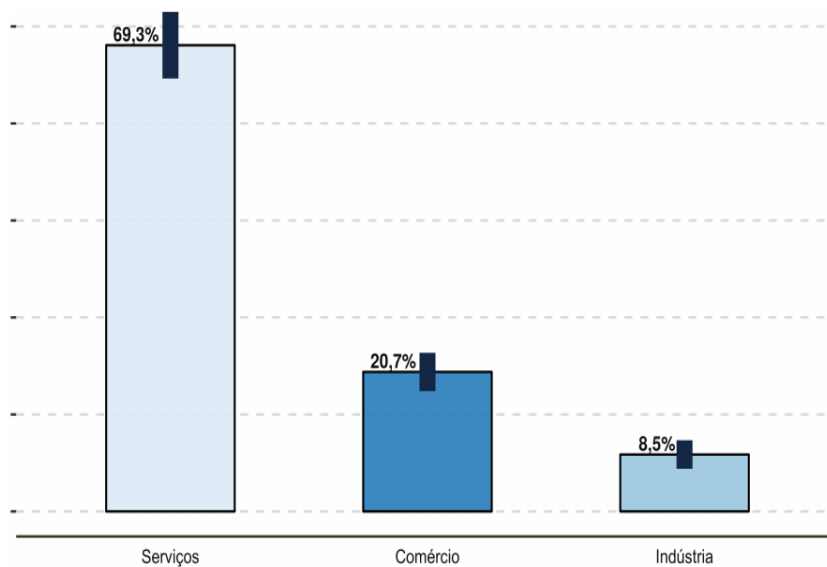
Fonte: Codeplan (2004).

Com relação ao mercado de trabalho na cidade de Planaltina, as Figuras 15, 16 e 17, revelam um pouco de informação sobre o tema. A maioria dos moradores da cidade trabalham na própria RA, 41,3%, 37,3% exercem sua profissão no Plano Piloto e 21,3% em outras localidades. O setor de atividades é principalmente o de Serviços, 69,3%, seguido por Comércio 20,7% e Indústria 8,5%. Parcela significativa trabalha no serviço formal, sendo que 60,3% se definem como empregado. São autônomos ou trabalham por conta própria cerca de 22% dos moradores da cidade, o que converge com a porcentagem do setor de comércio, que é onde se encontra a maioria das pessoas que trabalham na informalidade.

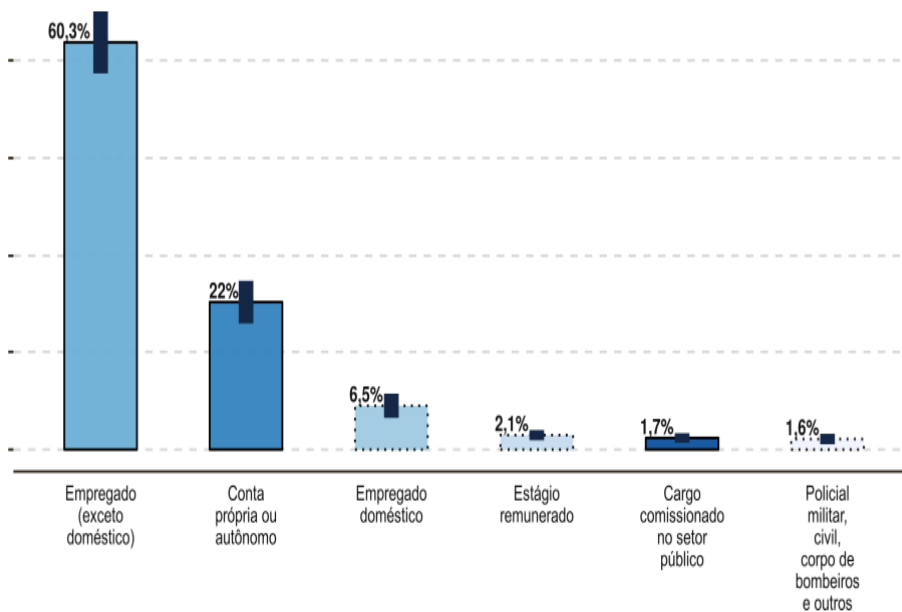
**Figura 15:** Distribuição do local em que as pessoas exerciam seu trabalho principal.



Fonte: Codeplan (2019).

**Figura 16:** Distribuição do setor de atividade da empresa em que as pessoas exerciam seu trabalho principal.

Fonte: Codeplan (2019).

**Figura 17:** Distribuição da posição na ocupação principal.

Fonte: Codeplan (2019).

### 4.3 Projetos de Ação Contínua da FUP

Tendo por objetivo incentivar a interação entre a UnB e a sociedade, fomentando e pesquisa e ao desenvolvimento social a partir das reflexões e práticas acadêmicas, a Universidade de Brasília possui um Decanato específico com vistas a promover as atividades



de extensão de todos os setores da universidade (institutos, faculdades, departamentos) o Decanato de Extensão (DEX).

A CEX, que faz parte da estrutura do DEX, tem como atribuições emitir pareceres, analisar propostas e projetos, regulamentar normas do CEPE e apreciar recursos de decisões dos Conselhos de Institutos e de Faculdades. A CEX é presidida pelo Decano de Extensão e composta por um representante de cada Unidade Acadêmica, um representante dos órgãos complementares e centros afetos a sua esfera de competência e três representantes discentes.

Na FUP existe um Colegiado específico de extensão com o objetivo de contribuir com todas as ações de extensão propostas no *campus*, composto pelo Coordenador, um técnico administrativo, representantes das áreas: educação, ciências exatas, ciências humanas e sociais, ciências da vida e terra, ciências sociais aplicadas e tecnológicas e bolsistas. Possui o Infoex - Boletim de extensão da FUP o primeiro publicado dia 01/09/2017. Atualmente a extensão da FUP conta com 3 bolsistas que atuam especialmente na organização da semana universitária.

No PPPI da FUP constam as diretrizes para as ações extensionistas que são as seguintes:

- a) A promoção de parcerias com as diferentes organizações da sociedade, públicas e privadas, e com os grupos da sociedade civil organizada e movimentos sociais, em âmbito pedagógico e científico, mas evitando que seja orientada a atividades rentáveis com o intuito exclusivo de arrecadar recursos extra-orçamentários;
- b) A viabilização de novos espaços dialógicos e de convivência entre saberes diversos, que potencializem a participação ativa da FUP na construção da coesão social, do aprofundamento da democracia, da defesa da diversidade, da inclusão social e da sustentabilidade ambiental, mas também a participação efetiva da sociedade na universidade;
- c) O estabelecimento de um papel estratégico para a FUP na região integrada de desenvolvimento do entorno do DF (RIDE), por meio da consolidação de programas e projetos de ensino-pesquisa-extensão nessas cidades, contribuindo para a integração das diversas iniciativas que a unidade acadêmica já desenvolve no Distrito Federal e no entorno;
- d) A priorização de questões emergentes da sociedade contemporânea, visando produzir conhecimentos que contribuam para qualificar debates importantes em nível local, regional, nacional e internacional;
- e) O empoderamento das comunidades internas e externas envolvidas em processos extensionistas da FUP, fazendo retornar às comunidades o resultado da atividade de extensão por meio de estratégias diversas;

- f) O atendimento das demandas emergentes, por meio de metodologias sistêmicas e orgânicas, que possam direcionar a pesquisa, o ensino e a extensão para questões macro, locais e regionais;
- g) A potencialização da prática extensionista nos processos educativos articuladores entre a universidade e a sociedade, garantindo que estruturas curriculares incorporem programas e projetos de extensão;
- h) A contribuição para o intercâmbio das ações de extensão de diferentes áreas de conhecimento;
- i) A valorização equitativa do trabalho extensionista, nas carreiras de docentes e de técnico-administrativos, inclusive para fins de ascensão profissional;
- j) A disponibilização de recursos para programas e projetos de extensão e a consolidação interna de linhas de pesquisa vinculadas à extensão, visando concorrer aos editais internos e externos;
- k) A garantia de que os estudantes de graduação e de pós-graduação tenham incluídas em sua formação acadêmica, atividades de extensão, curriculares ou não, inclusive como parte da avaliação dos cursos, conforme regulamentação existente;
- l) O estímulo e o apoio à participação dos extensionistas em eventos científicos, na medida em que a extensão é concebida também como espaço de produção e de divulgação de conhecimentos científicos;
- m) A visibilidade, inclusive em nível nacional e internacional, às atividades de extensão realizadas na FUP;
- n) A realização periódica de censos integrados de ensino, pesquisa e extensão como ferramenta diagnóstica e orientadora das políticas acadêmicas;
- o) A adoção de estratégias que visem a real indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Segundo o Relatório dos Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEAC) do Decanato de Extensão a FUP mostra aumento significativo nos últimos anos como pode ser visto na Tabela 9. Os dados são a partir de 2013, devido a falta de compilação dos anos anteriores.

**Tabela 9:** Evolução de Projetos e Programas de Extensão de Ação Contínua, por Unidade, 2013 a 2019.

SIGLA	UNIDADE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
FUP	Faculdade UnB Planaltina	11	19	23	19	31	51	61

Fonte: SIEX/ DEX (2019).

### 4.3.1 Análise dos projetos de extensão da FUP

Num levantamento atualizado via Colegiado de Extensão, se encontra os atuais programas, projetos e eventos vigentes na FUP no momento da pesquisa, conforme apresentado no Quadro 3.

**Quadro 3:** Projetos, Programas e Eventos vigentes na FUP.

<b>Projetos Aprovados na FUP – atualizados até: 20/03/2019</b>						
<b>Título da ação</b>	<b>Tipo de ação</b>	<b>Área temática</b>	<b>Área na FUP</b>	<b>Coordenador</b>	<b>Data</b>	<b>Abrangência</b>
1. Educação popular do campo – 59271	Projeto	Educação	EXA TAS	Nathan Carvalho	10/12/2017 à 10/12/2019	Estadual
2. Capacitação social empreendedora de comunidades e apoio de jovens na inserção. SIEX - 61547	Projeto	Trabalho	CSA T	Fernanda Nascimento	19/06/2019 à 19/07/2021	Regional
3. Resíduos orgânicos originados no campus UnB Planaltina: implantação de um sistema de compostagem. SIEX 61169	Projeto	Meio Ambiente	CVT	Luiz Felipe Salemi	20/04/2019 à 20/04/2021	Regional
4. Integração das Escolas da rede pública e privadas com o Laboratório de Biologia da FUP: 61107	Projeto	Educação	CVT	Erina Vitória	01/04/2019 à 01/04/2021	Regional
5. Educação Ambiental no Parque Recreativo Sucupira-Planaltina DF – SIEX 60575	Projeto	Educação	EDU	Olgamir Amância	11/10/2018 a 11/10/2020	Região
6. Matemática com Informática. SIEX - 60795	Projeto	Educação	EXA TAS	Antônio Luís	10/11/2018 à 10/11/2020	Regional
7. Clube de Xadrez da FUP. SIEX - 61458	Projeto	Educação	EDU	Rosylane Vasconcelos	07/06/2019 à 07/06/2021	Regional
8. Territorialidade, meio ambiente e sustentabilidade no Assentamento Rio Bonito. SIEX. 61079	Projeto	Meio Ambiente	CHS	Regina Coelly	01/04/2019 à 01/04/2021	Regional
9. Desenvolvimento de Estratégias de valorização pela qualidade e origem junto aos produtores da agricultura	Projeto	Ciências Agrárias	CSA T	Jean-Louis Le Guerroué	01/04/2019 à 31/08/2020	Regional

familiar – SIEX 60943						
10. Integração das comunidades rurais/agrícolas e educação superior: O NESIQO e o curso de Gestão do Agronegócio. SIEX 61024	Projeto	Ciências Agrárias	CSA T	Jean-Louis Le Guerroué	01/04/2019 à 05/09/2019	Regional
11. Cooperativa Agroecológica Carajás – COOPERCARAJÁS 60560	Projeto	Tecnologia	CHS	Ricardo Toledo Neder	10/04/2018 à 11/04/2020	Nacional
12. Tópicos em Lógica e Matemática Financeira. SIEX - 60792.	Projeto	Educação	EXA TAS	Rogério César dos Santos	09/12/2018 à 09/12/2019	Campi de Planaltina
13. Implantação de um Plano de Gerenciamento de resíduos Sólidos para o campus da Faculdade UnB de Planaltina/DF - 59581	Projeto	Meio ambiente	CSA T	Elaine Nolasco	14/03/2018 à 14/03/2020	Campi - Planaltina
14. Laboratório de pesquisa em construções e fazeres sustentáveis. SIEX 60224	Projeto	Meio Ambiente	CHS	Tânia Cruz	11/07/2018 a 29/07/2020	Regional
15. Capacitação básica para manuseio do bambu e criação de uma estrutura arquitetônica icosaedro. SIEX 60015	Projeto	Meio Ambiente	CHS	Tânia Cruz	26/06/2018 a 10/07/2020	Regional
16. BIOGAMA - FUP - Reciclagem de Óleo Residual a partir da Coleta Seletiva na Comunidade de Planaltina - DF – SIEX 61435	Projeto	Meio ambiente	EXA TAS	Priscilla Coppola	15/06/2019 à 15/06/2020	Campi - Planaltina
17. Laboratório de Múltiplos Letramentos – LabMult. SIEX - 60147.	Projeto	Educação	EDU	Djiby mane	28/06/2018 a 27/06/2020	Regiões Administrativas do DF.
18. Os múltiplos letramentos e a formação continuada de professores. SIEX 61106	Projeto	Educação	EDU	Djiby mane	15/06/2019 à 15/06/2021	Campi - Planaltina
19. Estudo de Viabilidade Econômica da Reciclagem do Vidro no DF - 60072	Projeto	Meio Ambiente	EXA TAS	Mauro Francisco	16/06/2018 à 15/06/2020	Estadual
20. EJA na Universidade – SIEX - 60152	Projeto	Educação	EDU	Djiby mane	28/06/2018 a 27/06/2020	Regional
21. Socioeducação e Desenvolvimento. SIEX 60447	Projeto	Educação	EDU	Cynthia Bisinoto	20/08/2018 a 19/08/2020	Regional
22. Ledoc itinerante: seminários nas escolas e comunidades de inserção. SIEX - 60601	Projeto	Educação	EDU	Jair Reck	20/11/2018 a 21/11/2020	Regional
23. BN - Observatório para Políticas de Extensão em Tecnologias Livres - 60561	Projeto	Tecnologia	CHS	Ricardo Neder	10/10/2018 A 10/10/2020	Internacional
24. Educação e Psicologia: mediações possíveis em tempo de inclusão - 60142	Projeto	Educação	EDU	Juliana Caixeta	12/07/2018 a 13/07/2020	Regiões
25. Turismo Social em Brasília: SIEX - 60143	Projeto	Direitos humanos	CSA T	Donária Coelho	12/07/2018 a 12/07/2020	Regiões Administrativas do DF

26. O Ensino de Ciências e o Desafio da Aproximação Universidade-Escola - 59961	Projeto	Educação	EDU	Jeane Cristina	01/08/2018 a 01/08/2020	Regional
27. Formação Continuada para educadores das áreas de Reforma Agrária - 60907	Projeto	Educação	EDU	Clarice Aparecida	18/12/2018 à 10/11/2020	Nacional
28. Mulheres na Ciência: desafios, mitos e resistência cotidiana. SIEX 60685.	Projeto	Educação	CVT	Caroline Gomide	01/02/2019 à 07/11/2019	Regional
29. Escola de Teatro Político e Vídeo Popular – SIEX 60786.	Projeto	Cultura	CHS	Rafael Villas Bôas	14/02/2019 à 20/12/2019	Regional
30. Articulação das práticas de educação popular no Distrito Federal, entorno e Noroeste Mineiro por meio do Teatro do Oprimido - 60784	Projeto	Educação	EDU	Maria Osanette	10/11/2018 à 08/11/2020	Regional
31. Como está o Clima e a Água na Escola: Práticas Pedagógicas da Educação Ambiental para o Enfrentamento das Mudanças do Clima - 60808	Projeto	Educação	CHS	Irineu Tamaio	01/01/2019 à 31/12/2019	Regional
32. A Educação Ambiental na implantação da coleta seletiva na Faculdade UnB Planaltina no Distrito Federal – SIEX. 61187	Projeto	Meio ambiente	CVT	Maria Cristina	11/05/2019 à 20/05/2021	Campi Planaltina
33. EducAção - Cursinho Preparatório. SIEX 61571	Projeto	Educação	EDU	Juliana Caixeta	02/07/2019 à 30/06/2021	Regiões Administrativas do DF
34. CALANGARTE - Ateliê de Artes Livres, Economia Solidária e Ondas comunitárias (ITCP TECSOL) - 61453	Projeto	Cultura	CHS	Ricardo Neder	05/06/2019 à 05/06/2021	Regional
35. Em busca da Emancipação Humana: Educação de Jovens e Adultos na Reforma Agrária no Noroeste Goiano, Noroeste Mineiro, Distrito Federal e Entorno - 55457	Projeto	Educação	EDU	Maria Osanette	18/09/2017 à 17/09/2019	Regional
36. Projeto Oficinas de NVivo - 59085	Projeto	Tecnologia	CSA T	Carolina Lopes Araújo	16/11/2017 à 31/10/2019	Regional
37. Projeto de Educação Infantil Ciranda - 58457	Projeto	Educação	EDU	Eliete Avila Wolff	10/11/2017 à 04/11/2019	Regional
38. Projeto Feira de Organizações e Inovação da FUP/UnB - 59087	Projeto	Educação	CSA T	Carolina Lopes Araújo	05/03/2018 à 31/12/2019	Regional
39. Oficinas de Formatação de Trabalhos Científicos em MS Office - 59088	Projeto	Educação	CSA T	Carolina Lopes Araújo	05/03/2018 à 31/12/2019	Regional

40. Minuto Geosfera: notícias do planeta azul - 59260	Projeto	Educação	CVT	Anete Oliveira	01/12/2017 à 01/12/2019	Regional
41. ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares TECSOL - 61452	Programa	Tecnologia	CHS	Ricardo Neder	06/06/2019 à 05/06/2021	Nacional
42. Terra em Cena – SIEX - 61587	Programa	Cultura	CHS	Rafael Villas Bôas	23/06/2019 à 30/07/2023	Nacional
43. Imersão UnB/Escolas - 59940	Programa	Educação	EDU	Djiby. Mane	14/05/2018 a 11/05/2020	Regional
44. Programa de Extensão Kalunga – SIEX 59266	Programa	Meio Ambiente	CVT	Caroline Gomide	27/11/2017 à 27/12/2019	Regional
45. Diálogos Universidade-Escola: parceria entre a Universidade de Brasília e a Escola Parque da Natureza de Brazlândia – SIEX 60051	Programa	Educação	CHS	Juliana Rochet	01/09/2018 a 01/12/2020	Regiões Administrativas do DF
46. Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos - EJA do Brasil. SIEX - 61182	Programa	Educação	EDU	Eliene Novaes	08/07/2019 à 08/07/2021	Nacional
47. I Simpósio em Saúde e Ambiente: estilo de vida saudável. SIEX 61471	Evento	Saúde	CVT	Erina Vitória	01/07/2019 à 11/07/2019	Campi Planaltina
48. Festa Junina da FUP. SIEX - 61413	Evento	Cultura	EDU	Marcelo Bizerril	29/05/2019 à 29/06/2019	Campi Planaltina
49. Semana Universitária FUP 2019. SIEX - 61364	Evento	Educação	CVT	Caroline Gomide	22/06/2019 à 31/10/2019	Campi Planaltina

Fonte: SIEX/ DEX (2019).

De acordo com o Quadro 3, observa-se que a FUP possui uma quantidade significativa de projetos, nos mais diversos temas. Temas estes relacionados às áreas existentes na Faculdade, com destaque para as áreas de Educação, devido aos cursos de Licenciatura existentes e também ao Meio-ambiente, tema relacionado à Licenciatura e também aos cursos

de Bacharelado. Destaca-se também ações relacionadas com segmentos da sociedade civil além da parceria com outros órgãos do serviço público federal e estadual.

Após análise de todos os projetos, foram 15 os projetos analisados através de entrevistas com seus respectivos coordenadores:

1. A Educação Ambiental na implantação da coleta seletiva na Faculdade UnB Planaltina no Distrito Federal - EDUCAÇÃO
2. Educação e Psicologia: mediações possíveis em tempo de inclusão - EDUCAÇÃO
3. Ledoc itinerante: seminários nas escolas e comunidades de inserção - EDUCAÇÃO
4. Como está o Clima e a Água na Escola: Práticas Pedagógicas da Educação Ambiental para o Enfrentamento das Mudanças do Clima – MEIO AMBIENTE
5. Tópicos em Lógica e Matemática Financeira - EDUCAÇÃO
6. O Ensino de Ciências e o Desafio da Aproximação Universidade-Escola - EDUCAÇÃO
7. Feira de Organizações e Inovação da FUP/UnB - EDUCAÇÃO
8. Programa de Extensão Kalunga - MEIO AMBIENTE
9. Em busca da Emancipação Humana: Educação de Jovens e Adultos na Reforma Agrária no Noroeste Goiano, Noroeste Mineiro, Distrito Federal e Entorno - EDUCAÇÃO
10. Clube de Xadrez da FUP - EDUCAÇÃO
11. EJA na Universidade - EDUCAÇÃO
12. Resíduos orgânicos originados no campus UnB Planaltina: implantação de um sistema de compostagem - MEIO AMBIENTE
13. Territorialidade, meio ambiente e sustentabilidade no Assentamento Rio Bonito - MEIO AMBIENTE
14. Educação - Cursinho Preparatório - EDUCAÇÃO
15. Educação Ambiental no Parque Recreativo Sucupira Planaltina DF - EDUCAÇÃO

Com o objetivo de analisar a atuação da Faculdade UnB Planaltina no desenvolvimento da comunidade local por meio da extensão, são apresentados os resultados da pesquisa.

Dividiu-se a análise em cinco categorias, a fim de organizar o conteúdo de forma simples e cadenciada. Na primeira, buscou-se descrever a motivação para a realização de projetos de extensão, que corresponde à questão 01 do roteiro de entrevista, elencando os pontos citados pelos coordenadores. Na segunda seção, constam os diferentes públicos contemplados pelas ações vigentes, o que corresponde a questão 2 e 3. Na terceira, são apresentados os benefícios e na quarta as dificuldades dos projetos para a comunidade, o que

corresponde as questões 4,5, 6 e 7 respectivamente do roteiro categorizados e apresentando a percepção dos envolvidos na pesquisa. Por fim, na quinta seção, questão 8, algumas sugestões são propostas a fim de contribuir para o melhor aproveitamento da Extensão na Universidade.

I- Motivação para desenvolvimento do projeto

II- Público-alvo

III- Benefícios do projeto para o público-alvo

VI- Dificuldades do Projeto

V- Sugestões

A seguir, as categorias são definidas e caracterizadas, confrontando a literatura pertinente ao tema com verbalizações relevantes efetuadas pelos participantes da pesquisa e o conteúdo dos documentos analisados.

A categoria I, como questionamento inicial da entrevista, procurou entender qual a motivação para o desenvolvimento de projetos de extensão. Com base no conteúdo das respostas foram elencadas cinco subcategorias que melhor correspondem com as principais motivações. A questão do processo educativo, e da necessidade de promover novos aprendizados foi destacada. Para Siveres (2012, p. 15): “a extensão universitária, caracterizada pela sua potencialidade educacional e social, é um elemento essencial da identidade institucional. Um dos aspectos que define, portanto, o estatuto acadêmico é, nesse sentido, o processo de aprendizagem.” A extensão universitária, como uma possibilidade de aprendizagem, dispõe os sujeitos e processos aprendentes para uma dinâmica educativa. Portanto, o processo educacional, com base na reflexão e na ação extencionista, contribui para uma educação de nível superior, fazendo justiça ao projeto acadêmico das universidades. (SIVERES, 2012). Sá (2012) complementa dizendo que a extensão universitária deve ser compreendida como um processo educativo, e a práxis social a articulação entre compreender a realidade e responder aos seus desafios, e a interação entre o questionamento ético e o engajamento social compõe os fundamentos de uma instituição comunitária comprometida com a sociedade.

A questão dos valores sociais, outra subcategoria, os quais estão enraizados nos programas de extensão. Siveres (2012) corrobora afirmando que a extensão contribui na construção de relações mais estreitas entre a universidade e a sociedade, além de compreender que as atividades universitárias- ensino, pesquisa e extensão - não visam somente a preparação



de profissionais, mas algo mais amplo como a formação para o exercício da cidadania. Além disso, outro destaque nas entrevistas foi a questão da inclusão social. Almeida (2012, p. 63) conceitua a inclusão social como “conjunto de meios e ações que condena a exclusão de pessoas aos benefícios da vida em sociedade, a atuação no projeto extensionista os faz entender os porquês das situações sociais que envolvem cada indivíduo”.

A possibilidade de troca de saberes onde existe uma relação entre Universidade e Comunidade também obteve destaque nas respostas obtidas nas entrevistas, principalmente no que diz respeito à integração da comunidade com a Universidade, outra subcategoria em destaque. A convivência entre universitários e comunidade se faz presente no cotidiano das ações, no diálogo constante, na compreensão das dificuldades diárias do outro, no respeito à realidade social encontrada e na interação entre os diversos sujeitos que compõem as ações extensionistas. A comunidade deve ser estimulada a ter uma participação ativa, seja o ciclo de aprender e ensinar, independentemente do tipo de ação desenvolvida no projeto de extensão, a comunidade deve ter voz ativa, participando e propondo (RABEL, 2012; SIVERES, 2012).

**Quadro 4:** Categoria I - Motivação para o desenvolvimento da pesquisa.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Conteúdos verbalizados</b>
<b>Motivação para desenvolvimento do projeto</b>	Processo educativo	E1: “é difícil alterar a estrutura dos comportamentos diários, se trata de um processo de <b>reeducação</b> ” E4: “essa pesquisa busca estimular <b>novos aprendizados...</b> ”
	Valores sociais	E 13 : “...focado na ideia de fortalecimento <b>social</b> para a comunidade”
	Transformação/Inclusão	E 3: “provoca muitas mudanças no fazer pedagógico significativo e <b>transformador</b> ” E4: “ação mobilizatória e <b>transformadora.</b> ” E 11: “esse processo tem um <b>cunho inclusivo</b> , as pessoas que frequentam o projeto hoje tem essa possibilidade de sonhar mais.” E15: “quando a Universidade vai para as comunidades periféricas ela cumpre o seu compromisso social de <b>inclusão social</b> ”.
	Troca de saberes	E 9: “eles percebem a importância de ensinar e aprender, a importância da <b>troca de saberes</b> ”
	Integração à comunidade	E 2: “Os trabalhos sempre começam a partir de uma demanda que vem da <b>comunidade</b> ” E 10: “ <b>Integrar-se à comunidade</b> , por meio de uma atividade lúdica, educativa e integradora...” E11: projeto veio para fazer a diferença, aproximando a FUP da comunidade, trazendo a <b>comunidade</b> aqui para tentar se integrar, pois essa aqui é a casa deles.”

**Fonte:** Elaborado pela autora

A categoria II, apresentada no Quadro 5, corresponde ao público-alvo atendido pelos projetos de extensão pesquisados, que podem ser divididos em comunidade interna e externa à FUP. São diversos os públicos beneficiados o que corrobora com o pensamento de Rabel (2012, p. 37) que afirma que “pode-se dizer que a extensão integra em sua prática de realidades, experiências e conhecimentos diversos. Pode-se assinalar, portanto, que na ação extensionista, destaca-se como sujeitos desta: acadêmicos, professores e a comunidade em geral”.

A relação principalmente com a comunidade externa se insere como uma maneira de mostrar para os estudantes a grande diversidade da sociedade e seu compromisso profissional e até social de chegar a todos os públicos. Além disso, a convivência com o outro se faz importante à medida em que ensina a respeitar as diferenças, a entender as necessidades de pessoas que muitas vezes não possuem acesso aos mínimos sociais, somente através do trabalho em equipe e a partilha de conhecimento em áreas diferenciadas, proporciona maior crescimento profissional de todos os envolvidos. Sendo assim “o compromisso social é um princípio da extensão universitária ao passo em que impulsiona a capacidade do estudante a integrar a realidade contemporânea e compreendê-la através do público-alvo atendido” (ALMEIDA, 2012).

Com relação ao público beneficiado pelos projetos analisados, apreende-se que todos atuam na comunidade acadêmica, pois são desenvolvidos por professores e estudantes da Faculdade. Com relação à comunidade, somente quatro dos quinze projetos não atuam diretamente na comunidade local: Coleta Seletiva, Feira de Organizações e Inovação da FUP, Clube de xadrez e Resíduos orgânicos originados no campus. O que não deixa de ter um impacto indireto, os relacionados a questão do meio-ambiente, pois trazem benefícios para todos ao redor do *campus* e para a sociedade em geral. Com relação à Feira e ao xadrez, a comunidade também pode ter algum tipo de contato, pois a Faculdade é sempre aberta a comunidade.

**Quadro 5:** Categoria II - Público-alvo.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Conteúdos verbalizados</b>
<b>Público-alvo</b>	Comunidade Interna: alunos, professores, técnicos e terceirizados.	E1: “toda a comunidade acadêmica da FUP ( <b>alunos, professores, técnicos administrativos, funcionários terceirizados e da cantina</b> ). “ E7: “ <b>estudantes da FUP</b> , do curso de GAM.” E10: “estudantes de todos os cursos da FUP.” E11: “o foco inicial eram os funcionários <b>terceirizados da FUP</b> , mas de acordo com a demanda atendemos Planaltina, está aberto a <b>todos</b> .”
	Comunidade Externa: estudantes ensino Fundamental e médio, comunidade Assentamento rural, comunidade quilombola, professor ed. Básica, lideranças sociais e instituições diversas.	E2: “...temos <b>públicos diversificados</b> : estudantes em situação de risco, estudantes de escolas públicas...” E3: “pessoas da <b>comunidade</b> , instituições, escolas, cooperativas, sindicato, movimentos sociais, prefeituras, secretarias de cultura, meio-ambiente.” E5: “ <b>comunidade de Planaltina</b> próxima a região da UnB” E8: “especialmente a <b>comunidade quilombola Kalunga</b> .” E13: “comunidade do Rio Bonito, <b>assentamento rural</b> .”

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

A categoria III, que aponta os benefícios dos projetos de extensão para o público-alvo, conta com quatorze subcategorias que correspondem às principais falas dos entrevistados. Percebe-se que são vários os benefícios citados, dentre eles, a questão da mudança de comportamento dos envolvidos nos projetos, o desenvolvimento de competências e a troca de saberes. Corroborando com Freitas (2012) que diz que a extensão universitária é uma importante contribuição na aprendizagem acadêmica, na formação cidadã, na qualificação profissional, na conduta ética e transformadora do indivíduo e da sociedade, sendo considerada, pelos acadêmicos, como um diferencial na formação pessoal e acadêmica. Almeida (2012, p. 53) completa dizendo que “o processo de aprendizagem é o modo como as pessoas adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e, possivelmente, mudam comportamentos.”

O diálogo com a comunidade de maneira mais efetiva, juntamente com a vivência em sociedade e experiência prática também foram narrativas constantes nas entrevistas, a extensão universitária, pelas características apresentadas, tem possibilidade de se concretizar como uma

prática acadêmica essencial. Freitas (2012) acrescenta dizendo que a Extensão se coloca como um espaço estratégico para promover práticas integradas entre várias áreas do conhecimento, favorecer a multidisciplinaridade, potencializar o desenvolvimento de uma consciência cidadã e humana e, assim, a formação de sujeitos de mudança, capazes de se colocarem no mundo com uma postura mais ativa e crítica. A extensão trabalha no sentido de transformação social.

Por meio dos projetos, se torna possível o aumento da visibilidade da FUP para a comunidade, aumentando o diálogo com os diversos atores sociais, possibilitando parcerias com as diversas instituições existentes, gerando então uma ação multiplicadora dos possíveis benefícios da Universidade para a comunidade em que está inserida. Portanto partindo da concepção de que a universidade necessariamente deve manter-se em sintonia com as demandas sociais que a cercam. Nesse sentido, entende que os saberes por ela produzidos não podem permanecer circunscritos ao espaço acadêmico, fechados entre os muros que a rodeiam. Ou seja, ainda que esses saberes, em certas circunstâncias, possam assumir um caráter superficial, espera-se que eles se constituam em mecanismo por meio do qual a universidade se faz presente na vida da cidade, contribuindo para instrumentalizar a luta por transformações sociais (PAIVA; SARAIVA, 2011).

Formar cidadão críticos e que tenham capacidade de reflexão das situações que o cercam foi outra questão recorrente nas respostas dos entrevistados, além de proporcionar atitude colaborativa e perspectiva emancipadora aos atores envolvidos. Pensar extensão na formação acadêmica e cidadã é pensar em profissionais conscientes e comprometidos com o desenvolvimento social. Nesse sentido, é fundamental a conscientização sobre as questões éticas que envolvam o cotidiano dos acadêmicos, de modo que os atores sociais comprometidos nesse processo possam crescer intelectual, pessoal, social, ética e politicamente. A Universidade deve oferecer uma educação que contribua para a construção da educação integral dos estudantes, como ser humano e cidadão, a extensão propicia aos alunos mudanças nos seus valores de vida, transformando-os em pessoas mais sensíveis às causas da realidade social. (ALMEIDA, 2012; SÁ, 2012).

**Quadro 6:** Categoria III - Benefícios do projeto para o público-alvo.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Conteúdos verbalizados</b>
<b>Benefícios do projeto para o público-alvo</b>	Reeducação/Mudança de comportamento	E1: “se trata de um processo de <b>reeducação</b> contínua em vários sentidos, principalmente

		de serem participantes ativos no processo”. E2: “favorece um tipo de formação associada à <b>mudança</b> .”
	Desenvolvimento de competências.	E2: “ <b>desenvolvimento de competências</b> relacionadas a habilidades sociais como conversar e interagir com pessoas e ambientes diferentes do usual.” E4: “compromisso, aprofundamento nas ações, participação, organização, assiduidade e crescimento intelectual E15: “as atividades de extensão são <b>qualificadoras</b> do trabalho profissional, certamente será um profissional que terá uma dimensão estética e ética na sua formação, numa perspectiva humanista séria e <b>competente</b> .”
	Reflexão	E2: “favorece a <b>reflexão</b> de professores e estudantes a respeito de contextos sociais que ultrapassam as fronteiras da escola e da universidade.” E9: “a extensão é um espaço de aprendizado, de <b>reflexão</b> de debate.”
	Perspectiva emancipadora	E3: “possibilidade de fazer diferentes numa <b>perspectiva emancipadora</b> , onde os estudantes são protagonistas do projeto.”
	Atitude colaborativa	E7: “demonstram vínculo afetivo com o evento e <b>atitude colaborativa</b> quando de sua participação”.
	Troca de Saberes	E4: “estimular novos aprendizados, <b>troca de saberes</b> , constituição de redes de conhecimento local e de experiências.” E9: “eles percebem a importância de ensinar e aprender, a importância da <b>troca de saberes</b> ”
	Ação multiplicadora	E10: “são inúmeras pessoas diariamente <b>multiplicando</b> ações de ensino.”
	Abertura para a comunidade	E2: “possibilita a consolidação de espaços da universidade como espaços de formação coletivo com a <b>comunidade</b> .” E11: “o projeto trouxe <b>abertura para a comunidade</b> , abertura da FUP para a comunidade.” E14: “aproximação da universidade com a <b>comunidade</b> .”
	Visibilidade para a FUP	E11: “por meio desse projeto que hoje dá uma <b>visibilidade para a FUP</b> .”
	Experiência prática	E2: “os fins só se concretizam-na medida em que discutem os meios adequados de intervenção à situação <b>concreta</b> .” E12: “a <b>experiência prática</b> faz os alunos se sentirem seguros ao sair da Universidades.”
	Diálogo com a comunidade	E13: “os estudantes ficam maravilhados com a <b>experiência</b> , de muito <b>diálogo</b> com a

		comunidade.”
	Vivência	E14: “oportunizar a <b>vivência</b> dos estudantes com a universidade.”
	Expectativa e Esperança	E13: “o projeto cria uma <b>expectativa</b> e responsabilidade a mais.” E15: “a presença da Universidade mexe com a <b>expectativa</b> , com os sonhos e possibilidades daquela população”.
	Parcerias	E11: “por meio da <b>parceria</b> com o CED03 estamos conseguindo certificar os alunos.” E15: “temos <b>parcerias</b> com escolas, com a Radio Utopia e com a Estação Ecológica de Águas Emendadas.”

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

A categoria IV, indicada no Quadro 7, corresponde às dificuldades enfrentadas nos Projetos, que se dividem em sete subcategorias. Devido a problemas estruturais e às diversas crises financeiras e políticas do país, o maior problema enfrentado diz respeito à falta de recursos, ou seja, questões financeiras, o que por consequência acarreta a maioria dos problemas citados pelos entrevistados.

Existe a necessidade de dar ênfase a uma política acadêmica que inclua a extensão, em que a política para o ensino superior tivesse um tratamento com equidade para o ensino, pesquisa e extensão, as três dimensões da Universidade deveriam ser indissociáveis e equilibradas para que a instituição cumprisse seus fins de modo mais aberto à sociedade. Silva (2002, p. 161) acrescenta dizendo que “a extensão foi atribuída a responsabilidade de produzir as relações entre universidade e a sociedade, como se aquela tivesse obrigação moral de dar respostas aos problemas desta, sem uma estrutura adequada para tal”. Ou seja, sem recursos, transporte, material e infraestrutura, a função da extensão fica aquém do esperado. Além disso, os estudantes extensionistas necessitam de algum tipo de apoio e incentivo, principalmente os alunos da FUP, que de acordo com dados do DAC, possuem um perfil extremamente carente, portanto acredita-se que um dos motivos para a sua inserção num projeto de extensão, é o auxílio financeiro através da bolsa de extensão, que pode vir a colaborar para a permanência desse aluno no ensino superior. Dificuldade essa bastante citada pelos coordenadores, que se veem muitas vezes sozinhos em seus projetos por não terem possibilidade de ofertar bolsas de extensão.

Outra dificuldade citada diz respeito à questão da divulgação dos projetos. “Sugere-se uma maior divulgação da extensão na comunidade acadêmica, como forma de proporcionar aos demais alunos a oportunidade de vivenciar e crescer na extensão” (FREITAS; SOUZA;

FRANÇA, 2012, p. 119). Além da divulgação interna, salienta-se a necessidade de divulgação externa, para toda a comunidade, com o intuito de cumprir seu papel de promover a integração da Universidade com a Sociedade, pois um ponto importante a ser considerado, na experiência extensionista, é que esta pode propiciar além de um sentimento de pertencimento, um compromisso com as questões societárias pertinentes a seu tempo presente (ALMEIDA, 2012).

Por fim Neres (2017, p. 49) conclui que “o *campus* de Planaltina ainda enfrenta problemas com a insuficiência de recursos financeiros, falta de estrutura adequada para as atividades de extensão e necessidade de alocação de recursos humanos para fazer a gestão das atividades de extensão”.

**Quadro 7:** Categoria IV - Dificuldades do projeto.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Conteúdos verbalizados</b>
<b>Dificuldades do Projeto</b>	Falta de recurso	E2: “as dificuldades se referem a <b>falta de financiamento</b> frequente.” E3: “dificuldades próprias do país, com a <b>falta de recursos</b> das Universidades.” E10: “a maior dificuldade é a <b>financeira</b> . Apoio da FUP e dos colegas, nós temos.”
	Transporte/locomoção	E4: “a principal dificuldade é a locomoção, ou seja, o <b>transporte</b> para as escolas.” E6: “dificuldade de agendamento do <b>transporte</b> da FUP.”
	Material	E2: “já tivemos muita dificuldade <b>material</b> , por muitos anos eu bancava com meu salário.” E6: “falta de recursos para a compra de <b>materiais</b> que utilizamos nos experimentos.”
	Bolsas	E2: “em tempos de falta de perspectiva de <b>bolsas</b> , a evasão de estudantes do projeto aumenta.” E3: “impossibilidade de ter <b>bolsas</b> de extensão.” E9: “A falta de recursos para <b>bolsa</b> constitui outro fator de dificuldade na execução do projeto.”
	Divulgação	E5: “falta de ideias de como <b>divulgar</b> melhor o projeto.”
	SIEX	E8: “dificuldade com a burocracia do <b>SIEX</b> .”
	Infraestrutura	E12: “as dificuldades giram em torno de uma <b>baixa infraestrutura</b> .” E15: “o grande desafio é de <b>estrutura</b> , precisaria de mais recursos para as ações, condições materiais, falta de transporte são determinantes.”

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

A categoria V, corresponde a sugestões e propostas de melhorias a fim de contribuir para as ações de extensão. Ressalta-se que a necessidade de valorização da extensão bem como a necessidade de maiores investimentos na área foram sugestões bastante recorrentes nas entrevistas. Confirmando a posição de Almeida (2012, p. 75) que “considera que o projeto de extensão deve ser mais valorizado em sua participação na Universidade. Já tarda o momento que este ocupe seu devido lugar ao lado da pesquisa e do ensino”.

Se faz necessário um pensamento mais abrangente e inovador, para que a extensão seja um espaço de aprendizagem, é necessário que ela se constitua numa manifestação do projeto institucional, por meio de geração e comunicação de conhecimentos significativos (SOUSA; SIQUEIRA, 2012). Ou seja, a Universidade precisa colocar a extensão como um projeto institucional, com mais incentivo às ações. Silva (2002) acredita que a extensão universitária é uma atividade que tende a consolidar-se, como resposta aos desafios colocados à universidade, tanto por aqueles que querem flexibilidade, competição e eficiência, quanto por aqueles que exigem da universidade um caráter mais popular, sendo essencial o seu desenvolvimento.

É importante evidenciar as questões relacionadas à concepção de extensão e a motivação para se fazer extensão. Os participantes das entrevistas acreditam na necessidade de se debater o assunto, o que corrobora com o pensamento de Silva (2002) que acredita a extensão merece estudos mais aprofundados, uma vez que estes sentidos idealistas propagados podem não estar correspondendo ao papel que efetiva e praticamente a extensão vem cumprindo junto às universidades. Pois da mesma maneira que é importante se promover as ações, se faz necessária uma reflexão acerca dos resultados e da participação dos envolvidos.

Por fim, Tremblay (2011) conclui afirmando que “a busca da excelência científica não deve ser um alibi para a falta de engajamento social, e com frequência é não mais que ilusão e engodo. Os universitários devem almejar a excelência em sua condição de cidadãos, tanto quanto em seu papel de homens da ciência”.



**Quadro 8:** Categoria V – Sugestões.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Conteúdos verbalizados</b>
<b>Sugestões</b>	Valorização da Extensão	E2: “a extensão universitária é, para nós, o espaço de <b>inovação educacional</b> que necessitamos para a formação em educação superior.” E3: “a Universidade tem que estar inteira entre ensino, pesquisa e <b>extensão</b> , integrado na vida.” E15: “ainda há uma <b>desvalorização</b> da extensão, devido ao pouco recurso aportado.”
	Investimento	E6: “as atividades de extensão podem ser mais valorizadas com <b>investimentos</b> para os projetos.” E9: “a extensão precisa ser mais bem estruturada, com <b>recursos</b> que lhe permita desenvolver melhor seus projetos.”
	Concepção de Extensão	E10: a importância de se debater a <b>concepção de extensão</b> . Será que os extensionistas sabem o sentido do que é extensão?”
	Motivação	E12: “trabalhar o modo de <b>motivação</b> dos alunos para mantê-los envolvidos e motivados.”

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2020.

Com base nos contextos investigados, os projetos de extensão da FUP interferem diretamente na realidade da comunidade, em que recebe da universidade conhecimentos e informações, além disso é essencial, tanto para o aperfeiçoamento dos discentes, quanto para o processo de formação continuada dos docentes, para que ambos busquem uma maior integração com os demais setores da sociedade e apesar de todos os problemas enfrentados, que mostram que há limites a serem superados, como o de aprofundar a articulação entre as três funções da universidade, de buscar viabilizar a parte financeira, maiores articulações com parceiros internos e externos da universidade, bem como aprimorar a formação dos estudantes envolvidos e o aproveitamento do conhecimento produzido. Apesar disso os envolvidos, coordenadores, estudantes e comunidade se mostram mobilizados com a causa, numa busca constante por mudança social, um dos principais objetivos da extensão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após quase cem anos de estabelecida a primeira Universidade no Brasil, o caminho percorrido já demonstra como o papel universitário vem mudando ao longo do tempo. Inicialmente com um cunho, mais profissionalizante, o aspecto científico sempre em voga e atualmente a questão social e seu relacionamento com a comunidade bastante discutido. Quando se fala do compromisso da universidade, não podemos ignorar sua responsabilidade social e sua missão de participar do desenvolvimento regional. No caso por ser uma instituição comunitária, de natureza pública e sem fins lucrativos, esses dois aspectos são acentuados de forma significativa e amplamente explicitados.

Com o processo de expansão, a Universidade começa a adentar em meios nunca antes alcançados. O programa Reuni trouxe muitas contribuições para a universidade e para a população, ampliando e democratizando o acesso ao ensino superior, os dados apresentados neste estudo demonstram sucesso da política de expansão de vagas prevista pelo programa tanto no *campus* de Planaltina quanto no *campus* Darcy Ribeiro indicando uma tendência de consolidação e fortalecimento da FUP, com forte inclusão social e perfil multidisciplinar. Mas, destaca-se também a precariedade na gestão e autossuficiência dos recursos para manutenção da estrutura criada pelos recursos advindos do programa. Um número significativo de evasão, a precarização do trabalho docente, instalações físicas insuficientes entre outros problemas.

Apesar dos problemas, a expansão da Universidade de Brasília para Planaltina cumpre sua missão institucional, principalmente no que tange ao seu papel transformador na sociedade, contribuindo para a introdução da população, em um primeiro momento, com a maior possibilidade de inserção como discente em uma universidade pública e, num segundo momento, como explicitado nesta dissertação, a contribuição direta para a comunidade, as atividades de extensão, que incidem diretamente na vida das pessoas.

Buscou-se entender como a FUP exerce algum tipo de influência tanto na comunidade acadêmica como na comunidade local. Inicialmente foi feito um panorama socioeconômico da comunidade acadêmica, no que diz respeito aos locais de moradia dos atores envolvidos, com intuito de entender a real parcela dos moradores da cidade que foram envolvidos no campus, além disso, buscou-se entender a situação econômica dos estudantes, o que provoca alterações importantes no perfil e nos projetos e políticas consolidados no campus. Com essas informações foi possível concluir que principalmente os servidores técnico administrativos e estudantes foram beneficiados com a instalação da FUP, pois a maioria destes reside na cidade, sendo os docentes em menor quantidade devido à proximidade das regiões administrativas de

origem, sendo desnecessária a mudança. Com as informações da situação econômica dos estudantes, visto que uma grande porcentagem é classificada como carente, as políticas assistências e o *campus* perto de casa possibilitaram para muitos a oportunidade de ingressar no ensino superior.

Com os dados da Codeplan, foi elaborado um diagnóstico da comunidade local, mais precisamente da Região Administrativa de Planaltina, com dados relativos a sexo, faixa etária, escolaridade entre outros. Pois se faz necessário o conhecimento de informações relativas à cidade em que o campus foi inserido. A cidade apesar de antiga ainda enfrenta problemas sociais importantes, como a violência. Conclui-se que a cidade obteve um aumento na escolaridade da população, fato que ainda precisa ser investigado mais detalhadamente, com o intuito de entender os reais fatores.

Os programas e projetos de extensão da FUP foram analisados um a um, dando destaque aos quinze selecionados dos dois principais eixos (educação e meio-ambiente), pois a principal maneira de promover esse encontro com a comunidade se dá no âmbito da extensão universitária, conforme ficou explícito nessa pesquisa. Constatou-se que a Extensão exerce um papel fundamental na FUP, aproximando a Universidade da comunidade, trazendo o desenvolvimento de competências, a experiência prática, troca de saberes, além de maior visibilidade para o *campus*, mas também foi possível verificar que a extensão, permanece ainda relativamente marginal na programação e na condução das atividades acadêmicas, não tendo uma valorização equitativa ao ensino e a pesquisa, parte porque prevalece uma cultura de universitária marcada pelo paradigma da formação e do diploma e em parte porque é característica das atividades extensionistas serem pouco acadêmicas, formalizada e sistemática, dirigidas para atender demandas variadas.

Sendo assim, compreende-se que o tema desta dissertação merece mais estudos e reflexão, dada a complexidade e a robustez de elementos envolvidos nas abordagens feitas nesta pesquisa, o estudo foi analisado apenas com o olhar dos coordenadores de projetos, sugere-se uma análise com o olhar do aluno extensionista e também da comunidade beneficiada. Sugere-se também para estudos futuros uma análise da produção acadêmica dos atores envolvidos – coordenadores e estudantes, com o intuito de socializar o conhecimento produzido.

Devido ao valor da extensão para a função plena da Universidade, consideramos tratar-se de uma investigação que merece continuidade e aprofundamento.

## REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. (org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília, DF: UNESCO, 2010, p. 39-70.
- ALMEIDA, L. P. A extensão universitária, processo de aprendizagem do aluno na construção do fazer profissional. In: SIVERES, Luiz (org.). **Processos de aprendizagem na extensão universitária**. Goiânia: Ed. Puc Goiás, 2012. p. 53-77.
- ALVES, E. J. **Avaliação do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas**. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado Profissional de Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- ANDRIOLA, W. B. (org.). **Avaliação: múltiplos olhares em torno da educação**. Fortaleza: Ed UFC, 2005.
- ANDRIOLA, W. B.; SULIANO, D. C. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Rev. Bras. Estud. Pedag.**, Brasília, v. 96, n. 243, p. 282-298, ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v96n243/2176-6681-rbeped-96-243-00282.pdf> . Acesso em: 14 dez. 2018.
- ARRUDA, A. L. B.; GOMES, A. M. Democratização da educação superior: um estudo sobre a política REUNI. **Currículo sem fronteiras**, v. 15 , n. 2, p. 543-561, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss2articles/arruda-gomes.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.
- BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educ.Soc., Campinas**, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- BERTRAN, P. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal : do indígena ao colonizador**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. 615 p.
- BIZERRIL, M. X. A.; GUERROUÉ, J. L. L. FUP: a construção coletiva de um campus interdisciplinar. In: DINIZ, J. D. A. S.; SARAIVA, R. C. F. **Universidade de Brasília: trajetória da expansão nos 50 anos**. Brasília: Decanato de Extensão/ UnB, 2012. p. 23-29.
- BIZERRIL, M. X. A. A expansão das universidades federais brasileiras e sua potencial contribuição ao desenvolvimento do país. In: CONFERÊNCIA FORGES, 8, 2018, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa, 2018.

BRASIL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). **Pesquisa Distrital por amostra de domicílios 2018**. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Planaltina.pdf> . Acesso em: 18 abr. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 11429, 17 dez. 1961.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 80, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.172 , de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 13 jan. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 29 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 130, ago., 2012.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 25 jun. 2014.

BRASIL. Decreto n.º 6.283 de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. Secretaria de Estado da Educação e da Saúde Pública, São Paulo, 1934.

BRASIL. Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 24 abr. 2007.

BRITO, L. C. A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial. **Espaço e Economia** – Revista Brasileira de Geografia Econômica, v. 2, n. 4. Disponível em: <https://espacoeconomia.revues.org/802> . 2014. Acesso em: 10 jan. 2019.

BUARQUE, C. A universidade numa encruzilhada. In: APPEL, E. (org.). **A universidade na encruzilhada: por que e como reformar?** Brasília: Unesco, 2003. p. 23-65. Disponível em: [unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133968por.pdf](https://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133968por.pdf). Acesso em: 10 mar. 2019.

- CARAÇA, J. M. G.; CONCEIÇÃO, R.; HEITOR, M. V. Uma perspectiva sobre a missão das universidades. **Análise Social**, ano 5, v. xxxi, n. 139, p. 1201-1233, 1996. Disponível em: [analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223396575R0tIQ8js9Iy17FX8.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223396575R0tIQ8js9Iy17FX8.pdf). Acesso em: 13 abr. 2019.
- CASTELLS, M. The university system: engine of development in the new world. *In*: JSALMI, J.; VERSPOOR, A. (ed.). **Revitalizing higher education, pergamon**: IAU Press, 1994. p. 14-40.
- CASTRO, M. **A realidade pioneira**. Brasília: Thesaurus, c1986. 162p.
- CASTRO, A. M. D. A.; PEREIRA, R. L. A. Contratualização no ensino superior: um estudo à luz da nova gestão pública. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 287-296, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/22120>. Acesso em: 20 maio 2019.
- CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, n. 24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e mistos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DIAS, M. A. R. A educação superior nas últimas décadas - contextos e cenários de uma cooperação possível. *In*: MENEGHEL, S. M.; CAMARGO, M. S.; SPELLER, P. (org.). **De Havana a Córdoba: duas décadas de educação superior na América Latina**. Blumenau: Editora Nova Letra. 2018. p. 23-72.
- DINIZ, C. C.; CROCCO, M. **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DINIZ, C. C.; VIEIRA, D. J. Ensino superior e desigualdades regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 36, n. 129, p. 99-115, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/767>. Acesso em: 13 jun. 2019.
- DUARTE, J. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE; BARROS. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ELS, R. H. V.; DINIZ, J. D. A. S.; COSTA, T. H. G. R. Da inserção à integração regional: o papel da extensão nos novos campi da Universidade de Brasília. **Participação**, v. 14, p. 57-71, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/21307/19655>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- FAVERI, D. B.; PETTERINI, F. C.; BARBOSA, M. P. Uma avaliação do impacto da política de expansão dos Institutos Federais nas economias dos municípios brasileiros. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 50, p. 125-147, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/742/464>. Acesso em: 13 ago. 2019.

FAVERO, M. L. A. A Universidade do Brasil: um itinerário marcado de lutas. **Revista Brasileira de Educação (Impresso)**, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 16-32, 1999. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7409000-A-universidade-do-brasil-um-itinerario-marcado-de-lutas.html>. Acesso em: 14 set. 2019.

FAVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, v. 1, p. 17-36, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

FELDMANN, M. G.; BRANDIM, M. R. L. A Reforma do ensino superior no contexto da reforma do estado brasileiro. **Revista de Estudios e Investigacion em Psicologia y Educacion**, v. 12, p. 1-20, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5740895>. Acesso em: 19 jan. 2019.

FERNANDES, R. G.T. **Impactos locais e regionais da Universidade do Porto**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de economia da universidade do porto, 2011. Disponível em: Acesso em: 31 jan. 2019.

FILARDI, A. M. B. Desenvolvimento do Reuni: crítica à sua implantação e sua relação econômica. **Linhas Críticas (UnB)**, v. 20, p. 563-582, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4389>. Acesso em: 20 set. 2019.

FOTEA, A. C. A historical perspective on the regional dimension of higher education institutions. **Studia Humanitatis**, n. 4, p. 1-16, 2014. Disponível em: <http://st-hum.ru/sites/st-hum.ru/files/pdf/fotea.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FOTEA, A. C.; GUȚU, C. Historical and theoretical framework of the relation between higher education institutions and the process of regional economic development. **Entrepreneurial Business and Economics Review**, v. 4, n. 1, p. 23-42. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15678/EBER.2016.040103>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, A. R. Qualificação e experiência profissional. *In*: SIVERES, L. (org.). **Processos de aprendizagem na extensão universitária**. Goiânia: Ed. Puc Goiás, 2012. p.113-121.

FRIEDHILDE, M. K. M.; LIBERATO, E. M. O impacto da universidade do Vale do Parnaíba na comunidade local. *In*: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 12.; ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 8. **Anais [...]**. Disponível em: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2008/anais/arquivosCEGLU/00001485\\_01\\_O.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosCEGLU/00001485_01_O.pdf). Acesso em: 23 mar. 2019.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. MORHY, L. (org.). **Plano de expansão da Universidade de Brasília: Campus UnB-Planaltina, Campus UnB-Ceilândia/Taguatinga, Campus UnB-Gama**. Brasília, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- HOFF, D. N.; PEREIRA, C. A.; PAULA, L. G. N. O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional. **Redes - Santa Cruz do Sul**, v. 22, n. 1, jan./abr., 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5915>. Acesso em: 19 jul. 2019.
- HOFF, D. N.; MESQUITA, D. G.; SOPEÑA, M. B.; SAN MARTIN, A. S. Universidades públicas como instrumento de desenvolvimento regional: um estudo de caso sobre a experiência brasileira. *In*: SILVESTRE, H. C.; ARAÚJO, J. F. (org.). **Coletânea em Administração Pública**. Lisboa: Escolar Editora, 2012. v. 1, p. 339-370.
- HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S.; SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'Ana do Livramento. **Redes**, v. 16, n. 3, p. 157-183, set./dez. 2011. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1699>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- LE GOFF, J. **As Raízes medievais da Europa**. Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2007. Disponível em: <https://portalconservador.com/livros/Le-Goff-Jacques-Raizes-Medievais-da-Europa.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- LOPES, R. P. M. **Universidade pública e desenvolvimento local**: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2003.
- LOUREIRO, M. A. S. (coord.). **História das universidades**. São Paulo: Estrela Alfa, [1986?].
- MANCEBO, D. Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014). *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2015.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p. ISBN 8522433976.
- MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte**: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOURA, M. A.; IMBROISI, D.; LARANJEIRA, N. P. F.; BRITO, D. M. Reestruturação e expansão da UnB: histórico e reflexões. *In*: SARAIVA, R. C. F.; DINIZ, J. D. A. S. (org.). **Universidade de Brasília**: trajetória da expansão nos 50 anos. Brasília: Decanato de Extensão, 2012, p. 13-21.
- MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da Administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/874>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- NERES, I. V. A importância da extensão universitária para a integração e adaptação acadêmica. *In*: SARAIVA, R. C. F.; DINIZ, J. D. A. S.; RABELO, M. C. N. **FUP 10 anos**: um campus por inteiro. Brasília: FUP - UnB, 2017. p. 48-70.



NOGUEIRA, M. C. R.; SARAIVA, R. C. F.; DINIZ, J. D. A. S. Desafios da democratização e da expansão da universidade brasileira: a experiência da Faculdade UnB Planaltina. *In*: SARAIVA, R. C. F.; DINIZ, J. D. A. S. (org.). **Universidade de Brasília: trajetória da Expansão nos 50 Anos**, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, H. C. **Gastos públicos federais x ensino superior x expansão da Universidade de Brasília - UnB**. 2013. vi, 68 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PAIVA, O. A. F.; SARAIVA, R. C. F. Projeto Educação Ambiental no Parque Sucupira: desafios para a preservação do patrimônio ambiental em Planaltina (Distrito Federal). *In*: CATALÃO, V. M. L.; LAYRARGUUES, P. P.; ZANETI, I. C. B. B. (org.). **Universidade para o século XXI: educação e gestão ambiental na Universidade de Brasília**. Brasília: Cidade Gráfica e Editora, 2011. p. 111-120.

PAULINO, F. O. et al. Extensão, comunicação e accountability na promoção do patrimônio histórico de Planaltina. **Participação**, Brasília, n. 21, set. 2012. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/participacao/article/view/6320>. Acesso em: 3 abr. 2019.

PASQUETTI, L. A.; COSTA, E. M. M. FUP: da criação à consolidação de um *campus*. *In*: SARAIVA, R.; DINIZ, J.; NOGUEIRA, M. (org.). **FUP 10 anos: um campus por inteiro**. Brasília: FUP/UnB, 2017. p. 11-26.

PIETROVSKI, E. F. et al. A prática extensionista em uma universidade pública federal. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 2-19, ago. 2018. ISSN 1807-0221. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2018v15n29p2>. Acesso em: 14 ago. 2019.

RABEL, L. C. Os sujeitos envolvidos no fazer da extensão universitária. *In*: SIVERES, L. (org.). **Processos de aprendizagem na extensão universitária**. Goiânia: Ed. Puc Goiás, 2012. p. 37-52.

RODRIGUES, C. Universities, the second academic revolution and regional development: a tale (solely) made of “techvalleys”? **Redes e Desenvolvimento Regional**, p. 3612-3636, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09654313.2011.532664>. Acesso em: 10 mar. 2019.

RODRIGUES, A. et al. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n. 16, p. 141-148, mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/viewFile/494/254>. Acesso em: 19 set. 2019.

ROSSATO, R. Universidade brasileira: novos paradigmas institucionais emergentes. *In*: AGUIAR, S. M.; ISAIA, A. (org.). **Qualidade da educação superior: a universidade como lugar de formação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p.15-34. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/qualidadedaeducacaosuperior2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SÁ, S. M. Extensão universitária: espaço para construção e aprendizagem da cidadania. *In*: SIVERES, L. (org.). **Processos de aprendizagem na extensão universitária**. Goiânia: Ed. Puc Goiás, 2012. p. 123-143.

SANTOS, E.; TAVARES, M. Desafios históricos da inclusão: características institucionais de duas novas universidades federais brasileiras. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 62, maio 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5623067>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SARAIVA, R. C. F. **Tradição e Modernidade em Planaltina**. Disponível em: <http://cerratense.com.br/ecoreginatexto.html> Acesso em: 20 nov. 2019.

SARAIVA, R. C. F.; DINIZ, J. D. A. S.(org.). **Universidade de Brasília: trajetória da expansão nos 50 anos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. 63 p. ISBN 9788565088053.

SILVA, E. W.; FRANTZ, W. **As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. 248p.

SILVA, O. D. O que é extensão universitária? **Rev. Integ. Ens. Pesq. Ext.**, v. 3, n. 9, p. 148-149, maio 1997. Disponível em: [http://ecientificocultural.com/edu\\_sup.htm](http://ecientificocultural.com/edu_sup.htm). Acesso em: 28 out. 2019.

SILVA, R. E. **História de Planaltina em documentos: do Arraial de Mestre d'Armas à construção de Brasília**. Brasília: R. E. da Silva, 2019. 160p.

SIMÕES, M. L. O Surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 136-152, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17783>. Acesso em: 10 abr. 2019.

SIVERES, L. et al. Percurso aprendente do estudante na extensão universitária. *In*: SIVERES, L. (org.). **Processos de aprendizagem na extensão universitária**. Goiânia: ed. Puc Goiás, 2012. p. 81-96.

SIVERES, L. Perspectivas de aprendizagem na extensão universitária. *In*: SIVERES, L. (org.). **Processos de aprendizagem na extensão universitária**. Goiânia: Ed. Puc Goiás, 2012. p. 15-34.

TAVARES, M. G. M. Os múltiplos conceitos de extensão. *In*: FARIA, D. S. **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

TREMBLAY, G. O engajamento da universidade no desenvolvimento comunitário. *In*: TREMBLAY, G.; VIEIRA, P. F. **O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses**. Florianópolis: APD / SECCO, 2011. p. 11-18.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. MORHY, L. (org.). **Plano de expansão da Universidade de Brasília:** Campus UnB-Planaltina, Campus UnB-Ceilândia/Taguatinga, Campus UnB-Gama. UnB, 2005. 78 p.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília – REUNI:** 2008-2012. UnB, 2008.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Apresentação.** Faculdade UnB Planaltina. Disponível em: <http://FUP.unb.br/apresentacao/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

**APÊNDICE A – Carta de Apresentação****CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Brasília - DF, 24 de março de 2019.

Ao Senhor

Marcelo Ximenes Bizerril

Diretor da Faculdade UnB Planaltina

Senhor Presidente,

A senhora Bárbara Letícia Rodrigues Gomes, servidora pública federal, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília, desenvolve sua dissertação de cujo projeto de pesquisa intitula-se **“ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA FACULDADE UNB PLANALTINA NO DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA”**.

Com o intuito de viabilizar a realização da pesquisa empírica, solicita-se a anuência de Vossa Senhoria no sentido de conceder à pesquisadora autorização para realizar pesquisa documental, e entrevistas nesta Instituição. Ressalta-se que as informações obtidas serão utilizadas tão somente para fins acadêmicos, conforme critérios éticos de pesquisa.

Caso Vossa Senhoria considere necessário ou conveniente, o nome e qualquer outra forma de identificação da Instituição podem ser omitidos do manuscrito final da dissertação, lembrando que os indivíduos participantes em nenhuma hipótese serão identificados.

Atenciosamente,

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elaine Ribeiro Nolasco

Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública

**APÊNDICE B – Termo de Consentimento UnB**  
**TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO INSTITUCIONAL**

Senhor Diretor da Faculdade UnB Planaltina

Esta pesquisa será realizada pela pesquisadora Bárbara Letícia R. Gomes, aluna do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade de Brasília (PPGP/FUP/UnB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, com a orientação e supervisão da Professora Elaine Nolasco Ribeiro.

Informamos que, pela natureza da pesquisa, a participação desta Instituição não acarretará em quaisquer danos ou custos. Ressalta-se que qualquer outra informação sobre o assunto poderá ser fornecida a qualquer momento pela pesquisadora ou pelo professor orientador.

A pesquisa intitulada “**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA FACULDADE UNB PLANALTINA NA COMUNIDADE LOCAL POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**”, analisar a atuação da Faculdade UnB Planaltina no desenvolvimento da comunidade local, tendo como ponto de análise os Projetos/Programas de Extensão. O estudo será realizado por meio de pesquisa qualitativa, com a realização de pesquisa documental, e entrevistas. Sendo que sua participação consiste em autorizar a realização da pesquisa na Instituição.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para fevereiro de 2020, a dissertação contendo todos os dados e conclusões, no formato eletrônico, será disponibilizada para consulta na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, e uma via encaminhada a essa Comissão.

Agradecemos sua autorização, ao mesmo tempo em que reforçamos a importância desta pesquisa e de sua colaboração para a construção do conhecimento sobre o assunto.

Brasília - DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

\_\_\_\_\_  
 Prof. Dr. Elaine Nolasco

Professor orientador

Mat. UnB 1052764

\_\_\_\_\_  
 Bárbara Letícia R. Gomes

Aluna pesquisadora

Mat. UnB 18/0002155

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento Institucional, eu, \_\_\_\_\_, ocupante do cargo de \_\_\_\_\_, autorizo a aplicação desta pesquisa nesta Instituição.

Brasília – DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

NOME:

CARGO:

**APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista**

Universidade de Brasília

Faculdade UnB Planaltina (FUP)

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGP)

**ROTEIRO DE ENTREVISTA AO COORDENADOR DO PROJETO**

Nome do entrevistado:

Título do projeto em análise:

1. Qual a motivação para a realização desse projeto?
2. A qual público esse projeto se destina (ou pretende abordar)?
3. Como o público alvo recebeu esse projeto de extensão? Qual o envolvimento deles com o projeto?
4. Quais os benefícios que esse projeto de extensão tem trazido para o público alvo? O projeto já tem obtido resultados? Se afirmativo, quais são?
5. Como percebe a participação e o envolvimento dos alunos da FUP nas ações do seu projeto?
6. O conhecimento produzido no projeto contribuiu de alguma forma para provocar mudança em disciplinas, linhas de pesquisa, cursos de graduação ou pós graduação?
7. Quais as dificuldades para o desenvolvimento do seu projeto de extensão na universidade e com o público alvo? Você possui parcerias/financiamento com/de outras instituições?
8. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

**APÊNDICE D – Perfil do Participante**  
**PERFIL DO PARTICIPANTE**

Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Sexo:  Feminino  Masculino

Escolaridade:

- Ensino Médio
- Superior Incompleto
- Superior Completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

Tempo de trabalho na UnB:

- Até 1 ano
- Entre 1 e 3 anos
- Entre 3 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 11 e 20 anos
- Entre 21 e 30 anos

Faixa Etária:

- 20 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- Acima de 61 anos

**APÊNDICE E – Carta de Agradecimento – Entrevistas****CARTA DE AGRADECIMENTO**

Brasília - DF, 15 de outubro

Prezado (a) Senhor (a) Prof. (a)

Gostaria de manifestar meus sinceros agradecimentos pela cooperação na pesquisa de dissertação - **ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA FACULDADE UNB PLANALTINA NA COMUNIDADE LOCAL POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**. Ressalto que suas contribuições são muito relevantes para este trabalho. Também em nome da orientadora desta pesquisa, Prof. Dra. Elaine Nolasco Ribeiro, reforço o agradecimento pela colaboração, bem como pela disposição de seu tempo, diante dos compromissos diários.

Por fim, destaco que, ao término da pesquisa, um material apontando os resultados da pesquisa desenvolvida será enviado aos que manifestem interesse em recebê-lo.

Atenciosamente,

Bárbara Letícia Rodrigues Gomes

Mestranda em Gestão Pública